PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Paula Ribeiro Salles

DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR: a experiência do CPV - Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP, 1973-1989)

Mestrado em História Social

Dissertação, apresentada a Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Profª. Drª. Heloisa de Faria Cruz.

São Paulo
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Paula Ribeiro Salles

DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR: a experiência do CPV - Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP, 1973-1989)

Mestrado em História Social

Heloisa de Faria Cruz (Orientadora) – PUC-SP

Maria do Rosário da Cunha Peixoto – PUC-SP

Marta Emísia Jacinto Barbosa – UFU

São Paulo, 14 de outubro de 2013.

Para meu pai, em memória. Para minha mãe, lutadora de sempre.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para e torceram pela realização deste trabalho, especialmente:

À professora Heloisa de Faria Cruz, pela presença, leitura atenciosa dos textos, conhecimento compartilhado, incentivo e confiança depositada.

À banca examinadora composta pelas professoras Marta Emísia Jacinto Barboa, Maria do Rosário Peixoto, Olga Brites da Silva e pelo professor Murilo Leal Pereira, pelas contribuições preciosas no diálogo com meus textos.

Aos colegas de turma e professores do curso de Mestrado, pelas conversas, pelo incentivo e conhecimento. Aos professores, agradeço o espaço criado em sala de aula para tratar de nossas pesquisas. Ao grupo de estudantes e pesquisadores do Núcleo de Estudos da Cultura (NEC), pelas trocas de experiências.

Às amigas, Talita Molina, Joana Cortês e Andresa Oliver, pelos caminhos compartilhados.

Ao CNPq e a PUC-SP, pela bolsa de estudos, fundamental para concretizar esse sonho.

A todos os amigos e militantes do CPV que contribuem para sua existência. A Luiza Peixoto, pelo atendimento e pelo acesso facilitado aos arquivos do CPV. A Aldo Escobar, pelo acompanhamento nas entrevistas e pela leitura e diálogo sincero com meus textos. Aos dois, obrigada pela amizade.

Aos entrevistados, pelas suas memórias, histórias e emoções compartilhadas o meu agradecimento: Aldo Escobar, Luiza Peixoto, José de Rezende Ribeiro, Sueli Bossam, Victor Petrucci, Chris Whitehouse e Frei João Xerri.

E, ainda, aos dirigentes do CPV, nas pessoas de Anízio Batista e Raimundo Perrillat.

Aos companheiros e às companheiras do Projeto Memória da OSM-SP, IIEP, CEEP e NPC, pelo caminho compartilhado e aprendizado, especialmente a Neto, Vanessa e Milena.

Pelas leituras, contribuições e correções feitas pelos amigos e estudiosos, agradeço imensamente André Ferrari, Vanessa Miyashiro e Aldo Escobar, Paulo Fontes e Murilo Leal. E, ainda, a Filó Romeiro pela correção final e a Chris Whitehouse pela tradução.

A André Dedomenico e Sofia Dias Batista, pelos cuidados nas horas difíceis.

À minha família amada: Mãe, João, Jana, Lena, Clara e Enio. A Carol, pela amizade.

Ao meu amor e companheiro de vida, André Ferrari, por tudo.

"[...] adquirir a coragem de fixar sua atenção sobre as manifestações de sua doença. Sua própria doença não pode mais ser para ele algo de vergonhoso, ela deve se tornar um adversário digno, uma parte de sua essência, cuja presença tem boas motivações e da qual poderá extrair elementos preciosos para a sua vida posterior."

Freud

"A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas aquele preenchido pelo tempo-agora."

Walter Benjamin

RESUMO

O Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV) é hoje reconhecido pelo patrimônio documental que acumulou durante os seus quarenta anos de atuação. Esta pesquisa recoloca o foco na experiência histórica que possibilitou a constituição desse patrimônio, evidenciando a atuação política e as concepções e práticas de documentação e comunicação popular implementadas nas décadas de 1970 e 1980 pelo então Centro de Pastoral Vergueiro (CPV).

O CPV, fundado por dominicanos da Comunidade Cristo Operário na região sul da cidade de São Paulo, sempre teve uma composição política plural, atuando junto às oposições sindicais, aos movimentos de bairro e a diversos organismos da base e da hierarquia das igrejas progressistas brasileiras, latino-americanas e europeias. Nesse período de grande ascensão dos movimentos sociais, o CPV se destacou na organização e mobilização desses movimentos e também nas lutas pela redemocratização do Brasil, tendo como fio condutor do seu trabalho um amplo projeto de documentação e comunicação popular, entendidas como práticas de caráter formativo e político e vinculadas às lutas e à defesa da classe trabalhadora.

O CPV encampou as lutas dos trabalhadores de seu tempo, promovendo um amplo projeto de construção e fortalecimento dos processos de comunicação, documentação e memória dos movimentos sociais. Optamos por um estudo panorâmico que aborda a experiência do CPV, destacando sua composição social e política, a sua participação em grandes redes de comunicação e documentação e suas práticas internas na construção de uma área inovadora de documentação popular, podendo ser considerado exemplo na criação de um método de organização de acervo popular e na produção e distribuição de dossiês e cadernos populares.

Palavras-chave: Centro de Pastoral Vergueiro, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, documentação popular, comunicação popular, centros populares de documentação e comunicação.

ABSTRACT

The Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro – CPV (Vergueiro Research and Documentation Centre) is well-known for the documentation it has collected during the forty years since it was founded. This study analyses the historical circumstances that made it possible for the CPV to accumulate this documental heritage and describes the politics, ideas and practices of popular documentation and communication followed by the then Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) in the 1970s and 1980s.

The CPV, founded by Dominicans of the Christ the Worker Community in the south of São Paulo city, always maintained a pluralist political approach, working with trade union activists, community associations and a wide range of grassroots and official organisations in the progressive wing of the Brazilian, Latin American and European Catholic church. The CPV played an important role in the organisation and mobilisation of the social movements that emerged in this period and in the fight to redemocratise Brazil. It implemented a broad programme of popular documentation and communication, understood as educational and political practices linked to the struggles and defence of the working class.

The CPV adopted the workers' struggles of its time and organised an extensive programme to build and strengthen the communication, documentation and recording of the history of social movements. We chose to conduct a wide-ranging study that describes the CPV's experience, its social and political composition, its participation in the extensive communication and documentation networks and its internal practices in developing an innovative experience of popular documentation. It could be considered to be a model of how to organise a popular documentation centre and produce and distribute popular dossiers and booklets.

Key words: Centro de Pastoral Vergueiro, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, popular documentation, popular communication, popular centres of documentation and communication.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fachada principal da Capela Cristo Operário.....32
FIGURA 2 – Capela do Cristo Operário com obras de Alfredo Volpi.....33
FIGURA 3 – Entrada da Comunidade pela Rua São Daniel.....34
FIGURA 4 – Vista panorâmica da Comunidade Cristo Operário.....35
FIGURA 5 – Banca de Publicações do CPV no 1º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT (1986).....74
FIGURA 6 – Capas dos Catálogos de Publicações do CPV – 1980, 1984 e 1988.....78
FIGURA 7 – Caderno de Capacitação do CELADEC: *La comunicacion del pueblo* (1979) 93
FIGURA 8 – Caderno do CELADEC editado no Brasil: *A comunicação do povo* (1985)...94
FIGURA 9 – Caderno de Capacitação do CELADEC: *Periodismo popular* (1981).....95
FIGURA 10 – Caderno do CELADEC editado no Brasil: *Jornalismo popular* (1984).....96
FIGURA 11 – Caderno do CELADEC editado no Brasil: *Como se organiza um centro popular de documentação e comunicação* (1985).....99
FIGURA 12 – Organização atual dos cadernos populares do CPV.....107
FIGURA 13 – Os processos da área de documentação popular do CPV.....111
FIGURA 14 – Montagem simples de recorte do jornal Notícias Populares.....118
FIGURA 15 – Dossiê *Negociação Coletiva* (1985).....122
FIGURA 16 – Caderno *As relações Igreja e Estado no Brasil* (1984).....126
FIGURA 17 – Informe Bibliográfico n. 41 (1983).....130
FIGURA 18 – Informe Bibliográfico: *Movimento popular: transporte coletivo* (1988).....131
FIGURA 19 – Placa do CPV.....135

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Jornais e Boletins periódicos encampados e produzidos pelo CPV (1975-1993) 61

TABELA 2 – Número de publicações divulgadas nos Catálogos de Publicações CPV (1980,1984,1988).....75

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Dossiês CPV – produção por temáticas (1982-1989).....121
GRÁFICO 2 – Dossiês CPV – produção por ano (1982-1989).....123

LISTA DE SIGLAS [1]

ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural

ADITEPP – Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos – Curitiba – PR

AEL – Arquivo Edgar Leurenroth – UNICAMP – Campinas – SP

AIDET – Asociación Interconfesional de Estudios Teológicos

AJUP – Instituto de Apoio Jurídico e Popular – Rio de Janeiro – RJ

AMORJ – Arquivo de Memória Operária – UFRJ – Rio de Janeiro – RJ

ALER – Associação Latino-americana de Educação de Radiofônica (Quito, Equador)

ALN – Ação Libertadora Nacional

CADOF – Catholic Fund for Overseas Development (Inglaterra)

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional/ Setor de Documentação – Porto Alegre – RS

CDDH – Comissão de Direitos Humanos

CDP – Centro de Documentação Popular – Uberlândia – MG

CDR – Centro de Documentação e Reflexão – Goiânia – GO

CEA – Centro de Estudos Alternativos Donato Silva

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social – Salvador – BA

CEASPA – Centro de Estudios y Acción Social Panameño (Panamá)

CEBIAE – Centro Boliviano de Investigación y Acción Educativa (Bolívia)

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CECOP – Centro de Educação e Cultura Operária – São Paulo – SP

CEDAC – Centro de Ação Comunitária – Rio de Janeiro – RJ

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – São Paulo – SP

CEDEE – Centro Dominicano de Estudios de la Educación

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Contagem – MG

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação – Rio de Janeiro – RJ e São Paulo – SP

CEDIV – Centro de Informação de Vitória – Vitória – ES

CEDOP – Centro de Documentação Popular da Paraíba – Paraíba

CEDUAL – Centro de Documentação Uruguaio América Latina

CEHILA - Comisión para el Estudio de la Historia de la Iglesia en América Latina y el Caribe

[1] As siglas, quando se referem a entidades, além dos significados, estão acompanhadas das localidades mencionadas no texto (cidade e estado para o Brasil, cidade e país para a América Latina).

CELADEC – Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (Lima, Peru)

CEM – Centro de Estudos Migratórios – São Paulo - SP

CENCOS – Centro de Comunicación Social de México (México)

CPDCs – Centros Populares de Documentação e Comunicação

CEP – Centro de Estudos e Publicações (Lima, Peru)

CEPE – Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito Alencar Lima – São Paulo – SP

CEPES – Centro de Educação Popular Esperantinense – Esperantina – PI

CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – São Paulo – SP

CERIS – Centro de Estatísticas e Investigações Sociais – São Paulo – SP

CESAP – Centro al Servicio de la Acción Popular (Caracas, Venezuela)

CET – Centro de Estudos do Trabalho – Belo Horizonte – MG

CIDOB – Centro de Información y Documentación de Bolívia (Bolívia)

CIMI – Conselho Indigenista Missionário – Brasília – GO

CINCOS – Centro de Intercomunicação Social (Preladura de Chimbote - Peru)

CINEP – Centro de Investigación y Educación Popular

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLADOCOP – Consulta Latino-americana de Documentação e Comunicação Popular

CMS– Centro de Memória Sindical – Recife – PE, Curitiba – PR e São Paulo – SP

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Setor de Comunicação Regional NE II/ Serviço de Documentação e Informação do Secretariado Regional NE I

CPP – Comissão Pastoral de Pescadores

CPT – Comissão Pastoral da Terra – Teresina – PI, Goiânia – GO, Pará, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ECOS – Equipe de Comunicação Sindical – Recife – PE

ENCODOP – Encontro Nacional de Comunicação e Documentação Popular

ETAPAS – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social – Recife – PE

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Recife-PE, Rio de Janeiro – RJ, Belém-PA e São Paulo-SP

FNT – Frente Nacional do Trabalho

GAJOP – Centro de Cultura Luiz Freire – Olinda – PE

GEA – Grupo de Estudos Agrários – Porto Alegre – RS

GETEC – Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária – Contagem – MG

INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

NEP “13 de maio” – Núcleo de Educação Popular “13 de maio” – São Paulo – SP

OSM-SP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

PASCOM – Pastoral da Comunicação

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PT – Partido dos Trabalhadores

RLO – Reconstrução de Lutas Operárias – São Paulo – SP

SCCS – Servicio Colombiano de Comunicación Social (Colômbia)

SECAPAS – Secretariado de Animação Pastoral – Esperantina – PI

SEDIPO – Serviço de Documentação e Informação Popular – Recife – PE

SOF – Sempreviva Organização Feminista – São Paulo – SP

TAREA – Asociasón de Publicaciones Educativas (Lima, Peru)

UBSC – União Brasileira Cristã de Comunicação Social

UNAIS – United Nations International Service (Inglaterra)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....15

1 CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO: ENTRE TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS
.....29
1.1 Tempos de criação e estruturação (1973-1977).....42
1.2 Novos personagens entram em cena no CPV (1978- 1983).....49
1.3 Estabelecendo novos rumos (1984 – 1989).....57
1.4 As dimensões do popular no CPV.....64

2 REDES DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR.....69
2.1 Movimento de publicações populares.....72
2.2 Rede nacional – encontros de documentação e comunicação popular (1977-1989).....79
2.2 Rede latino-americana – encontros e publicações populares.....89

3 DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR NO CPV.....101
3.1 Setor de Documentação e Pesquisa.....107
3.2 Publicações do Setor de Documentação e Pequisa.....117
3.2.1 Os Dossiês CPV.....119
3.2.2 Cadernos populares CPV.....124
3.2.3 Informes Bibliográficos.....128

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....135

FONTES.....142

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....146

APÊNDICE A – Diretorias CPV (1973-1989).....152
APÊNDICE B – Dossiês CPV (1982-1989).....155
APÊNCIDE C – Cadernos CPV (1973-1988).....157

INTRODUÇÃO

Entrei em contato com o tema da documentação e comunicação popular, quando conheci o CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro [2] em 2011. O acervo existente nesse centro de documentação é repleto de documentos de movimentos populares e sindicais, principalmente das décadas de 1970, 1980 e 1990. O CPV foi fundado em 1973 por frades dominicanos e estudantes universitários com a denominação de Centro de Pastoral Vergueiro (CPV). Nosso trabalho de pesquisa abrange o tempo que vai da sua fundação até o ano 1989. Nesse período o centro esteve localizado na Comunidade Cristo Operário, comunidade dominicana situada no bairro do Ipiranga, zona sul da cidade de São Paulo.

As histórias existentes na imensidão de papéis, fotografias, áudios, vídeos e ainda nas memórias dos personagens que participaram, e de muitos que ainda participam da experiência do CPV, me pareceram empoeiradas e esquecidas. Essas memórias e histórias me intrigavam muito, pois me identificava com aquelas lutas, com aquelas vidas, na medida em que aquela herança também era minha, mas era também fraca e pouco conhecida. Meus pais e seus companheiros, amigos da família até os dias atuais, tiveram trajetórias de vida de militantes de esquerda na luta contra a ditadura e na reconstrução dos movimentos sociais no período de abertura política do Brasil e falavam muito pouco sobre aquele assunto. Por causa dessa identificação e da trajetória profissional que eu já tinha estabelecido até aquele momento, fui assumindo o desejo de conhecer aquele passado e refletir sobre os porquês daquele esquecimento.

Antes de conhecer o CPV, apresentei-me para trabalhar no Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, coordenado pelo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Meu intuito nessa época era me aproximar daqueles que tinham sido companheiros de luta dos meus pais e trabalhar para valorizar a experiência coletiva que tinham tido. Esse projeto surgiu da necessidade dos próprios militantes da OSM-SP de revitalizarem suas memórias e histórias de lutas. Na época, em 2009, os objetivos do projeto eram recolher/organizar os arquivos e produzir depoimentos orais, e eu trabalhava como uma espécie de secretária que acompanhava e organizava as atividades encaminhadas por um grupo diretivo, composto por alguns militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), coordenados por Sebastião Lopes Neto. O trabalho se desenvolveu bem, apesar das dificuldades de financiamento. Produzimos e publicamos uma série de revistas e

[2] A sede atual situa-se na Rua São Domingos, 264 - Bela Vista – São Paulo – SP. Site: www.cpvsp.org.br.

boletins e, ao mesmo tempo, com a promoção de uma série de encontros e atividades, foi se criando (recriando) o antigo círculo de militantes da OSM-SP. [3]

O dia a dia do Projeto Memória estava rodeado de velhos camaradas que tinham sido companheiros de militância e de vida dos meus pais, e alguns deles ainda permanecem grandes amigos da família. Eles tinham se conhecido, ao longo da década de 1970 e 1980, depois que meus pais chegaram em São Paulo, em 1969. Os dois tiveram que sair de Belo Horizonte devido à militância política na Ação Popular (AP) nas greves operárias de Contagem em 1968. Haviam sido presos e estavam sendo perseguidos. Então, assumiram novas identidades e o título de militantes políticos clandestinos. Em São Paulo, estabeleceram-se com a ajuda do padre José Miranda e conheceram Waldemar Rossi e a "turma" da Oposição Sindical. A partir desse encontro, os dois passaram a militar no movimento sindical e popular na zona leste de São Paulo, até o final da década de 1970, quando acidentalmente meu pai faleceu. Depois da trágica separação, minha mãe continuou militando, principalmente no Movimento de Saúde da Zona Leste.

No Projeto Memória fui reconhecendo interesses comuns e divergentes no diálogo com os personagens daquele passado compartilhado. Existiam muitas identificações, porém, uma diferença, que pode parecer óbvia, separava-me totalmente deles. Eu não tinha vivido aquele processo de militância e engajamento político. Eu era de outra geração, não conhecia exatamente o sentido daquela vida militante, suas alegrias e suas dores, expressadas muitas vezes pelos silêncios. No entanto, era um pouco filha de todos eles e fazia parte de uma grande família cheia de segredos. Nesse sentido, o principal sentimento que me ligava àquele grupo era o sentimento de falta, e eu me sentia impulsionada a criar um sentido para aquela história toda.

Os velhos, como carinhosamente são chamados, gastavam muito tempo em longos debates, fazendo acertos de contas e avaliações políticas de estratégias de condução do movimento. Era um processo necessário, repleto de significados e que envolvia complexas experiências políticas e emocionais, que estavam passando por uma vívida avaliação. Esse emaranhado de sentimentos e reconhecimentos atuais em relação ao passado foi apelidado mais tarde por nós de "processo da memória". Eu me sentia bastante envolvida com todo aquele processo de memória, e nem sempre foi fácil aceitar suas idas e vindas. Em geral, sentia-me mais útil produzindo coisas concretas, colocando a "mão na massa". Nesse sentido,

[3] O projeto está em atividade até hoje e se dedica ao debate sobre a repressão aos trabalhadores no período da ditadura militar. Eu me tornei uma colaboradora.

especialize-me na organização e digitalização de arquivos e "revirava" as caixas da Oposição.[4] Em 2010, conheci uma pequena parte do acervo do CPV, e fizemos uma parceria para digitalizar os documentos da OSM-SP que estavam arquivados lá. A decisão de fazer esse trabalho sobre o CPV veio nesse processo.

Na preparação do projeto de pesquisa, no início de 2011, visitei o Centro e conheci o seu acervo. [5] Nesse contato, descobri uma série de fontes que me acompanharam ao longo de toda a investigação. Dentre elas estavam: manuais de documentação do CPV, produções do CPV (cadernos populares, dossiês, boletins periódicos, informes bibliográficos, recortes de jornais), materiais de outras entidades que desenvolviam um trabalho próximo ao do CPV, documentos de encontros nacionais e latino-americanos de trocas de experiências nas áreas de comunicação e documentação popular, e finalmente, os arquivos administrativos do CPV (atas, relatórios anuais, estatutos, regimentos, dentre outros). Na descrição da localização das fontes mantivemos a nomenclatura utilizada usualmente pelos membros do CPV, como Arquivo Administrativo, Arquivo de entidades, Arquivo de pastas suspensas, Arquivo de Dossiês, Arquivo de Recortes, Arquivo de Periódicos, Biblioteca (livros, cadernos e revistas).[6]

Era um volume significativo de fontes documentais do acervo original que me proporcionaram a formulação de um bom projeto. Essas fontes escritas acabaram sendo privilegiadas, apesar de que a produção e utilização de depoimentos orais também estavam previstas. Isso aconteceu, por um lado, porque o trabalho com as fontes escritas exigiram um intenso trabalho de organização e seleção, principalmente no arquivo administrativo e, por outro, porque as fontes escritas mostraram-se suficientes em grande parte para alcançar os objetivos traçados. [7] Os depoimentos orais foram produzidos, porém, não estabelecemos um

---

4 Tratava-se de documentos diretivos, jornais, panfletos, cadernos de formação, fotografias, vídeos, dentre outros, que registravam a trajetória da OSM-SP nas eleições sindicais, nas greves, nas comissões de fábrica, interfábricas, na formação política, sindical e profissional, além do processo de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos encontros que antecederam a Central, bem como na trajetória de intervenção do então Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSM-SP) na CUT na segunda metade da década de 1980 e em 1990. Também existiam muitos documentos da relação que a OSM-SP estabeleceu com os movimentos populares, com entidades como o CPV, com outros sindicatos, dentre outros. Enfim, era uma infinidade de papéis que não sabia ao certo como organizar.

5 Num diagnóstico do acervo realizado em 2005, divulgado no site do CPV consta a seguinte estimativa: de 70 a 100 mil documentos diversos, de 6 a 6,5 mil títulos de periódicos produzidos por cerca de 3,5 mil entidades/ editores, 12.500 livros, 33 pastas grandes com cartazes, 161pastas com conjuntos de slides, 375 pastas com 20 diapositivos cada, 314 fitas cassetes, 550 fitas de vídeo, 44 pastas suspensas com fotos, 71 adesivos e 270 bottons, 11 LP's e 5 títulos em CD's, além de títulos da Livraria. Fonte: www.cpvsp.org.br

6 Formalmente, as nomenclaturas: Arquivo Geral do CPV que corresponde ao arquivo administrativo e arquivo de entidades (contatos) e Arquivo Temático, que inclui todos os outros, também são usadas.

7 O trabalho de organização foi necessário principalmente no Arquivo Geral do CPV, pois em parte ele tinha uma organização prévia com critérios muito diversificados, e, em outra, não estava organizado. Além dessa situação de organização, esse arquivo estava em más condições de higiene e preservação.

trabalho de história. Eles foram utilizados na contextualização e exemplificação das experiências e, muitas vezes, ajudaram a entender os meandros dos debates políticos, que não aparecem de forma explícita nos documentos no acervo original.

O diálogo com as linhas de pesquisa da minha orientadora, Heloisa de Faria Cruz e, essencialmente, com seus trabalhos sobre imprensa popular, memória e direito à cidade, deram base teórica, metodológica e, sobretudo segurança para o desenvolvimento desta pesquisa. Dessa mesma forma se colocam as colaborações, debates e interações com os professores e colegas do Núcleo de Estudos da Cultura (NEC) da PUC-SP, no qual procuramos desenvolver um olhar integrado da história social e cultural, particularmente em nossos estudos em história e memória. As aulas do programa e os debates estabelecidos formam espaços fundamentais para exercitar o diálogo com os colegas e professores, e amadurecer, pouco a pouco, as problemáticas e o olhar sobre o objeto de pesquisa. A participação nesta pós-graduação tornou-se, sobretudo, um espaço fundamental para rearticular meus estudos, depois de quase dez anos da conclusão da graduação em História na Universidade Federal de Ouro Preto em Minas Gerais.

Durante a elaboração do projeto, o diálogo com alguns estudos se tornaram significativos. É o caso da dissertação de mestrado de Amanda Marques Rosa (2011), única que encontramos na área de História Social, tratando das articulações políticas criadas entre os sujeitos dos movimentos sociais da década de 1980 – tais como sindicatos combativos, comunidades eclesiais de base (CEBs), pastorais sociais da Igreja, associações de bairro, etc. – com as entidades de apoio às lutas, como os centros de assessoria e informação e os centros de documentação e memória. A autora utilizou como fonte os materiais da coleção do Centro de Documentação Popular (CDP), criado em 1985 em Uberlândia - MG e caracterizou sua atuação como um dos agentes das lutas travadas pelos movimentos sociais que estava preocupado, especialmente, em compor um acervo que referenciasse a história dos trabalhadores. É interessante observar que o CDP, diferente do CPV, traz em seu nome a expressão documentação popular. Essa diferenciação pode ser entendida como reflexo das distintas conjunturas de fundação das duas entidades, uma em 1973 e outra em 1985, como debateremos ao longo deste trabalho.

No processo de pesquisa, a amplitude e complexidade das forças políticas e sociais envolvidas na experiência do CPV, analisadas ao longo de praticamente duas décadas, gerou alguns dilemas em relação às problemáticas e temáticas que pareciam se multiplicar durante o

estudo. Estávamos diante de uma vasta experiência social que abarcava muitas nuances como a trajetória e memória do CPV entrelaçados aos seus agentes e movimentos sociais, as entidades brasileiras e latino-americanas similares ao CPV, as atuações em rede dessas entidades, as especificidades das concepções e práticas da documentação e comunicação popular. No começo, a minha impressão é que estava diante de um grande "elefante branco", e, por mas, que tentava tirar alguma das suas partes para ver se ficava menor, não conseguia. Aos poucos, os caminhos foram se configurando, num processo não linear, que exigiu algumas leituras e, sobretudo, o trabalho com as fontes escritas, orais, além das muitas conversas informais e visitas feitas.

A experiência do CPV tendo como fio condutor sua atuação nos campos de saber da documentação e comunicação popular foi se estabelecendo aos poucos como temática central do trabalho. Inicialmente tínhamos a impressão que a documentação popular, por conta das articulações de uma série de entidades, poderia ser um tema independente, tendo o CPV como coadjuvante. Esse olhar inicial era limitado, e fomos percebendo que o mote central do trabalho do CPV tinha sido a documentação sim, mas, fundamentalmente, ela estava articulada à comunicação, o que só nos demos conta ao longo do trabalho. Pensávamos que fazer o trabalho excluiria a comunicação popular, pois não queríamos trabalhar com os periódicos, por exemplo. Quando percebemos que a documentação e comunicação popular era um objeto de estudo que poderia se configurar de forma conjunta, já estávamos na etapa final da pesquisa. Dessa forma, estabeleceram-se três grandes eixos temáticos: a trajetória do "Centro de Pastoral Vergueiro", as "Redes de Documentação e Comunicação Popular" e a "Documentação e Comunicação Popular no CPV". Essas temáticas se entrelaçavam na vívida experiência de um projeto político-formativo que tinha a informação popular como base para o avanço das lutas travadas nas conjunturas de resistência à ditadura e na redemocratização do Brasil.

Como tínhamos uma rica quantidade de fontes e praticamente nenhum estudo sistemático sobre os temas em questão, a pesquisa acabou encaminhando-se na direção de um estudo de caráter panorâmico. Nesse sentido, era necessário estabelecer periodizações, delimitar conjunturas, forças sociais envolvidas nesses processos e suas inter-relações e, finalmente, delimitar a utilização de conceitos e práticas da documentação e comunicação popular. O recorte temporal máximo foi estabelecido a partir da trajetória do CPV na Comunidade Cristo Operário entre 1973 e 1989. Dentro desse amplo período, estabeleceram-

se outros recortes, derivados da intensidade das forças sociais envolvidas e práticas sociais estabelecidas partindo sempre do CPV e da documentação popular como focos de atenção prioritários. O estudo dos significados e contextos em que os sujeitos sociais utilizavam o conceito "popular" tornou-se central no desenvolvimento do trabalho.

O conceito "popular" que caracteriza a documentação e comunicação que queremos debater é um elemento que exige um cuidado especial. Uma visão bastante comum entre nós, estudantes das ciências humanas, é o da cultura popular como aquela cultura produzida pelo povo, ligada à ideia de origens, tradição e autenticidade. No ponto de vista de alguns folcloristas, esse povo é idealizado e corresponde a um arquétipo muito bem definido, qual seja, aquele relacionado às manifestações culturais perpetuadas por homens pobres geralmente de localidades interioranas. Nesse sentido, haveria uma cultura popular verdadeira encarnada pela tradição popular. Essa representação do popular faz da cultura um processo estático e, nessa linha de análise, as manifestações populares estariam divididas em originais e não originais, criando uma hierarquia de valoração que pode desmerecer a diversidade e complexidade cultural das classes populares.

Ao contrário dessa visão, nossa abordagem pensará o "popular" e o povo a partir das lutas de classes, entendendo a cultura popular como o fazer-se de um sujeito coletivo, dinâmico e atualizado. Nesse sentido, as concepções e práticas da documentação popular são entendidas como parte constitutiva e constituinte dos processos culturais, sociais e políticos em processo. Essas atividades, particularmente ligadas aos processos de cultura e educação, pensadas e exercidas a partir das demandas dos movimentos populares, representam um outro tipo de abordagem da cultura popular.

Nestas reflexões, os estudos e reflexões de Stuart Hall sobre cultura popular também ajudam na compreensão desse campo de estudo:

> A capacidade de constituir classes e indivíduos enquanto força popular – essa é a natureza da luta política e cultural: transformar as classes divididas e os povos isolados – divididos e separados pela cultura e outros fatores – em uma força cultural popular-democrática. (HALL, 2003, p. 246)

O CPV, com sua documentação popular, encampou as lutas dos trabalhadores de seu tempo, utilizando um amplo projeto de construção e fortalecimento de uma cultura popular classista. Juntamente com outras entidades, teve um papel importante na organização e conscientização da classe trabalhadora, configurando-se, a nosso ver, como agente de uma

transformação política, social e cultural. Nesse sentido, o CPV pode ser considerado como lugar/instância de formação da classe trabalhadora em um momento de evidência das contradições das lutas de classe e relações de trabalho.

A produção desta dissertação procurou manter um diálogo com as iniciativas atuais que promovem a história-memória do período da Ditadura Civil Militar (1964-1985) no Brasil, buscando entender o papel das classes e dos movimentos populares nessa (re)construção histórica. As ações governamentais nessa área estão relacionadas a uma política conhecida como Justiça de Transição, que tem como pontos principais a promoção da verdade histórica do período ditatorial e a reparação daqueles que tiveram violados os seus direitos, além da proposição de mudanças nas estruturas da justiça e polícia do Estado. Como instâncias federais se estabeleceram a Comissão da Anistia, em 2005 e sem duração determinada, e a Comissão Nacional da Verdade, criada em 2012, com duração de dois anos. A atuação desses organismos de modo independente da participação social se torna muito limitada. A sociedade civil tem se mobilizado nesse sentido, e muitas Comissões da Verdade extraoficiais foram criadas em universidades, escolas, sindicatos e também grupos de trabalho para a discussão dos temas em questão. Por outro lado, as organizações formadas pelos grupos de familiares de desaparecidos, torturados e presos políticos, que constituem suas lutas desde o período ditatorial, estabelecem seus projetos de resistência ao esquecimento e reivindicam memória, verdade e justiça. As principais críticas estabelecidas em relação à Comissão da Verdade Nacional se referem ao pouco tempo de sua vigência e, principalmente, a ideia de que ela procura criar um novo pacto social de reconciliação nacional com o passado.

O período que se iniciou oficialmente com a Lei da Anistia em 1979 foi de grande efervescência social e política. Muitos projetos floresceram, a ânsia pela construção de uma nova sociedade, que já era alimentada nas lutas subterrâneas e clandestinas em toda a década de 1960 e 1970, revelou-se com grande força nesses finais dos anos 1970. Os trabalhadores ocuparam a cena política e a participação popular tornou-se eixo central da vida social nos anos seguintes. A criação e o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1981, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, representaram apenas a ponta do iceberg de um processo muito mais profundo de lutas populares e de resistência ao regime militar. Foi nesse período que a elite política brasileira criou a ideia de um suposto “pacto social”, que tornaria possível a transição para a democracia, dando passos

largos para a construção da chamada Nova República. Essas forças políticas que se aliaram nessa proposta desconsideraram as demandas radicais das vozes populares, que clamavam por uma democracia real e justa, e acabam por eleger, indiretamente, José Sarney, representante da direita tradicional brasileira que apoiou a ditadura militar e representante do grande latifúndio e do coronelismo. A ideia de conciliação prevaleceu. Os projetos populares representados por iniciativas como a do CPV e por outras milhares de iniciativas e vozes foram desconsiderados nesse processo político coordenado pelas elites.

O CPV criou um projeto importante de educação popular que se conectava ao jogo político e social desse período e, dentro de um campo de esquerda também com suas correntes e divisões internas, também fez suas opções. Em relação à CUT, por exemplo, o CPV certamente esteve muito mais próximo das posições defendidas por correntes como a "CUT Pela Base" e os setores próximos da OSM-SP. Esses setores se colocavam contra a burocratização do movimento sindical, defendendo os princípios e as práticas trazidas da experiência da OSM-SP, de democracia operária e de autonomia sindical. Essas ideias não eram hegemônicas dentro da CUT e foram aniquiladas ao longo da década de 1990, quando a central entrou num processo de profunda institucionalização e burocratização. Voltar o olhar para o CPV, para a OSM-SP, assim como para outros diversos projetos e movimentos populares, com visões políticas e experiências "não vitoriosas" dentro de um campo de esquerda, é parte das intenções desse estudo. Voltar a atenção para essas experiências de esquerda que não se tornaram hegemônicas também deve ser parte da reconstrução atual das verdades históricas sobre aquele período. Ou vamos repetir a tradição da história dos vencedores, dos heróis? Esse processo faz parte do embate político atual e da construção da democracia, que anda em "passos de tartaruga" em nosso país. Naqueles projetos não vencedores poderia haver estratégias e métodos de mobilização social e política relevantes hoje? O que temos a aprender com essas experiências? Olhar para esse período e a efervescência de ideias e projetos populares certamente nos ajudaria na busca de alternativas às atuais estruturas políticas visivelmente precárias e que, muitas vezes, são reprodutoras de políticas autoritárias já enraizadas na história e experiência de nosso país. Por que resistimos tanto a isso?

Em relação à memória social do final da década de 1970 e início dos anos 1980, a movimentação dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista e a personificação de Lula como realizador daquele processo, tornou-se a visão mais difundida sobre aquele período,

muitas vezes sendo encarado como única experiência relevante ou ainda como a principal frente de lutas de todo o período. É certo que as movimentações do ABC devem ser consideradas um marco, principalmente no que se refere às greves 1979 e às mobilizações populares para o 1º de maio de 1980, porém, os estudos e a memória em relação a outras regiões e a outros âmbitos da vida social e cultural dos trabalhadores devem ser enfatizados em novas pesquisas.

O CPV, em seu trabalho de formação/informação, revelou muitos outros personagens, como as pastorais, as oposições sindicais e os movimentos populares enormemente documentados em seu acervo, mobilizando-se em um projeto político-formativo nacional e latino-americano. O CPV se formou no bojo desses movimentos e estabeleceu uma relação de interdependência com os mesmos, como podemos observar nesta autodescrição:

> Desde o ressurgimento das lutas operárias e populares no final dos anos 1970, o CPV pautou sua atuação a partir de estreitos vínculos com diversos movimentos populares de bairro, pastorais, oposições sindicais em São Paulo e no restante do país. Assim foi até o final da década de 1980, participando ativamente na construção da CUT e na tomada de inúmeros sindicatos das mãos dos antigos pelegos vinculados ao autoritarismo. [8]

Nesse sentido, novamente Stuart Hall nos ajuda a entender a confluência de forças sociais representativas de um poder popular estabelecido nos processos sociais do período estudado.

> […] o lado do poder cultural de decidir o que pertence e o que não pertence – não é, por definição, outra classe "inteira", mas aquela outra aliança de classes, estratos e forças sociais que constituem o que não é "o povo" ou as "classes populares": a cultura do bloco do poder. (HALL, 2003, p. 245)

O CPV, estreitamente ligado a um bloco de poder popular, constituiu seu projeto de educação popular em sintonia com diversas forças sociais que lutavam em prol da transformação política e social e se contrapunham a outro bloco de poder, representado pelas forças políticas e econômicas ligadas ao governo ditatorial e às forças políticas liberais, às oligarquias rurais e ao empresariado urbano e, ainda, mais diretamente, aos meios de comunicação, educação e cultura dominados por essas forças.

Do ponto de vista teórico, no caminho desta pesquisa nos deparamos com, pelo menos,

---

[8] http://www.cpvsp.org.br/portal/cpv/historia/. Disponível m 31/05/2010. Essa pesquisa está arquivada no Projeto Memória da OSM-SP.

duas grandes áreas do conhecimento historiográfico que nos possibilitaram aproximações e reflexões importantes. Uma delas é a história do trabalho e a outra a história da cultura.

A história do trabalho nos ajudou a entender o nosso objeto de pesquisa – o CPV e sua documentação popular – como parte integrante do movimento social, o que criou alguns conflitos no que diz respeito ao caráter institucional do Centro. Afinal, como o CPV poderia ser considerado praticamente um movimento social se era um organismo da Igreja Católica, se era um centro pastoral. Por outro lado, também não podíamos considerá-lo um movimento social típico, como o movimento sindical, o movimento dos trabalhadores rurais ou os movimentos urbanos de bairro. No entanto, a contribuição e participação do CPV, na construção desses mesmos movimentos era inegável. Esse se tornou um dos importantes nós que precisava ser desatado.

Contribuiu bastante para o avanço dessa discussão o conceito de experiência, o fazer-se nas lutas de classes, desenvolvido por E. P. Thompson, além das já mencionadas reflexões sobre a cultura popular desenvolvidas por Stuart Hall. As reflexões e debates desses autores serviram para relativizar certas abordagens mais esquemáticas e doutrinárias sobre os temas em questão. Um exemplo dessa abordagem é certa visão estereotipada da classe trabalhadora e da própria luta de classes marcada por determinismos de todo tipo, incapazes de abarcar a complexidade dos processos históricos e culturais.

Essa visão se abre nos estudos de E. P. Thompson, quando aborda as classes e a luta de classes como parte de uma experiência real e concreta e não como algo pré-determinado, por exemplo por berço. Nessa abordagem, o processo social e a cultura são vistos como o conjunto dessas vivências e experiências. Nesse sentido a cultura se produz no fazer-se da história. Seu clássico texto sobre "A formação da Classe Operária Inglesa" dá conta de um amplo universo de mobilização social vivenciado com a implantação da indústria capitalista. Sua visão sobre o processo das lutas de classes nos ajuda a pensar o momento histórico brasileiro em que se reacendiam as lutas operárias e populares.

O CPV no seu fazer cotidiano, inserido nas lutas sociais, tornou a sua experiência de documentação e comunicação popular em um processo essencialmente formativo, que via os trabalhadores e o povo como sujeitos de suas lutas, como sujeitos históricos. Dessa forma, o movimento de formação e informação desenvolvido pelo CPV implicou um amplo rol de atividades que esteve balizada pela busca de um fazer comprometido em conhecer e expor a realidade e a história das contradições de classe em que viviam os trabalhadores, formando-os

e conscientizando-os como classe que se fortalece e se unifica na sua experiência de luta.

Para análise do contexto dos movimentos sociais e entidades de apoio, que eclodiram nas décadas de 1970 e 1980, destaco ainda o estudo de Eder Sader (1988). Trata-se de um dos mais importantes estudos produzidos no calor daqueles acontecimentos e traz contribuições relevantes também do ponto de vista conceitual e metodológico. Esse estudo, apesar de não versar diretamente sobre o tema da documentação popular, ajuda a delimitar o escopo do bloco popular nesta pesquisa, num contexto especialmente urbano da cidade de São Paulo.

Eder Sader destaca a atuação dos sujeitos sociais que se expressavam nos movimentos populares daquele momento e caracterizou-os como novos personagens. Nessa elaboração, o autor faz uma crítica e revisa os conceitos do marxismo ortodoxo que coloca a classe trabalhadora sempre do ponto de vista de seu papel como condutora da revolução socialista, numa visão teleológica do processo histórico. Nesse sentido, caracteriza o fenômeno que estuda como não sendo "extensivo ao conjunto dessa classe [de trabalhadores], mas antes, a uma parcela, que constitui movimentos sociais, com novos padrões de ação coletiva, que nos permitem falar da emergência de novos sujeitos políticos". (SADER, 1988, p. 17)

Para esse autor, os sujeitos sociais em destaque são sujeitos que investiam em um projeto coletivo, influenciados por matrizes discursivas de instituições também em reformulação. São elas: a Igreja que reconfigura seu discurso à luz da Teologia da Libertação; o marxismo das esquerdas que, embora não tenham reformulado suas práticas, tinham em seu benefício um denso corpo teórico sobre as lutas e contra a exploração capitalista; e o sindicalismo que supera sua crise graças à matriz discursiva do "novo sindicalismo". (SADER, 1988, p. 11)

Tanto as formulações das matrizes discursivas como os estudos dos movimentos sociais em Eder Sader se colocam em diálogo com meu trabalho. Por um lado as matrizes discursivas ajudam a referenciar as concepções da documentação popular realizadas no CPV e uma rede de entidades e movimentos sociais (populares e sindicais) marcados por essas concepções. Havia clara influência dessas matrizes discursivas no cotidiano e na elaboração dos rumos do CPV e da documentação popular por ele praticado. Porém, não pretendemos estudar essas matrizes de modo separado e sim apontar as suas nuances na confluência das forças sociais que compuseram um bloco popular e elaboraram novas formas de comunicação e documentação, que serviram como base de um projeto de transformação social.

Os movimentos sociais presentes no estudo de Eder Sader [9] estão documentados no acervo do CPV. E mais do que isso, no caso do estudo de caso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, já vimos que houve uma vivência cotidiana na dinâmica do Centro, chegando a ter membros no quadro de direção e sócios e compartilhando algumas diretrizes políticas que balizaram, em alguns períodos, a definição de parte dos conteúdos do acervo e das publicações do CPV.

Acompanhando também as reflexões de Olga Brites Silva (1992), estamos "preocupados em politizar o saber sobre o passado e o presente, reconhecendo nos trabalhadores a condição de sujeitos e produtores de conhecimento", pois trata-se de um saber que esta à margem dos conhecimentos validados pela sociedade e que, muitas vezes, são tratados como de menor importância. Podemos refletir de forma similar, no campo de disputa das memórias, onde existe uma tensão social entre elites e classes populares.

> Esta tensão [entre "especialistas" e "leigos"] é geralmente resolvida pelo caminho mais fácil: a desqualificação de concepções, práticas e saberes populares diante da fala autorizada do especialista. Em nome da ciência, da razão ou da técnica, acaba-se por retirar da maioria a possibilidade de um saber-fazer: destroem-se experiências, eliminam-se propostas e projetos em construção. (SILVA, 1992, pag. 17)

No caso da documentação popular esse tipo de relação pode se estabelecer quando comparada à arquivística e à biblioteconomia, campos de saber instituídos academicamente. O olhar das ciências humanas para os processos de criação e desenvolvimento dos arquivos e das áreas de saber, tanto acadêmicos quanto populares, ajudam a problematizar as relações entre os mesmos. No caso da documentação popular e do CPV, pretendemos contribuir para a compreensão dos processos e das concepções estabelecidos na produção do seu acervo.

Chamamos a atenção para esse debate, enfatizando que as disputas de memórias se dão no campo das disputas políticas. Para desvelar tais processos, faz-se necessário o entendimento das concepções embutidas nos projetos de memória e produção de arquivos. Nesse sentido, colocamos a relevância de estudar as concepções e práticas sociais que originaram o acervo físico do CPV e de outras entidades similares, bem como dos arquivos e centros de documentação públicos, privados e universitários.

Hoje, o CPV é reconhecido essencialmente pelo patrimônio documental que acumulou

---

[9] São eles: o Movimento de Saúde da Periferia Leste, os Clubes de Mães da Periferia Sul, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. O acervo do CPV serviu como fonte de pesquisa para o próprio Eder Sader sobre o movimento de saúde e a oposição sindical.

durante todos os anos de sua atuação (1973 até os dias atuais). Seus trabalhos atuais estão focados em promover o acesso digital a essa documentação. [10] Esta pesquisa pretende colocar o foco de atenção na experiência social que possibilitou a constituição de seu acervo. Entendemos que esse acervo, além de representar um patrimônio documental a ser preservado, foi constituído através de práticas e concepções específicas do fazer documentação, comunicação e memória das classes populares. Representa, portanto, um patrimônio histórico e social que se materializou pela ação de diversos sujeitos sociais: os frades dominicanos, estudantes universitários, agentes de educação popular, líderes de movimentos sociais (sindicais e populares) e de organizações de esquerda. Evidenciar a memória da experiência social e histórica, escondida no acervo silencioso e empoeirado de hoje, é o principal objetivo deste trabalho.

No primeiro capítulo estabelecemos uma periodização recompondo trajetórias e memórias que envolvem a experiência do CPV, com vistas a recuperar as forças sociais e políticas e projetos em disputa em destaque nesse processo, além de traçar uma caracterização do próprio CPV – que foi fundado, em 1973, como Centro de Pastoral Vergueiro e se transformou em Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro no final dos anos 1980, quando se desvinculou da Ordem dos Dominicanos. Procuraremos enfatizar as transformações em sua estrutura interna e suas prioridades de atuação, tanto no que se refere a suas atividades, como também no que se refere às articulações com as forças políticas e sociais, que puderam estabelecer um campo popular de atuação. Nesse capítulo, refletimos ainda sobre o emaranhado de memórias, concepções e práticas que confluem para a experiência do CPV nas décadas de 1970 e 1980, cuja análise nos faz afirmar que sua experiência é parte constitutiva e constituinte da experiência da classe trabalhadora.

No segundo capítulo, mostramos que as concepções e práticas da documentação e a comunicação popular foram desenvolvidas não só pelo CPV, como também por uma série de entidades de apoio aos movimentos populares, que estavam espalhadas pelo Brasil e América Latina. Apresentamos, nesse capítulo as formas de inter-relacionamento estabelecidas entre essas entidades, destacando a atuação do CPV e a formação de uma rede nacional e latino-americana que se estabeleceu a partir de um “movimento de publicações populares” e de

[10] Em seu site recém-repaginado já estão disponíveis para download 1.065 títulos de periódicos, 2.224 cartazes organizados em um banco de dados com busca por título, temática e localidade. É o primeiro trabalho de digitalização e difusão de dimensões razoáveis feito pelo CPV,embora ainda represente uma parcela bem pequena da totalidade do seu acervo. O trabalho foi realizado em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo e financiado por dotação orçamentária do deputado estadual de São Paulo, Adriano Diogo.

encontros sobre documentação e comunicação popular ocorridos a partir de 1977.

Finalmente, no terceiro capítulo, refletimos sobre as concepções e práticas da documentação e comunicação popular levadas a cabo pelo CPV. Para isso, fazemos uma incursão nas atividades do Setor de Documentação e Pesquisa e do Setor de Comunicação, destacando os conceitos e entrecruzamentos das áreas de documentação e comunicação popular, a lógica de organização do acervo, as publicações do Setor – dossiês, recortes de jornais, cadernos populares, informes bibliográficos. Procuramos recuperar nessa análise as forças sociais envolvidas nessas produções e o CPV como criador/experimentador de práticas integradas de documentação e comunicação popular.

1 CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO: ENTRE TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS

O Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) foi fundado oficialmente em 15/11/1973 como "associação sem fins lucrativos, políticos ou religiosos". Naquele momento, identifica-se na articulação do Centro a presença de três frades dominicanos e alguns jovens universitários e recém-formados. Em sua ata de fundação, ao definir suas funções e natureza, assume como finalidades prioritárias:

> […] atender no sentido mais amplo as pessoas necessitadas da zona sul de São Paulo em especial as provenientes das regionais do Ipiranga e Vila Mariana, como também [atender] estudantes dos vários níveis da cidade de São Paulo, visando a promoção humana e cultural dos mesmo. [11]

Tais objetivos anunciam a conformação de um projeto de educação e formação cultural e o tipo de atuação assumida pelo Centro no momento de sua institucionalização evidenciando: a opção pelos pobres, vistos como pessoas necessitadas de atendimento; a ação regionalizada vinculada à Regional Episcopal do Ipiranga na cidade de São Paulo; o foco de atuação no público estudantil e na promoção humana e cultural. Em resumo, o CPV, inicialmente, estabeleceu-se como centro pastoral típico.

Apesar de ainda assumir um tom assistencial, fica claro nesses objetivos iniciais que os fundadores do CPV querem fazer mais do que atender às necessidades básicas de subsistência da população carente da zona sul de São Paulo. O "sentido amplo" que se quer dar a esse projeto vai se esboçando no documento de criação da entidade e em seus estatutos. Assim, o presidente recém-empossado, frei José J. Queiroz completa o rol de objetivos que o CPV deveria atingir:

> [...] a elevação social e cultural bem como a orientação jurídica dos assistidos, dos meios para atingir esses objetivos, a saber, um serviço social de casos, a criação de um departamento educacional para alfabetização de adultos, a organização de plantões para atendimento jurídico e orientação de casos, a organização de biblioteca, cursos, palestras, a formação de grupos de teatro e de grupos de documentação e pesquisa. [12]

---

[11] Ata da Assembleia Geral Ordinária que institui o Centro de Pastoral Vergueiro. 15 nov. 1973. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 1)

[12] Ata da Assembleia Geral Ordinária que institui o Centro de Pastoral Vergueiro. 15 nov. 1973. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 1 verso)

A maioria das ações aí projetadas reforça o caráter cultural e educativo do CPV: criação de um departamento educacional para alfabetização de adultos, organização de biblioteca, cursos, palestras, formação de grupos de teatro e grupos de documentação e pesquisa. O atendimento jurídico e a/o orientação/serviço social de casos sugerem um atendimento de caráter social. A análise do trecho destacado acima também mostra algumas estruturas de funcionamento da entidade que foram implementadas mais tarde, como os departamentos, os grupos e atendimentos de casos.

Apesar de se fundar como associação leiga, o forte vínculo com a Ordem dos Dominicanos (também chamada de Ordem dos Pregadores) se explicita já nesses momentos iniciais, quando se estabelece a direção da entidade, tendo à frente os frades José Queiroz e José de Rezende como presidente e primeiro secretário respectivamente, o nome da entidade, que lhe atribui um caráter pastoral, além do local onde foi estabelecida sua sede – a Comunidade Cristo Operário, comunidade dominicana na zona sul de São Paulo. Além disso, a Sociedade Impulsionadora da Instrução [13] repassava uma contribuição mensal ao CPV que, apesar de representar uma pequena porcentagem nas suas receitas, foi uma colaboração assegurada durante muitos anos. Ainda em caso de dissolução, estava definido nos estatutos, que os bens da entidade passariam à Sociedade Impulsionadora.

A atuação marcante dos frades e a estrutura (prédio, financiamento) cedida pelos dominicanos não implicou uma participação coadjuvante dos outros membros da entidade. Alguns deles assumiram cargos de direção logo na fundação, como é o caso de Fernando Luis Prandini e Cícero José Fagundes Moreno, estudantes da USP, que assumiram na primeira diretoria os cargos de segundo-secretário e tesoureiro respectivamente. Victor Petrucci, recém-formado em química, também pela USP, assumiu a coordenação do Departamento de Documentação e Pesquisa com frei Giorgio Callegari, que também impulsionou a criação do Centro.

O CPV foi fundado na Comunidade Cristo Operário, localizada na rua Vergueiro, bairro Brasílio Machado, na região sul da cidade de São Paulo. A atuação dos dominicanos nesse lugar remonta aos finais da década de 1940, quando frei João Batista negocia um terreno de 3.500m², onde funcionava o Círculo Operário do Ipiranga. Seu objetivo era fundar uma Comunidade Dominicana e implantar um amplo projeto de evangelização junto aos operários. A existência do Círculo Operário ali demonstra que já havia um trabalho sindical

[13] Sociedade Impulsionadora da Instrução é a entidade civil que cuida dos bens e das finanças da Ordem dos Dominicanos. Nessa época sua sede era na cidade do Rio de Janeiro.

vinculado à Igreja Católica naquela região, tradição que, de alguma forma, continuará com a experiência levada a cabo por frei João.

O principal resultado desse trabalho foi a criação da Comunidade de Trabalho Unilabor, que se constituiu em torno de uma fábrica de móveis modernistas, entre os anos de 1954 e 1967. Além dos operários e religiosos, confluíram, para as atividades da Unilabor, artistas modernistas, comunistas, trotskistas, intelectuais, estudantes e outros agentes sociais interessados na transformação social do país.

Estavam inspirados na vivência de frei João como padre operário na França e na proposta da Economia Humanista do padre Lebret, que, em tempos de guerra fria, apontava uma terceira alternativa de organização social. Tratava-se de uma economia que deveria colocar o homem em primeiro plano e a moral como balizadora da vida social. No projeto comunitário da fábrica, essas ideias se refletiram em atividades sociais tais como o teatro, a escola infantil e, principalmente, na proposta de uma gestão compartilhada pelos operários. Para Mauro Claro, arquiteto que fez suas pesquisas de mestrado e doutorado a respeito da Unilabor:

> O objetivo maior da experiência foi a desalienação do trabalhador, a ser obtida por meio de sua transformação em proprietário coletivo, com todas as responsabilidades e tarefas que isso supõe e, por outro lado, no seu elevamento espiritual e cultural, num processo de enriquecimento não apenas material, mas sobretudo moral. (CLARO, 2012, p. 17)

Afora a proposta de construção de uma cooperativa de trabalho administrada pelos próprios operários, é interessante observar a proposta de enriquecimento cultural e moral explicitado por Mauro Claro no caso da Unilabor. No caso do CPV, essa proposta também estará no centro do projeto estabelecido. Uma análise comparativa das semelhanças e diferenças entre essas duas iniciativas com certeza representaria um fator de enriquecimento da história da Comunidade Dominicana e dos movimentos de trabalhadores nesta região.

Os dominicanos que levaram a cabo a experiência da Unilabor tinham, como proposta, a interação com novas ideias e práticas, tornando a comunidade um espaço de confluência de diversos agentes sociais. Importantes artistas plásticos, designers, paisagistas e teatrólogos, por exemplo, atuaram com grande afinco, contribuindo para a construção do que hoje se tornou o patrimônio cultural e artístico da Comunidade Cristo Operário. Dentre as obras arquitetônicas e artísticas que compõem esse patrimônio temos a Capela Cristo Operário,

fundada em 1950 e preservada com características que lhe dão atributo de única capela modernista da cidade de São Paulo (FIG. 1); o Cristo Operário, símbolo máximo da comunidade, que foi pintado no altar da capela pelo pintor modernista Alfredo Volpi (FIG. 2); os jardins de Burle Marx, que entremeiam as edificações e, finalmente a grande contribuição de Geraldo Barros, um dos principais designers dos móveis da Unilabor. [14]

Figura 1 – Fachada principal da Capela Cristo Operário



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 2013.

Devido ao valor cultural e artístico da Capela Cristo Operário e ao valor social da experiência da Unilabor, a Comunidade Dominicana foi tombada na totalidade de sua área pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e obteve a proteção liminar pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre 2002 e 2004. [15] Como relata Mauro Claro (2012), foi um rico processo que, em seus resultados finais, impediu a

[14] Outros artistas plásticos estiveram envolvidos nesse trabalho, como: Moussia Pinto Alves, Yolanda Mohalyi, Elizabeth Nobiling, Giandomenico de Marchis e Robert Tatin. Também atuaram forças sociais voltadas para cultura, intelectualidade e política.

[15] O entendimento de que o conjunto deveria ser mantido como um todo representativo da história e experiência social vivenciada pela Comunidade Unilabor veio com o parecer da historiadora do Condephaat Ana Luiza Martins. Comentando a análise de Ana Luiza, Mauro Claro aponta que o desmembramento do terreno "descaracterizaria o cerne da experiência social ali ocorrida, que consistiria na conjunção da ação religiosa com a operária e a artística" (CLARO, 2012, p. 63).

divisão do terreno e a saída dos dominicanos da área, intenções da Ordem dos Dominicanos na época. [16]

Figura 2 - Capela do Cristo Operário com obras de Alfredo Volpi



Fonte: ESTADÃO.COM.BR: 2013. Autor: Valéria Gonçalvez/Agência Estado

Hoje, o conjunto arquitetônico da comunidade dominicana é bem parecido com o que havia já no inicio de 1960. É formado por seis edificações entremeadas por jardins (FIG. 4). O projeto da Comunidade Unilabor ocupou a totalidade desse espaço. O CPV, por sua vez, ocupou a edificação que faz divisa com a Rua São Daniel, onde fica um dos acessos para a comunidade (FIG. 3). Ao longo desta dissertação, pretendemos argumentar sobre a importância histórica e social do CPV, o que certamente irá oferecer instrumentos para entendê-lo também como parte da memória, história e do patrimônio da Comunidade Cristo Operário.

A Comunidade Unilabor e o CPV, apesar de não serem compostos das mesmas tramas sociais e históricas, são experiências que, de alguma forma, refletem uma complexa tradição, para a qual confluem experiências que se fazem no limiar das dimensões cristãs e operárias. Para Michel Lowy (2007), a Economia Humanista do padre Lebret foi uma das primeiras

[16] Os dominicanos pretendiam dividir o terreno em duas partes, sendo que uma delas - composta pela capela, casa do capelão e edificação (onde se localizava a sede do CPV) seria doada à Arquidiocese de São Paulo, que assumiria todas as responsabilidades sobre as atividades e a administração daquela comunidade, e a outra - onde se localizam as edificações que foram as oficinas e o teatro da Unilabor- seria vendida para custear outras atividades dos dominicanos. Essa divisão seria prejudicial à preservação do patrimônio social da Unilabor que deveria incluir, além das obras artísticas, as oficinas de trabalho, o teatro, etc.

linhas de pensamento que indicavam uma renovação do cristianismo, no sentido de pensar uma libertação que se iniciava no plano terreno, ou seja, na observação e transformação da sociedade. [17]

Figura 3 - Entrada da Comunidade pela Rua São Daniel



Legenda: Esta fachada corresponde aos fundos da casa onde funcionou o CPV entre 1973 e 1989. A entrada (à direita) também existia nesse período. Fonte: Arquivo da autora.

Esse tipo de experiência social passa a ter maior respaldo da cúpula da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II (1962-1965) promovido pelo papa João XXIII. Aquele momento se tornou um marco da afirmação da uma nova Igreja dedicada aos pobres. Na América Latina, esses ideais são discutidos e revigorados na Conferência dos Bispos de Medellín no ano de 1968. Nesse espaço, as proposições do trabalho social com os pobres são reafirmadas, porém, as críticas às táticas do marxismo eram feitas de maneira contumaz pelo Papa Paulo VI. A contraposição entre o cristianismo e o marxismo foi sempre reafirmada pela cúpula de Roma. Entretanto, o acirramento dos conflitos sociais e políticos na América Latina com a instauração de ditaduras militares em diversos países, abre espaço para o surgimento de uma teologia "revolucionária", que ia além das proposições de Medellín, aproximando suas análises de uma visão marxista do modo de funcionamento da sociedade e suas práticas, dos movimentos leigos, das pastorais populares, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Educação Popular.

---

[17] Uma das âncoras fundamentais do pensamento cristão desse período foi o desenvolvimento daquilo que Michel Lowy chamou de "cristianismo da libertação", que para ele é algo mais amplo que a teologia de mesmo nome, conceito que aproxima as experiências da Unilabor e CPV.

Figura 4 - Vista panorâmica da Comunidade Cristo Operário



Legenda: 1 – CPV entre 1973-1989; 2 – Casa do Capelão; 3 – Capela Cristo Operário, 4- Casa onde funcionou o teatro e depois a administração na época da Unilabor, 5 e 6 – Onde funcionou oficinas da Unilabor, hoje Biblioteca da Escola Dominicana de Teologia - EDT; 7- Salas de aula e administração da EDT e da Ordem dos Dominicanos; A – Sobrado alugado em 1980 pelo CPV que abrigou os departamentos de Editoração, Áudio Visuais e Livraria. Fonte: Adaptado de google maps: 2013.

Voltando aos registros sobre a fundação do CPV, eles suscitam algumas indagações: Quais as intenções dos frades e estudantes envolvidos na criação do CPV? Por que estavam se unindo para realizar aquele projeto de formação e elevação social e cultural? Quais ideias e práticas constituíram o CPV?

O depoimento de Victor Petrucci revela um pouco das intenções dos jovens frades e do grupo de estudantes do qual ele fazia parte:

> Havia que se fazer algo fora dela (da luta dentro das universidades), juntarmo-nos às parcelas da população que tinham um potencial de luta maior que o nosso. Sabíamos que através do movimento estudantil não iríamos muito adiante. Na verdade, nos deparávamos com a eterna e clássica pergunta: o que fazer? (PETRUCCI, 2003, p. 30)

A escolha feita por esse grupo estava relacionada com a opção de transformar a sociedade, a política, a partir da atuação nos bairros e da organização popular. Nacionalmente essa concepção ganhava força tornando-se alternativa para muitos movimentos de esquerda

que faziam um balanço da conjuntura anterior, onde os grupos armados estavam sendo aniquilados pelo endurecimento da repressão implantada pelo governo no pós-AI-5 (Ato Institucional nº 5, de 1968). Embora não se possa dizer que o trabalho de bairro seja uma novidade naquela conjuntura e na história dos movimentos sociais de São Paulo e do Brasil, a forma como o trabalho se articula na proposta de criação do CPV, com confluência de várias forças sociais que lutavam contra a ditadura e seu caráter cultural, aponta para a emergência de novas formas de articulação desses movimentos.

O grupo de dominicanos e estudantes que fundaram oficialmente o CPV, em 1973, já atuava, desde pelo menos 1969 na Paróquia do Jardim da Saúde [18], onde desenvolviam trabalhos de base junto a operários e domésticas, com atividades de educação popular, documentação e pesquisa. Aquele era um momento de grande indefinição na ação dos opositores do regime.

> As formações (de educadores) tinham um caráter profundamente ideológico e transformador. A linha do trabalho era anti-reformista e anti-ditadura. A gente estudava documentos sobre ações da ALN ou da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) do Lamarca, ou sobre a Guerrilha do Araguaia, por exemplo. A gente não sabia quem trazia e nem interessava saber. Mas, o grupo que estava ali era centrado na formação e nas aulas dadas durante a semana. Havia uma certa divergência com alguns guerrilheiros que achavam que o nosso trabalho era muito lento e tinha que politizar mais. Teve caso da gente ter aluno "sequestrado" por guerrilheiro. Os alunos eram operários e eles achavam que podiam fazer um trabalho político mais rápido, então pegavam eles pra "fazer a cabeça", conversar sobre a Revolução Brasileira... Isso aconteceu com a gente... (risos). Mas, havia uma proximidade do trabalho de educação popular com o movimento de resistência à ditadura, praticamente era também um movimento de resistência à ditadura. (RIBEIRO, 2013)

Foi um momento de transição, onde os agentes de projetos revolucionários se aproximam dos agentes de educação popular, confluindo forças para aquele espaço da Igreja Católica e agindo na lógica da construção da unidade política contra o inimigo comum. Apesar das críticas dos militantes das organizações guerrilheiras que tinham a pressa de trilhar os caminhos da revolução brasileira, aquele grupo de educadores mostrava também em suas ações a ousadia, a criatividade e análise estratégica.

> Mobral era um projeto de alfabetização que tinha a finalidade de ensinar, mas ao

[18] Os dominicanos atuaram na Paróquia Jardim da Saúde entre 1957 e aproximadamente 1972, quando o terreno foi vendido. Nessa ocasião, o grupo de frades que queriam a continuidade da paróquia – Callegari, Rezende e Queiróz – juntamente com os estudantes Prandini, Alice e Cícero, que já estavam agrupados, saíram em bloco para criar o CPV na Comunidade Cristo Operário, que na época estava abandonada e sem moradores.

> mesmo tempo vendia a ideologia do governo, da ditadura. Era um trabalho político, ideológico de direita. Teve grupos de educação popular que conseguiram trabalhar com eles, a gente nunca trabalhou. A gente até pegava sacos de material deles, mas a gente jogava tudo no lixo, botava fogo, pra não ser divulgado. Isso fazia parte do nosso projeto. A gente fazia o nosso próprio material. (RIBEIRO, 2013)

Eram forças resistentes e combatentes naquele ambiente de terror e de exploração capitalista, em que o suposto "milagre econômico" estava no auge, e a ditadura fazia fortes investidas também na área da educação, com o Mobral, impondo aos brasileiros uma cultura militar, conservadora e retrógrada. Aqueles resistentes, herdeiros das experiências do MEB (Movimento de Educação de Base) e de Paulo Freire, pretendiam mudar aquela realidade, com uma atuação educativa transformadora que, apesar de ser considerada uma via "demasiadamente lenta" para alguns, foi bastante difundida nos bairros da periferia de São Paulo, formando e conscientizando muitos militantes, que fariam toda a diferença num momento posterior. Esse trabalho de educação foi um dos componentes do "trabalho de base" ou "trabalho de formiguinha", como era chamado, apoiado no trabalho de conscientização, formação de quadros, que não causou grande impacto imediato como as ações dos grupos guerrilheiros, porém, tornou-se um componente fundamental e decisivo, pois agregou forças para, no final da década de 1970, constituir um movimento massivo.

Segundo José de Rezende Ribeiro (2013), o grupo que integrou as ações de base na paróquia Sagrada Família formava uma frente que agregava diversas tendências políticas. "Ali era uma frente, tinha pessoal do PCB, do PC do B, pessoal que era só ALN e outras organizações e independentes que apareceram depois. Era uma frente de estudantes com a gente e o Callegari que éramos próximos da ALN". Essas forças políticas, que tinham divergências entre si, estavam fazendo os trabalhos de educação popular, documentação e pesquisa junto aos trabalhadores naquele bairro da zona sul de São Paulo, estabelecendo assim novas formas de ação conjunta.

Alguns relatos alargam as origens do CPV para anos anteriores a 1973, considerando a ação do grupo que já agia embrionariamente no Jardim da Saúde. "Um pequeno grupo de seis ou sete pessoas se propunha a atuar junto aos moradores da periferia de São Paulo (reuniam-se no bairro da Saúde). Estávamos em 1971, em plena ditadura militar, com fortíssima repressão política." [19] Nesse trecho do relato histórico elaborado pelo próprio CPV, a repressão política aparece compondo o contexto daquele momento. Essa realidade e a participação dos

[19] Nosso Trabalho em Documentação. 1994. p. 83. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1 atual.)

dominicanos fundadores na resistência armada à ditadura foram omitidas nos registros oficiais do CPV – atas de reuniões e assembleias. No entanto, podemos acompanhá-la nos depoimentos, nos registros extraoficiais e nos documentos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS - SP).

Na década de 1970, a tensão gerada sobre os dominicanos da Paróquia Jardim da Saúde e depois da Comunidade Cristo Operário pela repressão política foi canalizada para a figura de frei Giorgio Callegari. Isso porque, em 1969, ele foi preso, junto com um grupo de dominicanos, por participar da Ação Libertadora Nacional (ALN) – liderada por Carlos Mariguella. Essa atuação é confirmada por José de Rezende Ribeiro (2013) e por João Valença [20] (frei Maurício), também integrantes do grupo que, dentre outras atividades, cuidava da logística de militantes clandestinos da ALN. Frei Giorgio ficou preso por treze meses. Nesse período fez uma greve de fome que conseguiu repercussão internacional e, junto com uma parte dos dominicanos, foi absolvido após julgamento. [21]

Alguns depoimentos afirmam que circulava no meio do CPV a ideia de que a entidade teria surgido para guardar documentos de presos e organizações políticas. Trata-se, porém, de uma afirmação que se apresenta mais como mito de origem do que como constatação real. O depoimento de João Valença (frei Maurício), que morava na Comunidade Cristo Operário em 1969, é precioso e nos remete ao tema da documentação de presos políticos.

> Começamos a abrigar na Capela do Vergueiro, onde eu morava com frei João Batista, algumas pessoas que estavam de passagem pelo estado a caminho do Rio Grande do Sul e Uruguai. No caso de nossos companheiros militantes outras tarefas eram dadas, não só a de hospedagem de alguns militantes procurados pela repressão, mas também de confeccionar documentos civis para poderem sair do país, fotografias para estes documentos, pequenas gráficas improvisadas, estoque de documentos da ALN, etc. Estávamos em pleno 1969. (VALENÇA, 2004, p. 42)

É provável, portanto, que a documentação de perseguidos, presos e organizações políticas tenha circulado no ambiente em que mais tarde foi fundado o CPV. Essa documentação, porém, nunca foi identificada no acervo do CPV. A chance de que tenha se perdido devido à repressão, especialmente do período anterior a 1969-1970, é muito grande.

---

[20] João Valença (2004) conta sobre a participação na ALN e dá detalhes da repressão sofrida pelo grupo de dominicanos em 1969, no artigo intitulado “Uma história do tempo ditadura - as entrelinhas da luta contra o regime ditatorial”, escrito para revista do CEPE – Centro Ecumênico de Publicações e Estudos frei Tito de Alencar Lima, que dedicou volume especial em homenagem a frei Callegari, na ocasião de seu falecimento.

[21] Frei Betto, em “Batismo de Sangue”, relata o trabalho político desenvolvido por esse grupo e a dura repressão sofrida. Entre os dominicanos que não foram absolvidos estavam o próprio Frei Beto, Frei Ivo, Frei Oswaldo, Frei Fernando e Frei Tito.

Mas, de qualquer forma, como buscaremos demonstrar, as origens do CPV não se prendem a esse objetivo. A "lenda" reflete o clima existente na época de criação do CPV e também o comprometimento militante que fez parte de toda sua trajetória.

O fato do nome de frei Giorgio Callegari não aparecer na ata de fundação do CPV é indicativo do clima de perseguição e da tentativa de proteger a entidade e ele próprio da vigilância da polícia política que certamente o monitorava desde a sua prisão em 1969. Ele entrou oficialmente para o CPV em 16 de março de 1974 "na categoria de sócio benemérito, graças a seu auxílio prestado em hora tão oportuna" [22]. A qualidade de "sócio benemérito" se deu também em função de sua contribuição financeira para a implantação do CPV e para as obras adaptativas do prédio, registradas nas atas no decorrer do ano de 1974. Victor Petrucci, na época professor do cursinho da Faculdade Politécnica da Universidade de São Paulo e militante trotskista, expõe desta forma seu primeiro contato com o CPV e com frei Giorgio:

> Fui, me apaixonei e ali fiquei por quinze anos, até 1988. Por quê? O primeiro impacto foi conhecer Giorgio. Sua personalidade destilava energia e vontade de lutar por um mundo melhor, de criar as condições para que os operários pudessem ter um espaço onde dessem início a todo o processo de reorganização e assim impulsionassem a revolução que almejávamos. Mostrava-nos que ali se criaria um espaço onde pudéssemos armazenar toda a documentação do que existia como ação dos trabalhadores. Giorgio tinha plena consciência que isso seria importante no processo de luta e reorganização do movimento sindical e do próprio partido que deveria surgir legalmente um dia. (PETRUCCI, 2003, p. 31)

Conforme Petrucci relata, frei Giorgio o recebeu e o animou a participar de um espaço destinado aos trabalhadores, aos operários. Ele apostava na reorganização do movimento sindical e de um partido legalizado e entendia que o trabalho de documentação seria instrumento para isso. Esse projeto já vinha se realizando, pois "no local já havia uma infinidade de documentos, jornais, livros, cadernos, pacientemente coletados por Giorgio. Foram milhares de horas de trabalho árduo de organização da informação". (PETRUCCI, 2003, p. 31). Dessa forma, nos anos de 1974 e 1975, a documentação e pesquisa sob a coordenação de Victor e Giorgio ficam em evidência a partir da realização de mutirões para organizar a papelada ali existente, dando origem a um Departamento de Documentação e Pesquisa e a uma biblioteca para o atendimento ao público. [23]

---

[22] Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária do Centro de Pastoral Vergueiro. 16 mar. 1974. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 6 verso)

[23] Frei Romeu Dale, que mais tarde se tornará um grande impulsionador das atividades do CPV, estava colaborando com esses mutirões, organizando os setores de "Teologia" e "Comunicações Sociais" (subáreas

A participação de Giorgio na fundação do CPV aparece não apenas nas memórias de outros personagens, mas também em seu próprio depoimento: "[...] fui animador e diretor do Centro Pastoral Vergueiro em São Paulo até outubro de 1974 [...]" (FOLALOSSO, 2003, p. 25). É interessante observar que oficialmente, ele não ocupou cargo de direção do CPV. Contudo, como demonstram os relatos, ele teve uma atuação fundamental na criação e implantação do CPV como centro de documentação e memória dos trabalhadores.

Em 1974, frei Giorgio Callegari foi novamente vítima da repressão política, sendo, então, expulso do Brasil. Os motivos declarados em relatório do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) para a expulsão foram: a prisão por envolvimento subversivo, a ligação com a ALN e a natureza da documentação que carregava. Esse fato ocorreu em 05/10/1974, no Aeroporto de Viracopos em Campinas-SP. Quando frei Giorgio estava embarcando para a Itália, foi comunicado que seria proibido de voltar ao país. Dentre os materiais "subversivos" que foram usados para justificar a expulsão de Giorgio, estava o "Projeto de Despesas e Manutenção do Centro Pastoral Vergueiro". [24]

Também estavam bastante envolvidos na criação do CPV: frei José de Rezende Ribeiro, que, com a experiência acumulada, continuou e expandiu as classes de educação de adultos nos bairros, coordenando o Departamento de Educação de Adultos do CPV, e frei José J. Queiroz, que fazia atendimentos jurídicos individuais e coordenava o Departamento de Assistência Jurídica. Além dos estudantes já citados, Fernando e Alice Prandini, Cícero e Victor, também atuaram Nazareno Spósito Neto, Stanislau Afonso, Maurizio Poggi Pollini e Dinah S. Bittencourt, além de um grupo mais amplo de educadores e colaboradores. Esse grupo de sete estudantes, juntamente com os três dominicanos, formou o núcleo central do CPV nessa fase inicial.

A diretoria tinha mandato de dois anos, reunia-se a cada dois meses e estava subordinada à Assembleia Geral, órgão soberano do centro, que se reunia todo ano no mês de março. Analisando os registros das atas, muito bem escritas e ricas em detalhes, podemos perceber que havia regularidade nas reuniões e que, apesar do modelo hierárquico, buscava-se

---

da "Documentação e Pesquisa"), além de ministrar as missas na Capela Cristo Operário.

[24] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Pasta/Documento:50-Z-9-39421. Existem outros registros no arquivo do DEOPS que se referem à Comunidade Cristo Operário e ao CPV. Os que datam do período anterior à fundação do CPV têm a Capela Cristo Operário e/ou Capela Vergueiro como alvo da vigilância. Os que se referem diretamente ao CPV aumentam depois das ondas grevistas de 1978/79, quando agentes do Estado passam a se infiltrar nas reuniões e acompanhar a organização popular. Também existem relatórios de apreensão e análise de materiais distribuídos e editados pelo CPV, bem como outros que caracterizam a entidade e seus membros.

certa horizontalidade entre os membros. Nesse sentido, o modelo associativo do CPV teve também um caráter democrático que seria aprofundado no decorrer de seu desenvolvimento.

Logo após a fundação do CPV, agregaram-se dois outros agentes fundamentais na vida do centro nos anos posteriores: frei Sérgio Calixto Braúlio Valverde, admitido como sócio efetivo em 15 de janeiro de 1974, e frei Romeu Dale, em 30 de novembro do mesmo ano. Frei Sérgio Calixto vai se envolver nas atividades do Departamento de Publicações do CPV e posteriormente nas atividades do Departamento Jurídico "22 de agosto" (que mencionaremos adiante) e nos movimentos de loteamentos clandestinos na região sul, tendo destacada atuação nessa área.

Frei Romeu Dale, que tinha tido forte experiência com a Juventude Universitária Católica e tinha grande conhecimento na área de Comunicação Social [25], foi o frei dominicano com atuação mais prolongada no CPV. Assumiu a presidência em 1975, posto que só deixou em 1990 (Apêndice A). Foram quinze anos de grande envolvimento como demonstraram os registros da entidade, os depoimentos coletados e as suas produções. Foi diretor político e articulador das relações externas, tanto as de financiamento, como das redes de entidades similares ao CPV. Além disso, cumpria tarefas de documentalista, pensador e intelectual.

Para alguns, tinha um espírito sereno e conciliador com o qual conseguiu reunir as diversas tendências e visões que se aglutinaram em torno do CPV. Para outros, era um teólogo, estudioso e documentalista. Sem dúvida, frei Romeu Dale foi uma das figuras mais importantes na história do CPV e na sua consolidação como "centro de documentação e comunicação popular". Os relatos de Victor Petrucci indicam que frei Giorgio, pouco antes de sua expulsão do Brasil, convidou frei Romeu Dale para morar na comunidade dos frades da Rua Vergueiro e assumir a coordenação dos trabalhos do Centro de Pastoral Vergueiro (PETRUCCI, 2003, p. 32). Já José de Rezende Ribeiro (2013) aponta que Romeu veio para o CPV por indicação da Ordem dos Dominicanos, que queria alguém de sua confiança coordenando o trabalho no CPV. De qualquer forma, foram frei Giorgio e frei Romeu que conceberam o CPV como um centro de documentação, comunicação e memória dos trabalhadores e, dentre os diversos projetos pensados e realizados, esse foco de trabalho foi o que teve maior sobrevida e o que se constituiu na principal linha de trabalho do centro. Nesse

[25] No ano de 1973 foi lançado, pela Editora Paulinas, o livro "Igreja e comunicação social", que era uma coletânea de textos referenciais, produzidos pela Igreja, os quais tratavam do tema da comunicação social dentro da Igreja e abordavam temas tabus como censura e livros proibidos nos pontificados de Inocêncio VIII a Leão III até uma série de encontros sobre imprensa no Brasil e na América Latina, já nas décadas de 1960 e 1970.

sentido, dentre os dominicanos, pode-se dizer que frei Giorgio foi o idealizador e frei Romeu o realizador do CPV.

1.1 Tempos de criação e estruturação (1973-1977)

O período que se estende de 1973 a 1977 pode ser considerado como tempo de criação e estruturação dos trabalhos do CPV. O centro viveu certa instabilidade política com a expulsão do frei Giorgio e com a troca de diretores nos dois anos iniciais e as atividades principais giraram em torno das obras de adaptação do prédio e dos mutirões para organização dos materiais da biblioteca e recortes de jornais e revistas. A partir de 1975, a direção da entidade se estabilizou e ficou centralizada na figura de frei Romeu Dale, que teve um importante papel não só na dinâmica cotidiana do trabalho – realizando pesquisas e trabalhos com documentação – mas também no estabelecimento de contato com uma ampla rede de entidades. Além de se tornar uma das principais atividades do CPV, já em 1976, com o recolhimento, a troca, distribuição e venda de publicações populares, essa rede de contatos também ajudou na captação de recursos a partir de entidades estrangeiras ligadas à Igreja Católica, o que deu uma nova vitalidade aos trabalhos da entidade que pôde começar a contratar pessoas, comprar equipamentos e desenvolver projetos específicos.

As atividades projetadas na fundação do CPV vão se realizando a partir da formação dos departamentos/setores - áreas de trabalho com uma coordenação e uma equipe de apoio e colaboração, com propostas de atuação específicas. Nesse período inicial, os departamentos estão bem demarcados pelos interesses e coordenação dos frades e estudantes envolvidos e representaram, até certo ponto, uma continuidade dos trabalhos que desenvolviam na Paróquia Jd. da Saúde. Os departamentos implantados nesse período foram: Assistência Jurídica, Educação de Adultos, Documentação e Pesquisa e Publicações, sendo que os dois primeiros teriam vida mais curta durando até 1976/1977, e os demais seriam a base para o estabelecimento do CPV como um centro de documentação e comunicação popular, que atuou junto aos movimentos populares, e uma rede de entidades e movimentos que alcançou abrangência nacional.

O Departamento de Assistência Jurídica esteve sob a responsabilidade do frei José J. Queiroz entre 1973 e 1977. Ele, que era advogado, fazia atendimentos individuais e algumas reuniões em grupos, tanto no local da sede como em comunidades de bairros periféricos.

Atendia casos de trabalhadores e trabalhadoras, de família, de herança e também relativos a problemas de habitação, despejo, loteamento clandestino, dentre outros. Em 1977, irá se afastar dessas atividades e também da vida cotidiana do CPV, mas convidou um grupo de professores e estagiários de direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para atuar nessa área.

O Departamento de Educação de Adultos, sob a responsabilidade de frei José de Rezende Ribeiro e Maurizio Poggi, em 1975, expandiu os trabalhos de educação popular e alfabetização de adultos, pois obteve o financiamento de um projeto junto a Entraide et Fraternité, organismo de ajuda internacional dos bispos da Bélgica. Segundo José de Rezende Ribeiro, eles tinham cerca de vinte classes de suplência e alfabetização e alcançaram a Vila Morais, Jd. Da Saúde, Arapuá e Parque Bristol, bairros da zona sul de São Paulo, além da Cidade Ademar e Americanópolis. Esse trabalho foi bastante amplo e envolveu muitos educadores que, em geral, eram estudantes universitários que se identificavam com o trabalho militante na periferia da cidade. Os momentos de formações desses educadores, para José de Rezende, foram marcantes. Envolveram importantes intelectuais e militantes que traziam reflexões para discutir como estabelecer uma educação libertadora. Dentre eles, estiveram presentes Maria Nilde Mascelani, Elza Lobo, Florestan Fernandes, Vera Tokairin e Miriam [26]. Estas últimas, além das palestras, produziam o *Jornal da Vila* (Vila Morais), exemplo de imprensa de bairro, que era distribuído nas classes. Esse trabalho de educação popular foi durante algum tempo o trabalho mais importante do CPV, porque envolveu um grande número de educadores, trabalhadores e trabalhadoras, que receberam formações semanais, e representou a consolidação de um trabalho inovador na educação de adultos ao aproximar-se da realidade da população pobre daqueles bairros.

As atividades eclesiais na Comunidade Cristo Operário, como as missas aos domingos conduzidas por Frei Romeu Dale e a organização de cursos de catequese, dentre outras, também eram espaços para aproximar a comunidade local. Essas atividades especificamente religiosas estabeleciam diálogo com as novas ideias e formas de organização popular estabelecidos nos cursos de alfabetização e em outras atividades do CPV, fazendo com que as instâncias do laico e do religioso se estreitassem e, por vezes, se encontrassem, traçando caminhos comuns. Daí surgem complexas relações sociais que dificultam a delimitação do trabalho pastoral. A militância política e a fé estreitam suas relações e ganham força em

[26] Esse nome foi destacado por José de Rezende Ribeiro, porém, não tivemos condições de recuperar seu sobrenome.

espaços como o CPV.

As primeiras discussões sobre a teologia da libertação aparecem em 1975, devido à demanda dos agentes do CPV. No final daquele mesmo ano, frei Romeu Dale organizou um curso de catequese e aproveitou o convidado, padre Hugo Paiva, para promover uma discussão sobre o tema.

> A realização dos cursos dados pelo padre Hugo Paiva (lazarista do Rio de Janeiro) no mês de setembro passado, tiveram muito sucesso. Na parte da tarde, o curso foi frequentado por um grupo de umas 10 mulheres, do próprio bairro, na maioria pertencentes ao Clube de Mães que funciona no próprio centro. Nas palestras, à noite, o curso contou sempre com a presença de mais de 60 (sessenta) jovens, participantes entre sacerdotes, religiosos e sobretudo, leigos e leigas, na maioria jovens, comprometidos em trabalhos de catequese em paróquias a sul e até de outras regiões. [27]

Nesse relato sobre o curso de catequese que durou uma semana, a presença das mulheres que se organizavam em um clube de mães e de leigos e leigas são destaque, porque revelavam o agente social fundamental na concepção daquele grupo. Além disso, demonstra o papel do CPV como formador de agentes para atuar nas CEBs e paróquias da região sul da cidade de São Paulo. O padre Hugo reservou "o fim de semana para os sócios do centro, de modo especial para uma reflexão sobre a Teologia da libertação, tema pedido pelos mesmos".[28]

Essa filosofia ganhou espaço e volume no CPV com a aproximação de personagens que também tinham nessas ideias um suporte para defender dentro da própria igreja seu papel como transformadora da sociedade e, desse modo, como um dos grupos que tinha dever de assumir a defesa dos direitos humanos, tornando-se, assim, agente central na resistência ao regime militar. Em meados de 1976, frei Romeu Dale é convidado por dom Paulo Evaristo Arns, um dos símbolos desse movimento, para dirigir a edição do semanário da Arquidiocese de São Paulo - "O São Paulo". [29] Essa aproximação certamente foi responsável pelo atributo sugestivo dado ao CPV em um relatório do DEOPS – SP de 1980. Nas conclusões desse relatório, a entidade é caracterizada como "sucursal da Arquidiocese de São Paulo". Essa

---

27 Ata da 5ª reunião ordinária do ano de 1975 do Centro de Pastoral Vergueiro. 14 out. 1975. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 14)

28 Ata da 4ª reunião ordinária do ano de 1975 do Centro de Pastoral Vergueiro. 18 ago. 1975. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 13 verso)

29 Frei Romeu Dale foi responsável por escrever editoriais bastante progressistas durante o período em que permaneceu na direção do jornal, entre setembro de 1976 e abril de 1977. Ver Tese de Fábio Lanza sobre esse semanário.

afirmação tem um tom exagerado, pois o CPV agia em diversas frentes naquele período e não tinha nenhuma função específica na Arquidiocese de São Paulo. O que os fatos e as atividades do CPV demonstram é uma militância em sintonia com os bispos progressistas, como dom Paulo, que lutaram pelos direitos humanos e apoiaram os movimentos populares e conflitavam com alas de direita dentro da própria Igreja, conquistando, pouco a pouco, um lugar hegemônico.

Exemplo desse tipo de militância pode ser detectado no primeiro número da publicação do CPV intitulada "Cadernos de Documentação", de meados de 1977, que pretendia reunir:

> [...] uma significativa entrevista de D. Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife (PE) e a documentação relativa às acusações lançadas por D. Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina (MG), contra D. Pedro Casaldáliga, bispo prelado de São Félix do Araguaia (MT) e D. Tomás Balduino (bispo de Goiás – GO), com respostas destes dois últimos. [30]

Dom Hélder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino são nomes fortes desse movimento progressista que se destacou na igreja brasileira, particularmente durante a ditadura militar, e eram personagens constantemente presentes nas informações que circulavam no CPV. Uma das frentes de atuação desses bispos era a luta dos camponeses e a movimentação em torno da questão da terra no Brasil, discutindo desde questões localizadas até questões mais gerais como a reforma agrária. Nos documentos desse caderno, ficam claros os conflitos existentes nas estruturas da igreja brasileira com a ala conservadora, aí representada por Dom Geraldo Sigaud, que mesmo enfraquecida, exercia pressão e tentava se reerguer na conjuntura do final dos anos 1970.

Em junho de 1977, o CPV recebeu a visita do padre Ivo Poletto, secretário da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com sede em Goiânia. O intercâmbio com esse organismo já vinha acontecendo há algum tempo. A questão da terra e do campo sempre esteve presente nas preocupações do CPV. Nesse mesmo período, estabelecem-se contatos com a Arquidiocese de Vitória, que está interessada em montar um centro de documentação e mandar um estagiário para aprender o trabalho no CPV. O intercâmbio com esses organismos da Igreja que desenvolvem uma íntima relação de apoio aos movimentos sociais se

---

[30] Ata da 2ª reunião ordinária do ano de 1977 do Centro de Pastoral Vergueiro. 12 jun. 1977. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 22)

fortaleceram em diversos níveis e instâncias.

Com a intenção de estabelecer intercâmbio, o CPV começou a fazer os contatos com entidades brasileiras e também latino-americanas que tinham interesses principalmente em estabelecer rede de trocas de informações e comunicação das realidades de lutas e contextos sociais, políticos e econômicos, buscando a transformação daquelas realidades. Na América Latina, esses contatos começaram em 1976 com a participação de Romeu Dale em um encontro de Teologia na cidade do México, onde tomou contato com centros de documentação de Lima, Peru, e da própria Cidade do México, com os quais passou a se relacionar. Essas trocas com as entidades latino-americanas ganharam força por volta de 1980, quando membros da Comissão Evangélica Latino-americana de Educação Cristã (CELADEC) visitaram o CPV e conheceram efetivamente o trabalho já consolidado da entidade em São Paulo, além de uma rede de entidades brasileiras que tinham perfil semelhante. Esse é o tema do capítulo dois desta dissertação.

Os outros dois departamentos criados na fundação da entidade foram o Departamento de Documentação e Pesquisa, originado na Paróquia Jd. da Saúde, e o Departamento de Publicações. O Departamento de Documentação e Pesquisa se dedicou basicamente à documentação escrita, priorizando o trabalho com recortes de jornais e o atendimento na biblioteca. [31] Além do trabalho de sócios colaboradores, o departamento contou com a contratação de duas auxiliares e uma bibliotecária em período de trabalho parcial, para colocar em dia o trabalho sempre em defasagem nesse setor. Fundamentalmente, o trabalho consistia em recortar e classificar algumas publicações diárias de acordo com um rol de assuntos de interesse e manter o atendimento ao público na biblioteca.

O Departamento de Publicações, sob a coordenação de frei Sérgio Calixto, foi responsável por colocar em prática um serviço que recolhia e distribuía publicações populares e por fomentar a articulação em rede de uma série de entidades similares ao CPV. Segundo frei Romeu Dale, em 1975, iniciou-se a divulgação e distribuição sistemática das publicações, sendo que a maior parte das produções era de grupos e entidades de diversas regiões do país.[32] Essa articulação se fortaleceu e ganhou ainda mais consistência a partir de 1979, quando

---

31 DALE, frei Romeu. Centro de Pastoral Vergueiro - Sua Caminhada – perspectivas. São Paulo, 21 Jul. 1987. p.1. texto datilografado. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo de entidades. Pasta: Centro de Pastoral Vergueiro)

32 DALE, frei Romeu. Centro de Pastoral Vergueiro. Sua Caminhada – perspectivas. São Paulo, 21 Jul. 1987. p. 1(CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo de entidades pasta Centro de Pastoral Vergueiro)

começou uma articulação nacional de entidades e movimentos a qual resultou em uma rede de troca de experiências, materiais e encontros de formação. Esse trabalho de divulgação e distribuição de publicações populares fez confluir para o CPV muitas entidades que participavam dos movimentos populares e sindicais, do campo e da cidade, em frentes de lutas variadas por todo o Brasil. Esse tema também será tratado no segundo capítulo desta dissertação.

Outro projeto do CPV que pouco a pouco se concretizou foi a produção de publicações próprias. Essas publicações foram projetadas em formato de cadernos e em séries. Os "Cadernos de Informação", por exemplo, cujo primeiro número foi sobre o "INPS", foi lançado nos fins de 1976. Em abril de 1977, a tiragem da publicação já estava esgotada. Nos anos seguintes a produção de cadernos foi expandida e também diversificada com a produção de boletins periódicos, panfletos, dossiês e outros tipos de publicações que intensificaram as formas de aproximação dos movimentos populares e sindicais. Esse tema será detalhado no capítulo três desta dissertação.

Esses dois departamentos e seus desdobramentos na área de comunicação se tornaram, no final da década de 1970, o trabalho prioritário do CPV. Hoje, nas memórias sobre o CPV, as atividades desenvolvidas nessas áreas são as mais conhecidas, destacando-se a produção de boletins, o atendimento à pesquisa e a distribuição e venda de publicações populares. Devido à atuação nessas áreas, hoje o CPV é reconhecido como importante guardião de documentação e memória dos movimentos sociais daquele período, porém, achamos importante retomar as diversas visões e projetos existentes para o centro mesmo antes de sua fundação oficial.

Como já foi mencionado, um fator fundamental para a estruturação e o crescimento do CPV foram os financiamentos vindos de agências internacionais de ajuda ao Terceiro Mundo, a maioria delas ligadas à Igreja Católica europeia, principalmente, os quais começaram em 1975 e se prolongaram por toda a década de 1980. Ao longo desse tempo, eles representaram aproximadamente 50% das receitas anuais do centro. A outra parte dos recursos do CPV vinha de receita própria, subsídio local da Província Dominicana (Sociedade Impulsionadora da Instrução) e doações diversas e/ou doações locais. [33] A primeira entidade estrangeira que financiou as atividades do CPV foi a Entraide et Fraternité, organismo de ajuda internacional

[33] Relatórios de Atividades anuais do CPV. 1978-1986. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo.)

dos bispos da Bélgica, em 1975. [34]

Essa composição de receitas, com destaque para os financiamentos de organismos estrangeiros, passou a ter um papel vital na continuidade dos trabalhos do CPV, pois permitiu um aumento no patamar de gastos na atuação da entidade. Esses recursos eram gastos essencialmente com o pagamento de pessoal, a modernização de equipamentos, viagens e materiais para uso cotidiano.

Uma das problemáticas estabelecidas para este primeiro capítulo estava em buscar a delimitação do caráter da entidade. Esse problema se tornou bastante complexo quando percebemos que envolvia o debate dos limites entre política e religião. O CPV não pode ser caracterizado da mesma forma que as CEBs, organismos vistos como "comunidades de fé, onde as pessoas se reúnem para fazer a leitura da Bíblia, participar de uma cerimônia religiosa e discutir suas vidas" (MAINWARING, 2004, p. 189). Contudo, conforme discussão estabelecida pelo próprio Scott Mainwaring (2004), os organismos eclesiais, como as CEBs e as comissões pastorais, se analisadas em suas práticas, sofreram certos dilemas que as colocam nos limiares entre a política e a religião. Nesse sentido, a Igreja Popular entre 1978 e 1985 (MAINWARING, 2004) estabeleceu uma linha que pretendia diminuir a função política desses organismos e criar um projeto mais coeso de evangelização popular, deixando as questões políticas, principalmente a Reformulação Partidária de 1979, para outras instâncias da sociedade, como partidos, sindicatos e movimentos sociais.

Essas ideias se mostraram presentes na visão dos freis que se afastaram das atividades do CPV e passaram a se dedicar mais exclusivamente às atividades de evangelização. É o caso do frei Rezende e frei Queiroz, sendo este último sempre mais afastado das atividades do centro. Também parece ser a visão de Callegari que, ao retornar do exílio, inicia novos projetos sociais com caráter de evangelização. [35]

Outro elemento complicador dessa caracterização é a adjetivação pastoral no nome do

---

[34] A *Entraide et Fraternité* financiou o CPV até o início da década de 1980. Mas a partir de 1976/77, os financiamentos estrangeiros já se diversificavam. Dentre os organismos que financiaram o CPV, estão: Action de Caréme des Catholiques Suisses (Suiça), Comité Catholique Contre la faim pour le Devloppement (França), FASTERNOPFER SHWEITZER KATHOLIKEN (Suiça), BROEDERLIJK DELEN (Bélgica), UNAIS (Inglaterra), CAFOD (Inglaterra), MISEREOR (Alemanha), Developpement et paix (França), VASTENAKTIE, dentre outras. A partir de 1982, foi fundamental o acordo estabelecido com CEBEMO (Holanda), através do CERIS e do Governo Holandês, para planos de financiamento trienais, que começaram em 82 e duraram pelo menos uma década. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998)

[35] Por volta de 1980, quando frei Giorgio retorna ao Brasil, assumiu atividades eclesiais e pastorais numa paróquia do Jd. Miriam e, posteriormente, criou com outros frades o CEPE, centro para editar publicações, e obras sociais na cidade litorânea de Peruíbe. Faleceu no final de 2003.

CPV que, dependendo da concepção estabelecida, pode ou não abarcar as atividades e relações estabelecidas pelo CPV. O CPV estabeleceu atividades que podem ser consideradas novas formas de ação pastoral centradas nas áreas de comunicação e documentação. Ele estabeleceu essas ações de divulgação e comunicação das atividades de diversos organismos da Igreja em escala nacional e até latino-americana que foram custeadas, principalmente, por organismos da igreja, e criou uma estrutura eficiente e de grande abrangência de comunicação das relações e vivências da ala progressista da igreja brasileira. Isso pode ser considerado uma espécie de ação pastoral de comunicação, que se iniciou antes mesmo da igreja estabelecer oficialmente esse tipo de pastoral, o que aconteceria somente em 1982.

Em resumo, o período de 1973 a 1977 representa uma fase em que o CPV desempenhou diversas ações, estabelecendo novas formas de atividades populares e pastorais centradas nas tarefas de comunicação e documentação. O CPV assumiu um papel de articulador cultural e formativo adotando um projeto de conscientização em relação aos trabalhadores e movimentos sociais e constituiu as bases para o desenvolvimento de uma rede de entidades interessadas nas então novas tarefas de comunicação.

1.2 Novos personagens entram em cena no CPV (1978- 1983)

A partir das mobilizações sociais expressivas do ano de 1978, como as greves de trabalhadores nas indústrias automobilísticas da região do ABC paulista, as greves em fábricas da cidade de São Paulo e o alcance nacional que teve o Movimento do Custo de Vida, o CPV sofreu uma reconfiguração e novos agentes, novas relações e formas de atuação se estabeleceram. O CPV acompanhou o crescimento dos movimentos populares e viveu um período de grande agitação. [36] Participou das grandes manifestações e mobilizações do movimento sindical paulistano, dos movimentos populares de bairro e das articulações embrionárias da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Outro tipo de abordagem do coletivo tornou-se evidente nas terminologias utilizadas nos documentos e registros do CPV. A referência aos pobres necessitados e à população da periferia vai sendo paulatinamente substituída por expressões

[36] Estamos considerando movimento popular como sinônimo de movimento social. É certo que, em determinado momento, essa terminologia esteve mais direcionada aos movimentos que partiam das necessidades das populações das periferias das grandes cidades, diferenciando-se do movimento operário e dos movimentos de trabalhadores rurais. Porém, a adjetivação popular, nesse período, também procurava abranger os diversos setores de lutas, como veremos no decorrer desta dissertação.

como bases, classes populares e classe trabalhadora.

Nesse período, algumas declarações defendiam uma maior participação dos militantes dos movimentos sociais. Numa reunião de diretoria em 1978, por exemplo, há o registro do sócio Pery Teixeira relatando que ele e outros sócios:

> [...] estavam sentindo a necessidade de conseguir uma estrutura de trabalho mais orgânica com os militantes sindicais, os membros da pastoral operária e os agentes da educação de adultos que frequentavam o Centro de Pastoral Vergueiro há algum tempo com assiduidade. [37]

A avaliação mencionada acima sugere tanto um anseio por apoio aos movimentos populares quanto à insuficiência na relação estabelecida até então. Nessa reunião foi aprovada a proposta de convidar representantes daqueles movimentos para participar do CPV. A ideia era que se realizassem reuniões periódicas desses representantes com a direção e equipe do CPV. A proposta foi aplicada, e criou-se uma espécie de coordenação ampliada, representada pela direção do CPV – na pessoa de frei Romeu Dale – e pelos líderes dos grupos interessados em participar mais ativamente da entidade. Entre 1977 e 1979, as relações se consolidaram com a participação dos seguintes grupos: os educadores e alunos do curso de adultos, Madureza Avante, militantes e líderes sindicais, os jovens estudantes e trabalhadores que se dispuseram a fazer trabalho voluntário no CPV, o grupo do Departamento Jurídico 22 de Agosto e alunos da PUC-SP.

O Departamento Jurídico 22 de agosto era formado por professores, advogados e alunos de direito da PUC-SP e seu trabalho era direcionado para o atendimento aos movimentos populares na cidade de São Paulo. Era um grupo já estabelecido quando chegaram ao CPV convidados por Frei José de Queiroz em 1977. O grupo era coordenado por José Mentor [38] e fazia orientação de grupos sobre legislação trabalhista e loteamentos clandestinos e atendiam em plantões regulares aos sábados. Esse grupo teve um importante trabalho não só na sede do CPV, com os plantões, mas também na agitação do movimento dos moradores em loteamentos clandestinos nos bairros na região sul e em outras regiões da cidade. Sua metodologia de trabalho baseava-se na formação de coletivos para a luta por

---

[37] Ata da 1ª reunião ordinária do ano de 1978 do Centro de Pastoral Vergueiro. 16 fev. 1978. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 24)

[38] José Mentor, hoje deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, naquela época já tinha uma intensa atividade partidária. De 1977 a 1979 esteve filiado ao MDB, partido pelo qual foi candidato a deputado federal em 1978. Em 1979, entrou no movimento pró-PT, organizando os movimentos sociais em torno dessa construção e assessorando também juridicamente a nova sigla.

direitos, como expõe Frei Romeu Dale nas atas do CPV:

> A mesma linha de trabalho vem sendo seguida com visível fruto, sempre procurando atuar didaticamente junto aos que procuram assistência jurídica gratuita: da problemática pessoal aos problemas coletivos; das consequências as causas; de uma assessoria jurídica a que os próprios interessados assumam efetivamente a luta por seus direitos. [39]

Nesse período, apesar de continuar havendo os atendimentos individuais nas áreas de trabalho e de moradia, o enfoque era na organização da população pela luta coletiva a fim de reconhecer e buscar os seus direitos. Os movimentos pela regularização dos loteamentos clandestinos renderam importantes lutas na cidade de São Paulo. Em momento posterior, o grupo esteve bastante ligado aos núcleos embrionários de formação do PT, os quais procuravam associar-se às bases de organização popular. A relação com o CPV não era apenas formal e de cessão de espaço, pois atendiam ao mesmo público que outras instâncias da entidade, e o próprio Frei Sérgio Calixto participava ativamente do grupo na região sul de São Paulo. Em alguns documentos, esse grupo jurídico chegou a ser considerado como Departamento Jurídico do CPV, mas essa formalidade na relação parecia não ser plenamente aceita, pois muitos outros documentos consideram esse grupo somente como grupo de atendimento jurídico da PUC-SP.

No início de 1978, o CPV cedeu o seu salão principal para a realização do curso de alfabetização de adultos "Madureza Avante", no qual muitos dos jovens colaboradores do CPV davam aulas para lideranças sindicais e populares. Essa ação é um marco na aproximação do CPV com novos agentes de educação popular, operários e militante sindicais. Esse grupo estava sob a coordenação de Sueli Bossam, educadora, formadora e animadora popular. [40] Os cursos funcionaram até os inícios de 1980, quando Sueli Bossam, a principal articuladora, passou a trabalhar como funcionária do CPV, assumindo os trabalhos do Setor de Publicações, já existente e, posteriormente, criando o Setor de Audiovisuais, que produzia material para formação política e sindical.

Também no ano de 1978, um grupo de jovens estudantes e trabalhadores passaram a

---

[39] Ata da assembleia anual ordinária do ano de 1979 do Centro de Pastoral Vergueiro. 31 mar. 1979. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 31)

[40] Sueli Bossam era líder comunitária e uma das direções da União de Moradores do Parque Bristol e Jd. São Savério, onde atuavam, dentre outros, os militantes Virginio De Madona e Ricardo Paris, ambos ex-padres, como relatou Sueli. Ela também teve atuação no Conselho Regional de Favelas (CRF), e dentre outras mobilizações, organizou manifestações contra o então governador Paulo Maluf.

exercer atividades voluntárias no CPV. Eles chegaram ao CPV por via de Nelson Silva, que já atuava no Departamento de Publicações. Eram aproximadamente doze jovens, alguns provenientes de cursos de graduação da USP e outros já eram trabalhadores, inclusive em fábricas. [41] Esses jovens chegaram ao CPV em busca de uma militância ligada ao trabalho de bairro, ao movimento popular. Muitos desse grupo inicial acabaram se dispersando quando começaram a descender os movimentos em 1980, e apenas três pessoas permaneceram e foram contratados como funcionários/militantes, atuando até os finais de 1980. São eles: Luiza Mafalda de Peixoto, Angélica e Aldo Escobar. Esses novos agentes deram importante impulso ao trabalho do CPV em um momento de grande movimentação social, atuando e impulsionando atividades em diversas instâncias. Deram um novo impulso ao trabalho do CPV, principalmente no que se refere ao trabalho integrado aos movimentos populares e sindicais e ao trabalho de comunicação e documentação popular.

Um grupo de militantes sindicais que se reunia no CPV começou a produzir o boletim Hora Extra. Esse boletim era direcionado para os trabalhadores e foi muito difundido nos locais de trabalho e nas organizações de trabalhadores e movimentos populares para formação de militantes. Era distribuído não só na região, mas também em diversos estados do Brasil. Esses militantes do boletim *Hora Extra* acompanharam a intensa movimentação grevista e as lutas populares em São Paulo e no ABC, que marcaram os anos finais da década de 1970. [42]

O *Hora Extra* foi idealizado por Anízio Batista, metalúrgico, militante vinculado à OSM-SP. Era produzido pelo CPV com colaboração do Anízio e de um grupo de militantes sindicalistas. Eles discutiam a pauta, escreviam as matérias e organizavam a distribuição em portas de fábrica. Todo o trabalho era feito junto aos funcionários e colaboradores do CPV, de forma que esse boletim pode ser considerado o primeiro periódico produzido efetivamente pelo CPV. Ele era rodado mensalmente na pequena gráfica do Centro. Foi lançado em abril de 1978, noticiando a demissão de trabalhadoras que denunciaram as péssimas condições de

---

41 Dentre esses jovens, segundo relato de Aldo Escobar (jornalismo da USP) e Luiza Mafalda Peixoto (história da USP), que também eram do grupo, estavam: Angélica (história da USP), Amélia e Mauro (que trabalhava no correio e depois virou metalúrgico), Nelson (trabalhava como aeroviário, era desenhista projetista, depois trabalhou na PIAL em SP e depois trabalhou como metalúrgico em São Bernardo), Dedinho de Osasco (que já trabalhava em fábrica), Tatu (que era da Mooca e trabalhava no café Mooca e era do movimento estudantil), Osvaldo (que trabalhava no PT e era da USP), Dalton, Odira (que acabou assassinada pela ditadura Argentina), Elisa (que já colaborava no CPV e foi quem trouxe esse grupo de pessoas), Elisete (que era estudante e virou professora na rede estadual). Aldo Escobar e Luiza Peixoto são membros ainda hoje do CPV, ele como diretor; e ela como colaboradora que mantém o atendimento a pesquisadores, em geral uma vez por semana, contribuindo na proposição e realização de projetos para organização do arquivo.

42 A coleção completa desse boletim (abril/78 a dezembro/82), assim como dos demais periódicos do CPV estão disponíveis em formato digital no site do CPV.

trabalho no 1º Congresso das Mulheres Metalúrgicas; greve na empresa metalúrgica Maxwell; o problema dos salários e as últimas agitações do Movimento do Custo de Vida; greve dos metalúrgicos do ABC em resposta à proposta de dissídio coletivo e, para finalizar, trouxe uma matéria sobre o Programa de Integração Social (PIS). Foi assim a apresentação desse primeiro boletim:

> Este boletim, cujo nome você é que vai dar, quer ser um novo serviço ao meio operário e ao povo da periferia, visando a ajudá-los a tomar uma melhor consciência de seus próprios problemas e a animá-los em suas lutas. De modo especial a valorizar tanto uma autêntica ação sindical como qualquer outro tipo de organização que julgarem mais eficaz para levar adiante a própria libertação. (HORA EXTRA, 1978, 6)

As palavras-chave dessa apresentação são: consciência, animação, organização e libertação. Elas resumem a ideologia de trabalho do CPV nesse momento, combinando um forte vínculo entre as ideias da educação popular e da teologia da libertação. Nessa elaboração o processo social é pensado teleologicamente tendo como fim último a libertação. Dentre as etapas para chegar a esse fim, estão demarcados nessa passagem os processos de conscientização e organização. E os sujeitos sociais alvo do trabalho político formativo são os operários e a população da periferia. O *Hora Extra* era distribuído em todo o Brasil e visava a alcançar não só os operários, mas a um público mais amplo, como as lideranças de movimentos populares, as lideranças comunitárias e pastorais e os movimentos feministas, negros, etc.

De uma forma genérica, educadores, voluntários e militantes sindicais que se agregaram ao CPV eram politicamente independentes e atuavam diretamente nos organismos de base dos movimentos populares e sindicais, tais como, as associações de trabalhadores, de moradores, os cursos de formação de adultos, dentre outros. Em sua maioria, estavam afinados com a luta sindical e tinham como referência principal a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Em contraposição, formou-se um bloco em torno do grupo jurídico "22 de agosto", que contava com o apoio de alguns trabalhadores e frades dominicanos. Essa configuração de dois blocos criou, ao longo do tempo, certa polarização e conflitos nas instâncias de direção do CPV, expressos na disputa entre movimento popular e sindical, nas atividades corriqueiras da entidade. Luiza Peixoto, referindo-se à primazia que aos poucos foi sendo conquistada pelos materiais do movimento sindical na linha de rodagem da gráfica do CPV, comenta: "A Zetildes era de fábrica daquela região e acabou trabalhando no CPV, na

gráfica. Então a gente foi rompendo barreiras, na verdade fazendo o CPV crescer em função dos movimentos [mais autônomos] e isso gerou uma resistência [...]" (ESCOBAR, PEIXOTO, 2012).

Com a estruturação dos financiamentos de entidades estrangeiras, aos poucos se montou uma equipe de funcionários, e muitos que foram contratados nesse período tinham relações com o movimento sindical paulistano e com as organizações de base dos trabalhadores e moradores de bairro, como no caso da Zetildes, já citada, Giuseppina, Carlos Kopcak, Elias Stein, Antonina Silveira, Moisés Basílio, dentre outros. Esses "funcionários", equipe militante do CPV, assumiram um papel importante na disputa interna, criando, ao longo dos anos, uma linha de trabalho própria.

Nesse momento, estruturam-se as atividades de comunicação e documentação. Os avanços tecnológicos vêm acompanhar as necessidades de agilidade nos processos de produção de materiais para os movimentos: o mimeógrafo a álcool dá lugar a um mimeógrafo elétrico e a uma pequena off-set, depois, finalmente, a uma off-set meia-folha Multilit. No inicio de 1980 também houve a introdução do microcomputador nas áreas de registros de contatos e na catalogação de documentos. O Departamento de Publicações passa a abrigar outros setores que posteriormente vão ganhar vida própria na estrutura do CPV. São eles: a Editoração, a Gráfica e os Audiovisuais. [43] Principalmente depois de 1980, o setor de Documentação e Pesquisa passou a se integrar mais ao trabalho do CPV como um todo. As grandes novidades foram a reestruturação da organização dos documentos, a produção de novos materiais e a mudança no foco de atuação - passando dos recortes de jornais para o recolhimento de documentação dos próprios movimentos acompanhados. [44] Essa nova política mudou significativamente o caráter do acervo do CPV, que passou a abrigar também fundos de arquivos dos movimentos. Isso transformaria o centro em guardião por excelência da memória desses movimentos.

Com uma base financeira estável, o CPV chegou a ter em 1981 uma equipe de doze pessoas profissionalizadas. No final de 1980, alugou-se uma casa vizinha (FIG. 4) à Comunidade Cristo Operário para abrigar o Departamento de Publicações que, a essa época,

---

[43] O setor de Audiovisuais ou Comunicação Não-Escrita se destacou na construção de materiais didáticos utilizados nos grupos de formação tanto dentro do CPV, como de outras entidades e movimentos.

[44] DALE, frei Romeu. Centro de Pastoral Vergueiro. Sua Caminhada – Perspectivas. São Paulo, 21 Jul. 1987. p. 1 texto datilografado. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo de entidades. Pasta: Centro de Pastoral Vergueiro)

já comportava a gráfica, a editoração, a livraria e os audiovisuais. [45] A necessidade de ampliar o espaço do CPV se deu essencialmente por dois aspectos: o aumento da movimentação social como foi exposto anteriormente, e a abrangência nacional do trabalho com as publicações populares. Essa abrangência demonstra uma mudança em relação aos objetivos iniciais do CPV, que visavam apenas a uma ação regionalizada. No CPV, a difusão de publicações populares foi o trabalho que impulsionou e fomentou a criação de outras ações em nível nacional. Exemplo disso foi uma articulação sistemática de entidades interessadas em comunicação e documentação popular, concretizada numa série de encontros nacionais e regionais, entre 1977 e 1989. Esse assunto será aprofundado no segundo capítulo desta dissertação.

Na vida cotidiana do CPV, são visíveis os reflexos da aprovação da Lei de Anistia, em 1979, que se tornava um marco importante para a abertura política do país. A palavra comunicação ganhou força, tanto é que foi criado um novo setor com esse nome no Centro. Finalmente, tinha chegado a hora de falar sem medo ou pelo menos com menos medo. Era hora de "pôr a boca no mundo". Era hora de se comunicar o novo, aquilo que devia ser feito para não voltar atrás, para não retroceder nas medidas democratizantes já conquistadas. Era hora de mostrar o que o povo queria e porque estava nas ruas lutando. Esse clima social caiu "como uma luva" para as propostas de atuação do CPV.

Entre os anos de 1981 e 1983, aparece com frequência nos registros da entidade uma necessidade de planejamento e de avaliação em relação às suas atividades e finanças, o que indica o acirramento das disputas internas. [46] As perguntas principais eram: quais as prioridades do CPV? Como selecionar a grande demanda dos movimentos? Como escolher de quais eventos participar? Foi um período de grandes mudanças e transformações, no qual paulatinamente se destacaram a participação de novos agentes no CPV– a rede de entidades ligados ao CPV pelas atividades de documentação e comunicação popular, os que apoiavam as linhas de ação sindical ligados a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) [47]

[45] Desde 1976 o CPV já reivindicava mais espaço junto aos dominicanos na Comunidade Cristo Operário para desenvolver suas atividades. Existem relatos de 1976, 1980 e conversas com a Sociedade Impulsionadora da Instrução que sempre deu uma negativa como resposta. Os demais prédios da comunidade dominicana, exceto a casa do capelão e a capela, estavam ocupados pela Lumicart, empresa de fabricação de artefatos de papel, papelão, cartão e cartolina, que tinha uma relação de locatária com os dominicanos. Sua presença no espaço do CPV gerava conflitos no que se refere ao controle das entradas e circulação de pessoas.

[46] Indícios dessa "crise" é que no final de 1982 foi, pela primeira vez, convidado um agente externo para coordenar três dias de avaliação das atividades do centro. Esse coordenador foi Francisco Whitaker Ferreira, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

[47] A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo tem suas origens ligadas a três grupos diferenciados: os católicos da militância do Movimento Operário Cristão (Ação Católica Operária - ACO, Juventude Operária

e ainda aqueles que atuavam junto a núcleos partidários e ao movimento popular. Esses agentes vão reivindicando mais apoio do CPV e os choques de interesses tornam-se inevitáveis. Surgirão tensões na definição de apoio diante de conflitos, muitas vezes complexos, entre o tipo de ação no movimento popular praticado por um setor do CPV e o trabalho sindical desenvolvido por outro setor.

Dessa forma, formam-se no CPV dois grupos com tendências diversas. De um lado, estava aquele grupo formado pela grande maioria da equipe do CPV, que passou a apoiar sistematicamente o movimento sindical paulistano e que, além de toda atenção dos departamentos já existentes, acaba por criar o setor de Apoio Direto, que tinha um funcionário com atenção maior voltada para o movimento sindical, e que desenvolvia atividades em porta de fábricas, assembleias, encontros clandestinos, encontros pré-CUT [48] e, depois de 1983, os encontros da CUT – Central Única de Trabalhadores. Além dessas atividades, o CPV chegou a "liberar" um dos seus funcionários para atuar no setor de Formação Sindical da CUT. (PETRUCCI, 2003, p. 32). De outro lado, estava o grupo de frei Sérgio Calixto e José Mentor, que atuava nos movimentos de loteamentos clandestinos e defendia, por um lado, o maior apoio a esse tipo de movimento e, por outro, um retorno ao trabalho mais pastoral. Frei Romeu Dale, o presidente naquele momento, era uma espécie de mediador dos campos e não se posicionava claramente contra nenhum deles, a não ser em casos extremos.

Uma forma de diminuir a tensão foi investir na capacitação dos movimentos populares e sindicais nas áreas de trabalho em que o CPV tinha atuação, principalmente na comunicação popular e documentação. Foi criada e realizada uma série de cursos para esse fim. Essa

Católica - JOC e Pastoral Operária - PO), militantes de organizações de esquerda, além de sindicalistas independentes, em menor peso. Nesse sentido, a OSM-SP tinha um caráter político plural e no aspecto católico militante se aproxima do CPV. Como base da unidade, eram contrários à visão da esquerda tradicional, formada essencialmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se articulava com as propostas governamentais, buscando mudanças pela via institucional, e, em alguns casos, faziam o papel de "pelegos". A OSM-SP é considerada por muitos estudiosos a representante do significativo movimento de oposições sindicais que se desenvolveu na efervescência das lutas sociais nos fins dos anos 1970. A OSM-SP se tornou um amplo movimento que se organizou em torno das comissões/grupos de fábricas, além de associações de trabalhadores, interfábricas, comandos de greves, ou seja, uma série de organismos autônomos, não vinculados diretamente ao aparelho sindical, que estabeleceu um campo de intensa disputa e pressão sindical, não só em torno do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de Joaquinzão – o seu pelego maior - mas também na construção do movimento sindical como um todo, em nível nacional. Fazia certo contraponto em relação às lideranças do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, encabeçado por Luiz Inácio Lula da Silva, os chamados sindicalistas autênticos ou combativos, o que, em alguns momentos, resultou em disputas; e em outros, em alianças. Neste último caso, podemos citar a construção da CUT. Ver BATISTONI (2001), ANTUNES (1995), MATTOS (1998), SADER (1988).

[48] Dentre os encontros pré-CUT, destacaram-se os seguintes: Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS), Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical (ENTOES), Articulação Nacional de Movimentos Populares e Oposições Sindicais (ANAMPOS), Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), Encontros das Classes Trabalhadoras (ENCLATs).

iniciativa ia ao encontro das propostas defendidas pelo CPV da necessidade de autonomia dos movimentos populares. Além dos cursos, também promoviam assessoria na produção de projetos para financiamento. Nessa época, as palavras assessoria e capacitação ganharam força no dia a dia do CPV.

Mesmo com todas as disputas políticas em curso, esse período foi muito rico para a entidade e foi um momento decisivo na definição de uma política de trabalho. As várias forças sociais que confluíram para o CPV no final da década de 1970, somadas às forças já existentes, criaram um espaço de intensa produção. Foi um encontro que estabeleceu grandes desafios e que, de alguma forma, ajudaram a entidade a crescer e amadurecer sua proposta de comunicação e documentação, consolidando, principalmente a partir de 1980 e 1981, uma linha de trabalho mais uniforme, voltada principalmente aos movimentos dos trabalhadores.

1.3 Estabelecendo rumos (1984-1989)

Para o dia 10 de dezembro de 1983 foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária que estava destinada a reformar os estatutos, eleger uma nova diretoria e aprovar a admissão de novos sócios. As assembleias gerais do CPV costumavam ser tranquilas – com cerca de dez sócios presentes e pautas cumpridas sem maiores desdobramentos. Não foi o que aconteceu naquele dia. Além da presença dos sócios Cosmo Maestri e Edivaldo dos Santos, que não compareciam em assembleias gerais desde a fundação em 1973, estavam os freis José Queiroz e José de Rezende Ribeiro, que se afastaram do CPV desde que assumiram outras paróquias e também o idealizador do CPV, frei Giorgio Callegari. Seria uma tentativa de recuperar o CPV dos tempos iniciais? Além deles, estava presente uma turma barulhenta que gerou a situação assim relatada por Frei Romeu Dale:

> Sabedor da presença na sede do Centro de Pastoral Vergueiro de grande número de elementos pertencentes a movimentos populares da Região, o presidente propôs, e foi aceito, se interrompesse a Assembleia para um diálogo com os mesmos, visando melhor explicitar os objetivos do CPV e as razões que estão levando os sócios a promover uma reforma dos Estatutos, afim de melhor adequá-los a realidade de agora, quando o CPV está completando dez (10) anos de vida. Só no final da manhã foi então possível dar início oficialmente a Assembleia Geral Extraordinária, que acabou consistindo, unicamente na apresentação de novos sócios pelos antigos: Victor A. Petrucci, Nazareno Spósito e Neusvaldo Lira de Almeida. Foram todos aprovados pela Diretoria, seja por unanimidade, seja por três votos a favor e um contra. [49]

[49] Ata da assembleia geral extraordinária do Centro de Pastoral Vergueiro. 10 dez. 1983. (CENTRO DE

A lista de novos sócios ao final da ata consta de quarenta e sete nomes. Quantidade que somada aos vinte sócios existentes na fundação (sem contar com uns poucos que entraram ou saíram nesses dez anos), dava um total de cerca de setenta sócios. Isso queria dizer que, a partir daquela assembleia, o número de sócios do CPV mais que triplicou. Esse novo grupo de sócios, apresentados por Victor, Nazareno e Neusvaldo e aprovados pela diretoria [50] era formado pelos novos militantes que participaram paulatinamente do CPV desde 1978/1979 - líderes sindicais e educadores populares em sua maioria ligados à OSM-SP. Com essa nova estrutura social,ficam mais intensos os debates e conflitos, com a complexificação das disputas internas, como fica claro nos registros da entidade. Com o fim do dia se aproximando, os dois outros pontos da pauta – a reforma dos estatutos e eleição de nova diretoria – foram adiados para fevereiro do ano seguinte, quando se convocaria uma nova Assembleia Extraordinária.

Se, por um lado, o CPV cresce e ganha força com o apoio e envolvimento do movimento sindical paulistano, por outro, pelo menos parte dos dominicanos deu sinais de não apoiarem aquele caminho. A partir de 1983/84, algumas medidas formais demonstraram esse processo: um contrato de comodato - entre CPV e Sociedade Impulsionadora - por quatro anos foi estabelecido, em 1984; foi cortada a colaboração mensal que vinha da Ordem dos Dominicanos; e finalmente em 1989, oficializou-se a exigência da retirada do termo "pastoral" do nome do CPV. São medidas que revelam ao menos duas conjunturas: por um lado, o enfraquecimento do vinculo entre CPV e Ordem dos Dominicanos expressos nas medidas concretas de corte de apoio estrutural e financeiro e, por outro lado, o ataque das forças conversadoras da Igreja que, com a exigência de retirada do "pastoral" do nome do CPV, demonstram uma visão restritiva na avaliação do que sejam ações pastorais. Também temos que considerar a própria disputa interna promovida pelo grupo encabeçado em 1983 por frei Sérgio Calixto, que queria aumentar sua força política dentro da entidade. Esse grupo foi apoiado pela grande maioria dos fundadores do CPV, deixando isolado o frei Romeu Dale, que, por sua vez, deu continuidade ao fortalecimento das atividades de documentação e comunicação com uma opção política expressa no apoio às lutas sindicais e à dos trabalhadores.

DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 58)

[50] A diretoria era formada por Frei Romeu Dale na presidência, frei Sérgio Calixto como primeiro secretário, Nazareno Spósito como segundo secretário e Neusvaldo Lira de Almeida como tesoureiro. As composições das diretorias do CPV, entre 1973 e 2000, podem ser conferidas no Apêndice A desta dissertação.

A intenção de um acordo de comodato apareceu pela primeira vez na Assembleia Geral do CPV de abril de 1984, quando se levantava a necessidade de um espaço maior para o CPV e o presidente frei Romeu Dale apontou que havia razões para programar uma saída da Comunidade dos Dominicanos, informando que "num contrato de comodato que esta (a Sociedade Impulsionadora da Instrução) nos propunha era fixado o prazo de dois anos, sem que se previsse renovação do mesmo" [51]. Essa proposta sugere que a intenção da Ordem dos Dominicanos era desvincular-se do CPV e que havia certa urgência no afastamento. Pouco tempo depois, houve uma negociação entre o provincial Mateus Rocha e uma comissão do CPV, formada por membros da diretoria e sua equipe de trabalho, em que foi acordado um comodato de quatro anos, a partir de agosto de 1984, com clausula de renovação. [52] Essa renovação não ocorreu, sendo que em julho de 1989, um ano além do prazo, o CPV estava em processo de mudança para uma nova sede na Vila Mariana, localizada na Rua Cláudio Rossi, 257.

A exigência de mudança do nome da entidade veio por solicitação formal do bispo da Regional Episcopal do Ipiranga. Segundo o bispo, o trabalho que o CPV realizava não condizia com o que Igreja oficialmente entendia como trabalho pastoral e também o CPV não estava vinculado aos planejamentos pastorais daquela regional católica e, por isso, deveria excluí-lo de seu nome (ESCOBAR, 2012b, p. 2). Outros religiosos que apoiavam os trabalhos do CPV afirmavam o contrário, "[...] um padre me falou: 'pra mim isso aqui é um trabalho pastoral, pro frei Romeu era um trabalho pastoral, mas pra outros bispos não era trabalho pastoral, porque eles não podiam meter o bico lá" (ESCOBAR, 2012a, p. 20).

Por um lado, esse conflito explicita um retrocesso na perspectiva de alternativas de trabalhos pastorais não vinculados diretamente à hierarquia da Igreja e sim com os movimentos populares. O CPV, apesar de não responder oficialmente à hierarquia da Igreja paulistana, era parte dessa estrutura através da Ordem dos Dominicanos e das ligações com a Arquidiocese de São Paulo em função da ideologia de trabalho do CPV em um momento anterior. Sem dúvida, a conjuntura pós-1979, de anistia, abertura política e principalmente de reformulação partidária, tornou mais complexas as relações do CPV com a Igreja. Os

---

[51] Ata da assembleia geral ordinária do ano de 1984 do Centro de Pastoral Vergueiro. 07 abr. 1984. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 64 verso)

[52] Ata da Assembleia geral extraordinária do Centro de Pastoral Vergueiro de 06 out. 1984. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 68)

caminhos escolhidos pela entidade, no decorrer da década de 1980, certamente criaram um campo de grandes disputas.

Aldo Escobar, que se ligou ao CPV em 1979, como trabalhador e militante, tem uma visão um pouco diferente em relação a esse problema.

> Era uma relação meio esquisita porque o centro começou Centro Pastoral Vergueiro, todo mundo... o pessoal menos informado enxergavam como uma pastoral da regional do Ipiranga ligada a dom Paulo e tal. Nada disso, não tinha nada a ver. A gente não tinha planos, nossos planos semestrais, anuais não eram passados, não tinha aval de bispo nenhum, o aval era das relações que o CPV mantinha com as pessoas que financiavam o CPV. (ESCOBAR, 2012a, p. 18)

Ele tem a visão de um CPV independente, descolado da hierarquia eclesiástica e atrelado aos financiadores. Em relação à estrutura eclesiástica, realmente não existem indícios de nenhum tipo de dependência. Em relação aos financiadores europeus, ligados em sua maioria às Igrejas Católicas, as ligações do CPV com a Ordem dos Dominicanos e à Igreja brasileira provavelmente abriram caminhos para a obtenção de recursos. Essas ligações com a Igreja brasileira não foram o único fator a permitir esse financiamento por parte de entidades europeias. Na conjuntura da ditadura, havia motivação especial no apoio a movimentos sociais que lutavam pela redemocratização. Mas, o vínculo com a Igreja brasileira facilitava essa relação.

A partir de meados de 1980, as concepções e práticas do CPV extrapolam os projetos da Igreja Católica e mesmo da Ordem dos Dominicanos. Com uma maior proximidade com os líderes sindicais paulistanos, com agentes de educação popular e com a defesa das teses de autonomia da entidade e do próprio movimento social, acabam por redirecionar seu campo de ação. Deu-se um processo de laicização, como fica indicado na mudança do nome da entidade – surgiu em 1973 como centro "pastoral" e passou em 1989 a se denominar centro de "documentação e pesquisa". Isso se confirma ao identificarmos também novas forças, estruturas e novos discursos presentes na entidade numa conjuntura de enfraquecimento da Igreja progressista.

A área de comunicação – expressa nas atividades de diagramação, gráfica e produção de publicações periódicas e capacitação é significativa na delimitação dos grupos internos que se estabeleceram no CPV, desde a sua fundação e, especialmente, nos fins da década de 1970. A entidade flutuou em suas atuações e opções políticas em pelo menos três setores sociais e em lutas que podem ser resumidamente expressos por tendências que defendiam a pastoral

libertadora, o sindicalismo classista e as mobilizações populares de bairro.

Os boletins periódicos *Entre Nós*, da Província Dominicana São Tomáz de Aquino e *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, representam os laços institucionais estabelecidos entre os membros do CPV e a Igreja Católica, principalmente na figura dos freis dominicanos. O boletim *Entre Nós*, semanário da província dominicana, foi redigido e impresso no CPV durante o ano de 1975 e esteve sob a coordenação do Frei Sérgio Calixto. Já o boletim *O São Paulo* foi dirigido pelo Frei Romeu Dale, entre setembro de 1976 e abril de 1977. Para LANZA (2006), a direção de Dale e, principalmente o tom dado aos editoriais do jornal, deu-lhe um caráter progressista. Essas publicações marcam um período de grande força da Igreja Progressista que enfatizou os debates sobre a teologia da libertação.

Tabela 1 – Jornais e Boletins periódicos encampados e produzidos pelo CPV (1975-1993)

Boletins Periódicos	**Início**	**Fim**	**Periodicidade / Nº exemplares**
1. Entre Nós	Maio 1975	Set. 1975*	Mensal / 5
2. O São Paulo	Set. 1976	Abr. 1977	-
3. Hora Extra	Abr. 1978	Dez. 1982	Mensal / 55
4. Resenha	Fev. 1981	Maio 1985	Quinzenal / 87
5. A propósito dos movimentos populares	Jun. 1982	Jun. 1984	Semestral / 4
6. Quinzena	Mar. 1986	Abr. 2002	Quinzenal / 297
7. E agora?	Jul. 1989	Out. 1993	Semestral / 3

Fonte: Produzido pela autora. Informações retiradas do livro de Atas do CPV (1973-200), Acervo de periódicos do CPV, MENEZES (1995) e LANZA (2006).

No período posterior, os boletins periódicos redigidos e impressos pelo CPV e sua equipe se voltariam aos interesses dos movimentos sociais - populares (de bairro) e sindicais (principalmente urbanos) – cujos agentes travaram fortes vínculos com o CPV e participaram da confecção desses boletins. Os boletins, *Hora Extra*, já citado, o *Resenha* e o *Quinzena* podem ser classificados como imprensa sindical, acompanhavam a realidade nacional e as lutas dos trabalhadores, sendo direcionado para lideranças sindicais e populares. Foram boletins com periodicidade regular, o primeiro era mensal, e os dois últimos eram quinzenais. O *Hora Extra* tinha uma relação mais forte com o momento inicial das mobilizações sociais da virada da década de 1970 e seu caráter era mais amplo, pois abrangia as diversas frentes de lutas em ascensão.

Nesse período, além do boletim *Hora Extra*, outros tipos de materiais para agitação dos movimentos eram produzidos e rodados no CPV, o que gerava outros canais de comunicação e aproximação com as lideranças sindicais e populares. Aldo Escobar relata o seu trabalho na editoração e rodagem desses materiais:

> Aldo: - Chegava lá, por exemplo, um pessoal do Movimento de Saúde com ideias pra fazer um boletim. Às vezes, traziam algo escrito a mão. A gente montava aquilo e escrevia à máquina, passava no estêncil e rodava pra eles.
> Paula: - Vocês chegavam a interferir na escrita também?
> Aldo: - Não, a gente tinha muito cuidado com isso, aliás um cuidado que a gente adotou da própria Igreja, do próprio método das CEBs, daquela coisa do Paulo Freire super basista. O que o povo falava, o que o trabalhador falava, tava falado. Claro, que os erros de português e outras coisas que ia prejudicar o entendimento, a gente consertava. Tinha gente que vinha com o material pronto, outros vinham com o material por escrever, uma ideia: "a gente precisa fazer um convite pra reunião no domingo não sei o que, pra missa..." sei lá, coisas assim. E das fábricas também. Era um trabalho muito interessante e a gráfica, num período de dois a seis anos, cresceu bastante. (ESCOBAR, 2012a, p. 7)

Esse depoimento apresenta mais um pouco do método de trabalho aplicado e as concepções que o guiavam. Aldo cita a fidelidade ao "basismo" de Paulo Freire, relacionando-o ao respeito extremado ao que era feito pelo "povo". Apesar dessa visão, ele também admite que os agentes do CPV participavam e interferiam nas produções, assim como na distribuição desse material. Dessa forma, nessas experiências torna-se difícil estabelecer limites entre o CPV e o movimento social, uma vez que os trabalhos são realizados conjuntamente e as influências são mútuas. Também é perceptível no depoimento que as coisas vão acontecendo conforme as demandas vão aparecendo, o que mostra o caráter vivo da movimentação.

Essa comunicação, representada pelos boletins periódicos, pelo trabalho de diagramação e gráfica, aparecia, conceitualmente, fora do processo da documentação e pesquisa. No entanto, eles podem ser pensados ao lado de outras produções produzidas por outros departamentos, como os cadernos populares e os dossiês, por exemplo, como meios de comunicação popular muito representativos e difundidos naquele momento histórico. Internamente ao CPV, os trabalhos realizados pelas duas áreas eram interligados e, no que diz respeito a essas produções envolviam processos, como a definição de conteúdos, a pesquisa, a diagramação, a formatação e a impressão, e tudo isso envolvia, de forma direta ou indireta, toda a equipe de trabalho. Dessa forma, entendemos essa divisão como uma divisão formal.

O *Resenha* era produzido por um grupo vinculado à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, redigido, impresso e distribuído pelo CPV. Trazia uma seleção de matérias de

variadas tendências e opiniões da imprensa alternativa e da grande imprensa direcionada às lideranças dos movimentos sindicais. Esse formato já tinha sido experimentado anteriormente na produção do *Jornal dos Jornais*, modelo recriado mais tarde com o *Resenha* e depois com o *Quinzena*. O *Quinzena* tinha modelo semelhante ao *Resenha* e incluíam textos de movimentos, entidades e organizações. Esse boletim era produzido inteiramente pelo CPV. Esse formato de boletim vigorou por muito tempo, provavelmente por responder aos anseios informacionais do público de esquerda. Juntavam-se, em um único veículo, por meio de uma seleção criteriosa, matérias e notícias de diversos periódicos da grande e pequena imprensa, da mídia oficial e da alternativa.

Os boletins *A propósito dos movimentos populares* e *E agora?* foram boletins considerados representativos das preocupações urbanas e eram especialmente direcionados aos movimentos populares de bairro. Foram editados em duas conjunturas bastante diferenciadas e representam as preocupações refletidas a respeito dos movimentos populares naqueles momentos.

O boletim *A propósito dos movimentos populares* foi produzido pelo departamento de Documentação e Pesquisa e um grupo do CPV, vinculado ao PT. Foi impresso e distribuído pelo CPV. Suas edições, em sua maioria, eram monotemáticas, redigidas em formato de cartilha popular. O seu primeiro editorial apresentou os objetivos do boletim:

> [...] é uma publicação que estará a serviço dos Movimentos Populares Urbanos, se propõe a ser mais uma ferramenta na mão da população organizada contra as ações antipopulares do governo e dos capitalistas. Não será instrumento de propaganda de nenhum partido, mas sim da linha editorial assumida pelo CPV. Pretende fortalecer as organizações de base da população (CEBs, SABs, Clube de Mães, Jovens, casas de cultura, etc). Incentivar instâncias democráticas de unificação dos Movimentos como Assembleias Populares, Uniões de Bairros, ANAMPOS. (À PROPÓSITO DOS MOVIMENTOS POPULARES, n. 0, jun. 1982, p. 5-6)

O boletim *E agora?* foi produzido por um grupo vinculado ao PT Vivo [53], feito por quatro entidades – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Sempreviva Organização Feminista (SOF), Instituto PÓLIS e CPV que cuidou da impressão e distribuição do boletim. Representa a conjuntura dos debates sobre a criação da Central de

[53] O PT Vivo era uma corrente minoritária do PT, composta por alguns assessores da então prefeita de São Paulo Luiza Erundina (1989-1993). Eles debatiam, entre outras coisas, a questão urbana e a participação dos movimentos populares nos conselhos municipais. Segundo Clovis Bueno de Azevedo (1995, p. 132), nas disputas internas do partido essa corrente, em geral, se aliava a Vertente Socialista e, neste sentido, era cúmplice de suas formulações leninistas e antidemocráticas.

Movimentos Populares (CMP), que, seguindo o exemplo da CUT, era uma iniciativa que pretendia unificar em nível nacional os movimentos populares. Trazia debates sobre as experiências e caminhos para a participação popular, abrangendo as complexas relações com as instituições, com os partidos e com o poder público.

A produção desses boletins representam as flutuações não só entre as demandas apresentadas pelos setores pastorais, sindicais e populares, mas também a atuação dos grupos internos do CPV frente a essas demandas. De forma sintética, a produção de boletins periódicos demonstram a convivência desses setores até a primeira metade da década de 1980, com mais intensidade na produção voltada às áreas sindicais. O período entre 1984 e 1989 teve ênfase à área sindical e, no último ano, houve o retorno da discussão em torno do setor popular.

1.4 As dimensões do popular no CPV

O conceito "popular" paulatinamente foi ganhando força nos registros do CPV do final da década de 1970. Seu significado teve conformações diferenciadas a cada época. Apareceu pela primeira vez relacionado a uma pesquisa sobre educação popular no Brasil, da qual participara frei José Rezende, devido à "experiência por ele acumulada nesta área". [54] Nesse caso, o sentido de educação popular está atrelado à educação de adultos, visto os projetos com esse enfoque coordenados pelo frei José Rezende. Nessa mesma época, os trabalhos realizados pelo CPV com as publicações, a documentação e comunicação também receberam o adjetivo popular. Os catálogos de publicações do CPV, por exemplo, existentes desde 1979, ganham o adjetivo "populares" no período que vai de 1981 a 1985, quando voltará a chamar simplesmente "catálogo de publicações".

A diversidade de temas das publicações populares à disposição no catálogo de 1981 apresenta a abrangência dado ao popular. [55] Nesse catálogo, o popular dá abrigo a diversos

---

[54] Ata da 2ª Reunião Ordinária do Centro de Pastoral Vergueiro. 27 abr. 1978. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 26 verso)

[55] Os temas são: América Latina, Classe Operária, Condições de Trabalho, Custo de Vida – Inflação, Direitos Humanos, Economia, Eleições, Entidades não Sindicais, Greves, História da Humanidade, História do Movimento Operário, História Nacional, Índio, Jovens, Leis Trabalhistas, Menor, Migrações, Mulher, Multinacionais, Músicas e Poesias, Negro, Partidos Políticos, Política, Poluição e Meio Ambiente, 1º de Maio, Reivindicações Urbanas, Salários, Saúde, Política Nacional de Saúde, Sindicalismo, Teologia da Libertação, Teologia – Evangelização e Catequese, Igreja e Sociedade, Trabalhadores Rurais – Conflitos de Terra – Sindicato - Greves – Legislação – Sindicalismo.

sujeitos sociais, sejam individualizados: índio, mulher, negro, menor e jovens; ou coletivos: classe operária e trabalhadores rurais. Aparecem as ideologias que certamente marcam o popular: o sindicalismo e a teologia da libertação. As organizações e instituições envolvidas nas lutas populares também aparecem: entidades não sindicais, sindicatos, partidos políticos e a igreja. O estado se apresenta através das leis e políticas públicas. Os problemas sociais em destaque naquela conjuntura são: o custo de vida, as migrações, reivindicações urbanas, salários, saúde, conflitos de terra.

Esse "popular" superestimado, supervalorizado pode ser indicativo e reflexo da intensa movimentação social, particularmente dos anos 1978, 1979 e 1980, que mostraram a força da população na rua, manifestando suas reivindicações para melhorar suas condições de vida e trabalho e seus desejos de mudança na política do país. Em São Paulo e no ABC são diversas e importantes manifestações populares, que levaram milhares de pessoas às ruas, nas greves metalúrgicas, no Movimento do Custo de Vida, no Movimento pela Anistia, nos Abaixo à Ditadura. Esse clima reivindicatório se espalhou por todo o país e permaneceu vivo até pelo menos o Movimento pelas Diretas Já (1984). Nesse sentido, esses momentos foram realmente bastante populares. O povo e seus movimentos organizados tomaram a cena pública conquistando uma participação política efetiva.

Em um documento não oficial do CPV de 1984, o Centro está assim definido:

> O Centro Pastoral Vergueiro é uma entidade de prestação de serviços na área de Educação Popular. Seu objetivo mais geral é contribuir para a construção de uma sociedade nova, caracterizada pela justiça, pela igualdade e pela solidariedade, o que implica na superação do capitalismo e na construção de um socialismo que resolva os problemas das experiências socialistas atuais.
> A contribuição que o CPV se propõe a dar é a de fortalecer os movimentos populares que se situem numa perspectiva de autonomia em relação ao Estado, Partidos, Igreja e a todo e qualquer tipo de instituição, para que estes movimentos tenham um papel protagonista na transformação da sociedade.
> Coerentemente com isto, o CPV não presta serviços aos movimentos populares que não se situem na perspectiva de autonomia acima indicada; e ao prestar seus serviços procura não criar, nos movimentos que apoia, dependências em relação a si.[56]

Nessa autodefinição, a Educação Popular tem o sentido amplo discutido acima. O CPV se assume como uma entidade especializada em serviços, mas que nada tem a ver com uma troca de serviços nos moldes serviço/cliente comumente estabelecidos nas relações comerciais do mundo capitalista. Os serviços de documentação e comunicação são realizados

[56] Centro Pastoral Vergueiro. Jan. 1984. p. 1. texto datilografado. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo de entidades. Pasta: Centro de Pastoral Vergueiro)

visando à realização de um projeto político, como fica claro no trecho acima. E esse projeto é financiado por entidades e agentes que acreditam nesse projeto, sem depositar nele nenhuma intenção lucrativa.

Nesse documento de 1984, onze anos depois da fundação, enxergamos um grande salto em relação à autoimagem dos primeiros anos de existência. Aí se colocam, dentre outras coisas, a superação do capitalismo pelo socialismo e também a defesa da autonomia em relação ao Estado, à igreja e aos partidos. Essa autonomia deveria se dar na prática política do CPV e também dos movimentos que apoiavam.

Se pensarmos, por um lado, nas origens e constituição do CPV e seu estreito vinculo com os dominicanos e, por outro lado, no contexto social dos inícios de 1980 de construção de novos partidos, dentre os quais o Partido dos Trabalhadores, que recebe um massivo apoio popular, a concepção de autonomia do CPV pode parecer um pouco radicalizada e talvez um pouco contraditória em relação a sua prática. Essa posição se aproximava, nesse momento, das teses de autonomia sindical da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, que de alguma forma se alastraram para outros campos, por exemplo, em relação aos partidos. Esse vínculo com a OSM-SP, que vinha desde bem antes das greves de 1978/1979 se estreitaria nos anos seguintes, o que coincidiu com um enfraquecimento das alas progressistas da Igreja e, consequentemente, da Teologia da Libertação como veremos mais adiante.

Alguns estudiosos estiveram preocupados em dar um sentido ao trabalho feito por um grupo de entidades que se assemelham ao CPV, aglutinando-as e definindo-as através da analise dos contextos históricos, das funções desempenhadas e das relações que mantinham com os movimentos sociais. Esses trabalhos refletem os diversos interesses das áreas do conhecimento, suas relações com a questão do popular e nos ajudam a refletir sobre o caráter do trabalho realizado também pelo CPV.

Pedro Pontual, em 1986, como membro do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), elaborou um caderno de apoio aos “centros de educação popular”. O foco de sua pesquisa foi a classificação dos níveis e das formas de envolvimento dos centros com os movimentos populares. Ele divide os centros em duas linhas de atuação: apoio direto e apoio indireto aos movimentos populares. A nomenclatura “entidade de apoio” é muito utilizada pelos agentes sociais desse período e está sistematizada no trabalho de Pontual. Entendemos que a palavra apoio ou serviço distancia as entidades dos movimentos; é como se estes fossem apartadas daquelas. No caso do CPV, entendemos que a relação

entidade-movimento se constitui no processo de lutas de classes do período e que esse vínculo é dialético, ou seja, o CPV atuou na formação da classe trabalhadora do período, atuou nas lutas populares e sindicais com um projeto social e político definido e explicitado em suas práticas.

Segundo Pedro Pontual, os centros que assumiram uma linha de acompanhamento direto combinaram duas funções: a formação de agentes e de lideranças populares e a participação direta na construção dos movimentos e organizações populares através do apoio em eleições sindicais, greves, encontros sindicais (PONTUAL, 1986, p. 12). Isso certamente foi uma das vertentes de atuação do CPV. Outras duas linhas, que segundo Pontual seria apoio indireto, também balizadoras no trabalho do CPV, foram: o trabalho com documentação, comunicação e publicações populares e a pesquisa e caracterização da realidade. Como podemos perceber na classificação das linhas de atuação, o sentido dado por Pedro Pontual para o conceito de educação popular é aquele sentido amplo sobre o qual já discutimos.

O diálogo estabelecido com o estudo “Em busca do 'novo' – intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980” de Marco Antonio Perruso nos traz novas indagações. Nesse estudo, ele demonstra que nos anos 1970 e 1980 há uma tendência dos intelectuais buscarem como objeto de estudo as movimentações populares. Nessa trama ele coloca os intelectuais em busca do povo, que, naquele momento, era considerado o verdadeiro protagonista de uma transformação social. Esse povo estava representado nas mobilizações sociais promovidas pelos setores populares. Na visão de Perruso, os intelectuais estavam presentes como coadjuvantes, algumas vezes como estudiosos observadores, outras vezes como estudiosos partícipes.

O que nos chama atenção e nos aproxima do estudo de Perruso é como muitos desses intelectuais estavam agrupados em entidades de apoio, tais como o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que muito se aproximavam do CPV naquele período. O próprio CPV aparece em seu estudo, apesar de ser colocado de forma muito menos detalhada do que as outras entidades. Percebemos, de uma forma geral, que o estudo de Perruso deu ênfase aos intelectuais típicos, àqueles formados por e que trabalhavam em instituições acadêmicas. Por outro lado, o universo de agentes que atuaram no CPV abarcou, principalmente, um setor que não privilegiou a carreira acadêmica. É o caso de um grupo formado por religiosos, líderes

sindicais e populares, educadores populares, universitários, que assumiriam naquele momento uma mescla de atividade profissional e militante.

Outro estudo bastante abrangente é a tese de doutorado "A invenção das ONGs – do serviço invisível à profissão sem nome" de Leilah Assumpção, de 1993. É uma análise que parte de um momento posterior do recorte desta pesquisa, porém significativo, pois representa um momento de transformação que se iniciou no período anterior. O principal objetivo de seu trabalho era entender como as organizações "de assessoria e apoio" ou "a serviço dos grupos e movimentos populares" se transformam em ONGs. Para ela, os agentes e grupos atuantes nessas organizações eram saídos fundamentalmente de setores variados das classes médias. Segundo ela, a invisibilidade social era algo cultivado por essas organizações devido à premissa de que a existência das mesmas deveria estar vinculada às necessidades dos movimentos populares. Pensamos que essa invisibilidade proposta pela autora não tiveram tanta intensidade nas articulações, quando as organizações envolvidas procuram uma autoidentificação enquanto centros populares de documentação e comunicação. E talvez uma questão interessante para o momento de institucionalização das ONGs é inverter a questão central da autora perguntando: por que os "centros de educação popular", ou "centros populares de documentação e comunicação" ou ainda as "entidades de apoio ou a serviço dos movimentos populares", assumiram essa outra identidade?

Esses estudos, além de ajudar a entender o próprio CPV no universo dos centros de educação popular, colocam o nosso objeto como parte ativa das articulações brasileiras e latino-americanas que tiveram como enforque principal as temáticas de comunicação e documentação. Nesse sentido, além da experiência nas áreas de comunicação e documentação, trataremos nos próximos capítulos de delimitar esse conceito "popular", que ao nosso ver, indica um campo social e político.

2 REDES DE COMUNICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO POPULAR (1977-1985)

Como já assinalamos, no final da década de 1970, o CPV passou a exercer mais intensamente as atividades de documentação e comunicação, investindo nesses instrumentos para a construção de um projeto amplo de luta dos trabalhadores. É nessa conjuntura que o Centro articula-se progressivamente a uma série de entidades no intuito de somar, otimizar e canalizar esforços para impulsionar os movimentos sociais. As articulações entre essas entidades e esses movimentos sociais interessados em fortalecer novas formas de comunicação e documentação populares, formaram algo como "redes", promovendo trocas de experiências, materiais e conhecimentos.

O interesse central dessas redes estava em criar formas de comunicação e documentação que atendessem às demandas do movimento popular em ascensão. A avaliação era a de que era necessário desenvolver novas formas de comunicar e documentar as lutas e a realidade de exploração vivida pelos trabalhadores. Era preciso criar redes alternativas que confrontassem as informações veiculadas nos meios de comunicação de massas. Nesse intuito, o CPV se envolveu em um amplo projeto nacional e latino-americano, que realizou grandes ações nesse campo, por um lado criando meios de comunicação alternativos nos quais circulavam informações de interesse das classes populares; por outro, debatendo e consolidando concepções e práticas de trabalho.

Esse amplo projeto, longe de se configurar de forma linear e como expressão de uma única vertente política ou força social, abrangeu um campo social e político plural de defesa dos trabalhadores e do povo, como foi debatido no primeiro capítulo desta dissertação. Nos momentos mais ativos, essa rede envolveu muitos organismos da base e da hierarquia da ala progressista da Igreja Católica Brasileira, de oposições sindicais, sindicatos combativos, partidos políticos de esquerda, intelectuais, grupos independentes e, essencialmente, de movimentos sociais que se tornaram foco da atuação dessas forças sociais. Esses movimentos sociais eram partícipes e ativos nas relações travadas e, no período que abrange este estudo, fortaleceram-se como protagonistas dos trabalhos de organização e mobilização desenvolvidos em rede. As áreas de documentação e comunicação neste estudo, caracterizada como populares, apontam para a delimitação desse campo social e político.

No que tange às ações de comunicação e documentação popular promovidas pelo CPV e pela rede de entidades e movimentos a ele entrelaçados, enfatizamos que os pontos de

cruzamento dessas áreas devem ser vistas como parte de um processo social integrado e singular. Em alguns momentos, tomamos como ponto de partida as concepções e práticas da documentação popular, foco privilegiado neste estudo. Entretanto, as áreas de documentação e comunicação popular devem ser demarcadas e delimitadas como constituintes de um campo de estudo específico, como vamos aprofundar no terceiro capítulo deste trabalho.

Nesse sentido, observaremos dois processos complementares: de um lado um "movimento de publicações populares," impulsionado a partir do Departamento de Publicações do CPV, que criou um canal que recolhia e distribuía publicações em praticamente todas as regiões do Brasil e em alguns países da América Latina; de outro, uma série de encontros nacionais, que aconteceram entre os anos de 1977 e 1989 e envolveram muitas entidades de apoio e movimentos populares interessados em criar, debater e otimizar as experiências nas áreas de documentação e comunicação popular. Esses dois processos foram fundamentais para a formação de uma dinâmica em "rede".

Começamos com o depoimento abaixo, de Aldo Escobar, que dá alguns indícios sobre a composição dessa rede que queremos tratar:

> […] o CPV tinha articulações, por conta da documentação, por um lado com essas entidades latino-americanas, como a CELADEC, do Peru, que hoje está lá na América Central, como a ALER, a Associação Latino-Americana de rádios, que também existe até hoje e o CESAP, da Venezuela. Por outro lado, as articulações internas com os centros de documentação, a maioria deles ligado às dioceses. E outros como o CAMP, no Rio Grande do Sul e outros também em Porto Alegre, no oeste de Santa Catarina, no oeste do Paraná e em Curitiba, em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Minas, Pernambuco, Pará, Goiânia.
>
> […] A coisa que dava mais ou menos alguma unidade à parte destas entidades, está relacionada aos que tinham relação aos centros de igreja, vinculados às dioceses. […] por conta da metodologia, da teologia da libertação, tinha mais ou menos uma afinidade. Mas, tinha centros de vários modelos, por exemplo, a FASE. A FASE é uma entidade nacional e em cada lugar era um grupo político diferenciado, em geral de esquerda. A gente [CPV] se relacionava com todos os grupos políticos. Tinha uns que eram centros de documentação mesmo. Por exemplo, o CDR de Goiânia, nossa referência era a Ana Lúcia, que está lá em Goiânia ainda, e o Augusto Franco. Eles tinham um trabalho bom de produção de material, de formação, muito interessante, muito interessante mesmo, e trabalhavam com o campo, o meio rural...
>
> […] tinha um pessoal da FASE, de Belém, também que produziu material interessante. Tudo assim, cada um ligado à realidade local, em geral do meio rural. O pessoal da ADITTEP, lá de Curitiba... Francisco Beltrão também tinha um que era ligado à igreja. Então, por conta desses grupos todos, é que o CPV coordenava essas articulações e distribuía material deles, nacionalmente. (ESCOBAR, 2012, p. 11-12)

O que podemos constatar com esse depoimento é que as articulações no território

nacional eram bastante abrangentes, com destaque para as regiões Sul e Sudeste, das quais foram citados todos os estados e, ainda, cidades menos centralizadas no oeste de Santa Catarina e Paraná. Aldo também destacou a atuação das seguintes entidades latino-americanas: a Comisión Evangélica Latino-americana de Educación Cristiana (CELADEC) de Lima/Peru, a Asociación Latino-americana de Educación Radiofónica (ALER) e o Centro al Servicio de la Acción Popular (CESAP) de Caracas/Venezuela. [57]

A partir desse depoimento é possível traçar algumas aproximações e distanciamentos quanto aos aspectos sociais e políticos dessas entidades que se articulavam. Um primeiro ponto que pode ser considerado é que a maioria dessas entidades eram organismos da igreja, entre as quais havia uma afinidade de visão de mundo e metodologia de trabalho baseadas nas ideias da Teologia da Libertação. Outros centros tinham orientações políticas que os aproximavam de grupos, partidos, ou linhas de pensamento, como foi citado no depoimento o caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) de Belém/PA e, como podemos pensar o próprio CPV, ligado tanto à igreja como a grupos políticos. Outra tipologia apontada pelo depoente foram as entidades que eram, em suas palavras, "centros de documentação mesmo". Nessa caracterização, ele citou como exemplo o Centro de Documentação e Reflexão (CDR) de Goiânia, que tinha um "trabalho bom de produção de material de formação, muito interessante, muito interessante mesmo, e trabalhavam com o campo, o meio rural". Essa observação do depoente é interessante, pois, apesar das atividades citadas estarem mais próximas às áreas de formação e comunicação, ele caracteriza o CDR como "centro de documentação", o que leva a crer que o limite entre as atividades e concepções de documentação, comunicação e formação nessas experiências era bastante estreito.

Apesar das diferenças políticas e das linhas de atuação apontadas e que efetivamente existiam entre as diversas forças sociais que atuavam nesses centros, o contexto político de ascensão dos movimentos sociais e das lutas pelas liberdades democráticas, no final da década de 1970 e por toda a década de 1980, contribuiu para que se estabelecessem vínculos fundamentais que proporcionaram o desenvolvimento desse amplo projeto em rede. Nesse processo, o CPV intensificou seu caráter de centro de documentação e comunicação popular, quando esteve em contato com essa rede e, ao mesmo tempo, foi uma das entidades que

[57] Quando uma entidade for citada pela primeira vez no texto, será apresentado seu nome por extenso, a sua sigla, a cidade, estado e/ou país de sua sede na época tratada (sempre que possível). Nas citações subsequentes, somente as siglas serão apresentadas. Caso necessário, consulte o significado das siglas na listagem no início do trabalho.

contribuiu, significativamente, para que essas articulações acontecessem.

Como se construiu esse inter-relacionamento e quais as formas de articulações experimentadas? Que tipos de atividades promoviam? Como se construíram e se disseminaram o discurso e a prática de comunicação e documentação popular no Brasil? Qual era o papel que o CPV desempenhava nessa rede? Em que contextos, sobre quais pretextos essas entidades e os grupos por elas representados se aproximaram e se distanciaram? Pretendemos refletir sobre tais questões em diálogo com as fontes e com a bibliografia de apoio.

2.1 O movimento de publicações populares

Um dos papéis centrais que o CPV cumpriu nessas articulações em rede foi de distribuidor de materiais das entidades, como relata Aldo Escobar:

> [...] a gente era um distribuidor, produzia material, mas, tinha muito mais material de outras entidades, inclusive de vários enfoques, várias visões sobre o mesmo assunto. A gente ia para os encontros que tinha no começo da formação da CUT, os encontros nacionais, a gente montava bancas imensas e só tinha o CPV, todo mundo ia lá comprar coisas, saiam com pacotes. (ESCOBAR, 2012, p. 12)

Vamos refletir um pouco sobre o que significava ser distribuidor nesse contexto. Em primeiro lugar, precisamos lembrar que a ação de distribuir é somente uma das etapas de um trabalho maior. Para distribuir algo era necessário juntar material, e, para isso, as relações com as entidades e os movimentos precisavam se constituir. Então, era necessário fazer os contatos com seus representantes, conversar, visitar, conhecer seus objetivos e suas intenções políticas, conhecer os materiais e atividades que produziam. Depois, existia todo o trabalho para fazer com que esses materiais circulassem e chegassem àqueles que estavam interessados naquele tipo de material. E o que acabava acontecendo era que, conforme a rede ia crescendo, ela se retroalimentava, e o CPV fazia os materiais circularem por todas as partes, ligando umas as outras.

Os materiais ou publicações populares recolhidos e distribuídos pelo CPV constituíam, basicamente, em materiais de informação, comunicação e formação produzidos pelas entidades e movimentos populares e sindicais que se relacionavam com o CPV. Essa circulação de materiais se tornou fundamental, pois fortalecia os processos de construção de

uma identidade de classe, uma identidade de luta popular, que se disseminava em todo o Brasil. Nesse sentido, a forte movimentação e atuação conjunta dessas organizações em nível nacional intensificou o movimento de uma cultura popular classista.

Assim, algumas estratégias de distribuição e venda das publicações foram criadas pelo CPV, como as grandes bancas de venda montadas em encontros, congressos, etc; a produção e distribuição de um catálogo de publicações do CPV produzido a partir de 1979; as assinaturas e a livraria no CPV. É importante destacar que a principal intenção dessa distribuição era fazer circular as informações nos movimentos sociais em efervescência e, em nenhum sentido, era realizada com intenções comerciais. O sistema de assinaturas atendia às demandas específicas daqueles que buscavam informações populares:

> […] se preenchia um formulário dizendo sobre a militância e os assuntos que interessavam. Saúde, Movimento Agrário, Comunicação, Saúde da Mulher. E o que o CPV fazia? Como éramos [CPV] um aglutinador de material, separávamos material, mensalmente, e distribuíamos de forma personalizada. As pessoas que assinavam recebiam um pacote pelo correio com um monte de coisas, que elas não teriam acesso de outra forma.
> […] Além disso, quando os militantes vinham pra São Paulo arranjam um tempinho pra ir no CPV e não é brincadeira. As pessoas vinham comprar material quase de graça e levar pro seu local de trabalho, pra sua região. (ESCOBAR, 2012, p. 12-13)

Nesse caso, o trabalho de distribuição de materiais do CPV se especializou em um trabalho de pesquisa personalizada, que mandava material para uma pessoa ou entidade conforme assuntos de seu interesse. Durante algum tempo, esse trabalho foi realizado pelo Núcleo de Correspondência, projeto desenvolvido em conjunto com o Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS) de São Paulo, ligado à PUC-SP, com a FASE -SP e depois com o Núcleo de Educação Popular 13 de maio, nos primeiros anos da década de 80. Nesse trabalho, além de o CPV ser protagonista, tornou-se lugar de encontro de diversos grupos políticos, sindicais e populares com visões diferenciadas, que ali se encontravam e trabalhavam, encampando projetos comuns, como foi o caso do Núcleo de Correspondência. Esse perfil político plural foi bastante enfatizado nos relatos dos depoentes.

A montagem de bancas foi uma das formas encontradas de se aproximar, fazer contatos, recolher, distribuir e vender materiais para os setores específicos de lutas, como nos congressos e encontros da área dos movimentos sindicais, populares, rurais e outras frentes de lutas. O CPV participou de diversos desses encontros, e nessas bancas, além das publicações populares, também se vendiam livros do mercado editorial a preço de custo, o que significava

que o CPV não incorporava uma taxa de lucro no preço de venda. (FIG. 5)

Figura 5 – Banca de publicações do CPV no 1º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT (1986)



Legenda: Sebastião Lopes Neto e Vito Giannotti da OSM-SP (5º e 6º, da esq. para dir.). Fonte: Arquivo da OSM-SP do Projeto Memória da OSM-SP/IIEP.

Outra forma importante de divulgação das publicações populares, essencialmente os cadernos, os dossiês e alguns livros, era o "Catálogo de Publicações CPV", que, a partir de 1979, foi publicado com periodicidade anual e distribuído gratuitamente para entidades de apoio e movimentos populares por todo o Brasil. Além de comprovar a riqueza das publicações que circularam naqueles anos, esses catálogos demonstram uma série de nuances do trabalho do CPV naquilo que se configurou um efervescente "movimento de publicações populares". Analisaremos a seguir três desses catálogos, correspondentes aos anos de 1980, 1984 e 1988. A tabela abaixo traz a contabilização das publicações divulgadas nesses catálogos.

O número de publicações divulgado nos catálogos analisados aumentou progressivamente como podemos observar na tabela abaixo. Quanto à tipologia das publicações que estavam sendo divulgadas, priorizamos nesta análise a qualificação dos produtores, dividindo-os em: CPV, outras entidades, movimentos e parcerias e, finalmente, editoras. De suas publicações, o CPV divulgava nesse catálogo, prioritariamente, os cadernos e os dossiês. O pico de publicações próprias em 1984 explica-se pelo aumento da produção dos dossiês divulgados, que nesse ano chegou a trinta e sete títulos. Nesse período, o

investimento como produtor de materiais não foi mérito só do CPV, já que também ocorreu nas outras entidades, parcerias e em outros movimentos, o que aponta para um contexto de crescimento geral da rede e dos produtores de publicações populares no período que vai de 1980 a 1984.

Tabela 2 – Número de Publicações divulgadas nos Catálogos de Publicações do CPV

Tipo de publicação/ Ano do Catálogo	**1980**	**1984**	**1988***
Publicações próprias (CPV)	18	55	34
Publicações de outras entidades, de movimentos e parcerias	148	373	462
Publicações de editoras	76	9	570
Total	**242**	**428**	**1.066**

Fonte: Tabela produzida pela autora. Obs: * No ano de 1988, havia muitas publicações que se repetiam em mais de um tema, o que não aconteceu nos anos anteriores. Então, para esse ano calculamos, por estimativa, uma redução de 30% do número de publicações contabilizadas. Quanto às publicações do CPV, os números de publicações produzidas são exatos.

Na tipologia "entidades, movimentos e parcerias" estão inclusos diversas estruturas sociais que se identificavam como organismos de apoio aos movimentos populares e sindicai, e, com menor incidência, com esses próprios movimentos. Esses organismos, identificados como produtores de materiais nos catálogos de publicações do CPV, pertenciam, em grande parte, às estruturas da Igreja Católica Brasileira, representadas por muitas pastorais, paróquias, comissões pastorais algumas instâncias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), algumas dioceses e até mesmo arquidioceses que, em seu conjunto, tornaram-se importantes produtores de materiais de cunho popular e engajados nas lutas dos trabalhadores do campo e da cidade.

Desses organismos destacamos a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como produtor de publicações populares. No ano de 1984, por exemplo, foram divulgadas no catálogo do CPV vinte e oito publicações produzidas pela CPT das regionais do Pará, Maranhão, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, o que mostra a amplitude da atuação desse organismo e o seu envolvimento com a produção de publicações populares e, consequentemente, a divulgação e promoção das mais diversas realidades de lutas pela terra espalhadas pelo Brasil.

A categoria "parcerias" se refere, de forma genérica, às publicações feitas em

conjunto. Nessas parcerias podemos destacar a Equipe Todos Irmãos de Lins/São Paulo, que tinha gráfica bem estruturada e rodou muitos materiais em parceria com outras entidades que, geralmente, também eram vinculadas às alas progressistas das igrejas e que extrapolavam o território nacional. Em 1984, por exemplo, foram divulgadas no catálogo do CPV parcerias da entidade Equipe Todos Irmãos com a Coordenação Pastoral da Periferia de Salvador, com a CPT/GO, com a Diocese de Bonfim/BA, com o Serviço de Documentação e Informação Popular (SEDIPO) – Recife – PE, ligado à CNBB região nordeste, com a Editora Popular e com a CELADEC, entidade de Lima. A Equipe Todos Irmãos também já tinha estabelecido parceria com o CPV desde 1979. Essas entidades "intermediárias", que não chegaram a se tornar editoras, mas que imprimiram muitos materiais de outros organismos que não tinham estrutura para isso, desempenharam um papel fundamental na dinâmica do movimento de publicações populares. O CPV, em certa medida, também desempenhou esse papel quando modernizou sua pequena gráfica, mas atuou fundamentalmente em parcerias de edição/diagramação e elaboração de conteúdos para as publicações, como veremos em alguns exemplos no capítulo três.

No ano de 1984, também se destacou a presença de entidades latino-americanas como a CELADEC, já citada, e a Asociación de Publicaciones Educativas (TAREA), entidade de Lima/Peru. A primeira apareceu já no catálogo de 1980, em uma parceria com o Projeto Educativo do Menor da Equipe Todos Irmãos de Lins/SP, quando divulgavam o caderno *O povo se organiza caminhando,* história em quadrinhos sobre "a imigração, a luta pela terra, a organização e a justiça", inspirada na história da volta dos hebreus do Egito para a Terra Prometida. Em 1984, a CELADEC ampliou suas parcerias, unindo-se a outras entidades, dentre elas, o Centro de Estudos Migratórios e Editora Paulinas para a publicação de *Como funciona a sociedade?*, a CCPD [58] e o CEPIS na produção e adaptação da história *O lobo e as ovelhas,* que retratava a exploração do trabalhador do campo. A TAREA aparece numa parceria também em 1984 com a FASE de Recife – PE, publicando o caderno *Método e prática para a Educação Popular*.

Como podemos observar, os assuntos tratados nas publicações populares têm uma abordagem comum que divulga formas e experiências de organização, por um lado, e o desvelamento de uma sociedade baseada em um sistema de exploração dos trabalhadores, homens e mulheres da cidade e do campo. Essas preocupações extrapolavam as fronteiras do

[58] Não encontramos nenhuma outra referência sobre essa entidade.

Brasil como fica explicitado nessas parcerias e nos depoimentos anteriores. Dessa forma, estava em construção, nesse período, um amplo movimento de publicações populares, promovido basicamente por organismos católicos, entidades de educação popular e movimentos populares, que buscavam construir conjuntamente um caminho e um projeto de transformação social.

Ainda analisando a Tabela 2, o catálogo do ano de 1988 representa um momento atípico e isso se explicita na grande confluência de editoras comerciais para esse canal de comunicação que nos momentos anteriores - 1980 e 1984 - privilegiou outros organismos sociais, como já demonstramos. O número estrondoso de publicações de editoras divulgadas no Catálogo do ano de 1988 - 570 (quinhentos e setenta) publicações - aponta para uma série de processos sociais e conjunturas que estabeleceu novos rumos para o CPV e para esse movimento de publicações no final da década de 1980.

O CPV, durante esse período, começou a investir nesse canal como uma das formas de autossustentação do Centro, por isso a entrada das publicações das editoras que, vendidas em grandes quantidades, poderiam trazer algum saldo financeiro para o CPV. Essas publicações interessavam, essencialmente, às lideranças da esquerda partidária e do movimento sindical, que estavam se institucionalizando nos partidos políticos, nas centrais sindicais e nos sindicatos em movimento oposto ao período anterior, em que os organismos de base e os movimentos sociais eram foco de todo esse trabalho. O CPV não esteve isento a esse contexto e sofreu bastante os efeitos dos processos sociais em curso, que alteraram as relações das entidades de apoio com os movimentos sociais e com os organismos financiadores.

As editoras com quem o CPV passou a se relacionar mais intensamente também se desenvolviam com essa esquerda mais institucionalizada e, em certa medida, mais escolarizada. No ano de 1988 estavam presentes no Catálogo do CPV 53 (cinquenta e três editoras), no ano 1984 eram 8 (oito) editoras; e no ano de 1980, 7 (sete) editoras. Dentre as primeiras editoras, cujos livros o CPV divulgou, estavam aquelas ligadas aos organismos da Igreja, como a Editora Paulinas e as Edições Loyola. Já em 1988, essa relação se diversifica com presença de editoras como a Ícone, Alfa Ômega, Revan, Espaço e Tempo, Kairos, Zahaar, Parma, Ed. Proposta, Ed. História, Ensaio, Graal, Ediouro, Progresso, Scwarcz, Livramento, Sinodal, Educ, dentre muitas outras. Em 1988, mesmo com essa nova característica, o CPV ainda mantinha no seu catálogo as publicações das entidades e dos movimentos sociais como no período anterior.

O formato das edições dos Catálogos de Publicações do CPV também mostra algumas nuances dos três momentos analisados. Se observarmos as capas dos catálogos, podemos notar uma dinâmica mais internalizada em 1980, demonstrado no título "Nosso catálogo de publicações" e nas imagens das produções do CPV na capa, passando para um momento de maior diálogo com o leitor, em 1984, quando o título muda para "Catálogo de Publicações Populares", em que a imagem apresentada é de um jornaleiro divulgando o que poderia ser encontrado ali: livros, apostilas, dossiês, cartazes, jornais, áudios, camisetas e fitas. Em 1988, a capa torna-se mais impessoal, trazendo apenas o título em letras "Catálogo geral de publicações". (FIG. 6) Além do formato das capas, o conteúdo do catálogo demonstra essa mesma trajetória, sendo que, principalmente em 1988, a comunicação com o leitor torna-se mais difícil, pois além do grande número de publicações divulgadas, existe a diversificação com a entrada dos livros de diversas editoras, como já mencionamos.

Figura 6 – Capa dos Catálogos de Publicações CPV – 1980,1984 e 1988



Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo de Entidades – CPV.

Com todas as suas especificidades, esse amplo movimento das publicações populares e a atuação do CPV como produtor e distribuidor, complementaram-se com a constituição de uma nova forma de articulação em rede– os encontros de documentação e comunicação que, ao lado do movimento de publicações, representam grandes empreendimentos conjuntos desses organismos sociais similares ao CPV. Esses encontros foram caracterizados pela ideia de rede nacional e latino-americana. Nessa modalidade de articulação, o CPV atuou como participante e, em algumas instâncias, como mobilizador e organizador, como veremos

adiante.

2.2 Rede nacional - encontros de comunicação e documentação popular (1977-1989)

A ideia de organização em "rede" aparece nos registros do CPV como uma forma de inter-relacionamento de um conjunto de entidades similares a ele. Segundo os registros da Ata da Assembleia Anual do CPV de 1978:

> As atividades do CPV permitiram, através de contatos sucessivos com diversos representantes de organismos similares no Brasil, estabelecer uma rede nacional que já conta com a participação de 5 (cinco) entidades que permutam informações entre si, obtendo já promissores frutos. Como primeiro passo para a consolidação desta rede foi realizado um encontro de representantes em setembro [p.p.] em Vitória (ES), sob os auspícios da arquidiocese local. [59]

Esse primeiro passo para a consolidação de uma "rede nacional" aconteceu em setembro de 1977, em Vitória-ES, numa reunião com a participação de seis entidades: Centro de Informação de Vitória (CEDIV) - Vitória-ES, CEDOC [60] – Belo Horizonte- MG, Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) – Salvador-BA, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) – Rio de Janeiro- RJ, SEDIPO– Recife – PE, além do CPV. [61]

Nesse relato de 1978, o encontro realizado é analisado como primeiro passo na consolidação de uma rede nacional de entidades similares ao CPV. Esta avaliação se mostra correta quando avaliamos a similaridade dos encontros nacionais que se sucederiam a esse. A partir desses encontros, também se intensificaram outras formas de trocas, como as visitas, os estágios, as permutas e doações de materiais, as pesquisas conjuntas, entre outras. É interessante observar que, no mesmo período, esse tipo de articulação também se dava em outras instâncias da vida social brasileira, por exemplo, nas articulações nacionais que almejavam à formação de uma central sindical. A intensa mobilização nas áreas de comunicação e documentação popular estava em sintonia com a forte movimentação social do período e com ela estabeleceu importantes trocas.

---

[59] Ata da Assembleia Anual Ordinária do ano de 1978 do Centro de Pastoral Vergueiro. 25 mar. 1978. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 25 verso)

[60] Não encontramos outra referência sobre essa entidade, exceto que posteriormente se transformou no Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC) com sede em Contagem - MG

[61] Ata da Assembleia Anual Ordinária do ano de 1978 do Centro de Pastoral Vergueiro. 25 mar. 1978. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998, p. 25 verso)

Nesse encontro de 1977, estiveram presentes entidades dos quatro estados da Região Sudeste e duas dos da Região Nordeste, Bahia e Pernambuco. Essas entidades se reuniram na Arquidiocese de Vitória-ES com o intuito de formar uma rede nacional, porém, até aquele momento, só contavam com representantes de duas regiões do Brasil. No caso da região Nordeste, as duas entidades participantes, o SEDIPO e o CEAS, protagonistas na organização dessa região, eram ligadas à Igreja Católica. O CEAS foi fundado pela Companhia de Jesus em 1975 e tinha como objetivo se colocar "a serviço dos grupos, movimentos e organizações populares que favorecem a participação das classes populares" (ASSUMPÇÃO, 1993, p. A-10). [62] O SEDIPO, que era ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Nordeste II, tinha como objetivo "prestar um serviço útil à atividade das organizações populares da Região Nordeste, recolhendo, selecionando, classificando e divulgando dados de informação utilizados sobre a realidade social do Nordeste" (REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO 19, 1986, p. 34). O SEDIPO, por sua natureza, tinha uma ação que abrangia toda a Região Nordeste, atuação relevante para a proposta de constituição de uma rede nacional.

Essa rede brasileira pode ser delimitada por esses encontros realizados. O encontro de Vitória – ES, em 1977, foi o primeiro de uma série de quatro encontros nacionais que ocorreram entre os anos de 1977 e 1983. [63] O "II Encontro dos Centros de Documentação" aconteceu em Mar Grande – Salvador (BA) entre os dias 14-16 de agosto de 1979. [64] Além dos participantes do primeiro encontro, estiveram presentes membros e representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Brasília-DF, do Centro de Documentação e Reflexão (CDR) – Goiânia - GO, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Goiânia-GO, do Centro de Estudos do Trabalho (CET) – Belo Horizonte-MG, do Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC) – Contagem - MG e da Associação Difusora de

---

62 No site atual do CEAS, a data de fundação é esticada para 1967. Preferimos uniformizar a informação pela fonte da pesquisadora Leilah Assumpção.

63 Apesar de esse encontro não estar registrado no caderno de "Resumos de documentos finais de encontros de documentação e comunicação no Brasil e América Latina" preparado para os participantes do quarto encontro da série (IV ENCODOP – Encontro Nacional de Comunicação e Documentação Popular, ocorrido em novembro de 1983), consideramos que esse foi o primeiro, devido aos relatos afirmativos encontrados em uma série de fontes, como os relatórios de atividades do CPV dos anos de 1978, 1979 e 1981 e as Atas de reuniões e Assembleia (1977-1983).

64 Comparando com as informações contidas nas atas do CPV, há um pequeno desencontro de datas e local para esse encontro. Nelas consta que ele aconteceu em Salvador-BA entre 15 e 18 de agosto. Como o erro do local se repete para o Encontro de Imprensa Mimeografada e as datas são muito próximas, assim como os promotores e participantes, há grandes possibilidades de que se trate do mesmo encontro.

Treinamentos e Projetos Pedagógicos (ADITEPP) – Curitiba-PR. [65] Percebemos aí a presença de novos protagonistas da região Sul e Centro-Oeste do país que se articulam com as entidades que já atuavam na região Sudeste e Nordeste, o que deu maior consistência à proposta de articulação nacional. Os centros participantes tinham suas sedes em regiões centralizadas, capitais ou grandes cidades, porém, certamente tinham maior capilaridade em suas relações regionais.

Nesse segundo encontro os temas propostos para pauta de discussão foram: o trabalho realizado pelos centros; a análise da conjuntura; a inserção dos centros na base e o intercâmbio entre os centros. [66] Dentre as avaliações e sugestões que surgiram nos debates travados, podemos observar algumas de fundo mais político, como: "dar mais tempo ao problema do contato dos centros e das publicações com as bases (é de maior importância estar a serviço do movimento popular)"; "fazer análise popular da conjuntura" ou ainda "estudar a possibilidade de haver maior relacionamento entre os setores - operário, camponês e índio - e maior divulgação de suas lutas". [67] Essas propostas refletem a preocupação com a unidade das forças atuantes nas lutas em curso, tanto no momento em que expressam a necessidade da aproximação entre as entidades e as bases, quanto na necessidade da aproximação entre os diversos setores de lutas. Essas preocupações são permeadas pelas velhas dicotomias, muito presentes nas experiências de lutas vivenciadas em nosso país – campo e cidade, urbano e rural, por exemplo. Também demonstram a permanência de estruturações tradicionais das lutas dos trabalhadores, as quais, muitas vezes, estiveram nas mãos de forças sociais que não travavam os diálogos necessários com as bases, ou ainda, num movimento inverso à supervalorização das ações das bases em detrimento da necessidade desses setores intermediários, representados aqui, pelas entidades de apoio. A reflexão apontava a necessidade de "dar mais tempo ao problema", o que demonstra que havia uma avaliação otimista de que, com tempo e paciência, essas aproximações aconteceriam.

Nos resumos desse segundo encontro, observamos elementos que confirmam a importância do movimento de publicações populares na articulação dessa rede. Entre as

---

65 Nosso Trabalho em Documentação. 1994. p. 84. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1 atual.)

66 Nosso Trabalho em Documentação. 1994. p. 84. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1 atual.)

67 Caderno do Centro Josué de Castro, FASE, SEDIPO. IV ENCODOP - Resumo de documentos finais de encontros de documentação no Brasil e América Latina. Maio 1983, p. 8. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de pastas suspensas: Documentação / Encontros, pasta 4)

entidades mencionadas nos encaminhamentos do encontro, três delas são citadas como produtoras de publicações que deveriam ser divulgadas. É o caso do CDR, confirmando as observações do depoimento de Aldo Escobar, do CEDI e do CMCP [68]. O catálogo de publicações do CPV é citado como material que deveria ser disseminado. [69] Ao listar e resumir boa parte dos materiais mais relevantes dos demais centros, o catálogo do CPV tinha papel central na divulgação das produções dos demais centros.

O "III Encontro Nacional de Centros e Grupos de Documentação e Publicações Populares" aconteceu entre 14 e 16 de setembro de 1981 em Taboão da Serra- SP, sob a coordenação do CPV, do Centro de Estudos Migratórios (CEM) – São Paulo - SP, FASE-SP e Centro de Estatísticas e Investigações Sociais (CERIS) - Rio de Janeiro - RJ. Estavam representados, nessa ocasião, trinta e oito centros, o que mostra um aumento significativo na participação de entidades. Comparativamente, podemos observar que o primeiro contou com cinco entidades, o segundo com dez e o terceiro com trinta e oito entidades. Um dos motivos para esse aumento pode ter sido os encontros regionais promovidos no ano de 1980, iniciativa pela qual a intenção de ampliar a rede era clara. Além disso, o fato de esse terceiro encontro ter se realizado em São Paulo pode revelar a força de uma rede regionalizada. Essa força, antes de tudo, é reflexo da conjuntura de mobilização social pós-greves operárias de 1978/79 e que ainda aconteciam em 1980, e a conjuntura econômica de arrocho, que contribuíram com o aumento da participação das pessoas nas manifestações e organizações populares.

Internamente, o CPV organizou, em 1982, um grupo de trabalho chamado "Articulação Intercentros". Nesse ano, o grupo discutia a produção do boletim "Intercentros" e as suas tarefas como articulador regional em São Paulo, ambas propostas decorrentes do terceiro encontro.

O boletim *Intercentros* número zero saiu em dezembro de 1982 trazendo um bloco de textos sobre três centros: o GETEC, o CPV e a FASE – Recife, outro bloco intitulado "notícias dos centros" que trazia informações frescas sobre as atividades do CPV, do Coletivo de Recursos Pedagógicos, da Comisión para el Estudio de la Historia de la Iglesia en América Latina y el Caribe (CEHILA Popular), do CEDI, da Frente Nacional do Trabalho (FNT), do

---

68 Não encontramos nenhuma outra referência sobre essa entidade.

69 Caderno do Centro Josué de Castro, FASE, SEDIPO. IV ENCODOP - Resumo de documentos finais de encontros de documentação no Brasil e América Latina. Mai. 1983, p. 6. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de pastas suspensas: Documentação / Encontros, pasta 4)

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e o CIPES [70]. E a última sessão que trazia um texto sobre Educação Popular produzido no Encontro Latino-americano de educação popular que ocorreu em Quito – Equador em dezembro de 1980.

Dois aspectos levantados no editorial desse boletim *Intercentros* chamam nossa atenção. Em primeiro lugar, porque ali se repetiam alguns questionamento, já levantados no terceiro encontro: "Como servir melhor aos movimentos populares? Até que ponto os grupos populares estão se apropriando do trabalho dos centros de documentação e comunicação popular?" São reflexões que reforçam o questionamento sobre a natureza desses centros de documentação e comunicação, e de uma forma geral havia a perspectiva de que eles deveriam existir em função dos movimentos sociais e não em função deles mesmos. Essas questões indicam, provavelmente, as contradições existentes entre aquilo que se idealizava e aquilo que se praticava, além de uma permanente autocrítica. A autocrítica também se fazia em relação ao próprio boletim, como se lê no editorial: "O boletim pode ser um instrumento para fortalecer nossa articulação, ajudar a reflexão conjunta e o avanço do trabalho?" Nesse primeiro boletim, participaram sete das trinta e oito entidades convocadas para mandar suas colaborações e o CPV parece que coordenou todo o processo, apesar de o CEDI ter sido apontado como coorganizador nas resoluções do terceiro encontro. O número zero foi o único número lançado, o que indica que os questionamentos existentes a respeito do sentido e da eficácia de sua existência já apontava a incerteza de sua continuidade. (BOLETIM INTERCENTROS, 1982, p. 3-4)

Concluímos que esses três primeiros encontros são parte de uma iniciativa que pretendia reunir os centros de documentação e comunicação para avançar no inter-relacionamento dos mesmos e, por isso, vamos generalizá-los como série ENCODOPs (Encontros de Comunicação e Documentação Popular), embora somente o quarto e quinto encontro levassem esse nome exato. [71]

---

[70] Não encontramos nenhuma outra referência sobre essa entidade. Pode ser que tenha ocorrido um erro de ortografia e essa sigla se referir, na verdade, ao CEPIS, entidade bastante participativa nas articulações estudadas.

[71] Os organizadores do "IV ENCODOP – Encontro de Comunicação e Documentação Popular" ao caderno de resumos, o "Encontro de Imprensa Mimeografada" como II Encontro da série dos ENCODOPs. Esse encontro aconteceu em Mar Grande – Bahia em outubro de 1979. Nos registros de atas do CPV, Aldo Escobar, representante dessa entidade no encontro, relatou que participaram "37 entidades e que, no seu parecer, foi muito proveitoso" e que o CPV foi "convidado, na ocasião, a se responsabilizar da articulação de um Encontro Regional, reunindo organismos similares em âmbito do Estado de São Paulo", o que decidiram assumir. (CPV, 1979, p. 35) Não entendemos dessa forma, já que este tem uma temática específica na seara da comunicação popular, além de ocorrer em data muito próxima ao segundo encontro também realizado em Mar Grande – BA.

O IV ENCODOP ocorreu em Olinda-PE, entre os dias 17 e 29 de novembro de 1983. Sua coordenação estava formada pelos seguintes centros: SEDIPO, Centro de Documentação Popular da Paraíba (CEDOP), Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), FASE (Recife-PE), Comissão Pastoral de Pescadores, Centro Josué de Castro (Recife – PE), Setor de Comunicação Regional NE II da CNBB e Comissão de Direitos Humanos (CDDH). A organização estava com o SEDIPO, Centro Josué de Castro e CNBB - Setor de Comunicação NE II e FASE – Recife e participaram mais de 60 grupos e centros, o que significa quase o dobro de participantes em relação ao encontro de 1981 realizado em São Paulo. Essa expressiva participação indica a força da articulação de centros de documentação e comunicação na região Nordeste do Brasil. O V ENCODOP, que estava previsto para novembro de 1985 em Goiânia sob a organização do CDR e CPT, não aconteceu devido a um contexto que será explicado adiante. [72]

Quanto à força da articulação na região Nordeste, ela também é confirmada por estudos de professores e alunos do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que revelaram um intenso movimento de criação dos Centros Populares de Documentação e Comunicação Popular (CPDCs) na região. A pesquisa realizada por eles contemplou onze centros do estado da Paraíba e concluiu que a criação dos centros se concentraram na década de 1980; que a maioria dos centros estavam localizados em áreas centrais; que os seus recursos provinham, em grande parte, de ajuda internacional, e, finalmente, que os objetivos desses centros giravam em torno da proposta de "subsidiar e fortalecer os movimentos populares na Paraíba". (RAMALHO et. al., 1997, p.1-16) Algumas dessas conclusões se aproximam da realidade vivenciada pelo CPV, porém, sua fundação em 1973 coloca-o em outra geração de entidade desse tipo e, certamente, pode ser visto como um dos centros que impulsionou a criação de novos centros e aprofundou a caracterização dos centros de documentação e comunicação popular.

No mesmo período em que ocorreram os encontros da série ENCODOPs, 1977 a 1983, a CNBB e a União Brasileira Cristã de Comunicação Social (UBSC) promoveram encontros que se alinham com as propostas dos ENCODOPs. Apesar de terem outras especificidades, como o foco na comunicação social, essas outras redes mantiveram algum tipo de entrelaçamentos com a rede ENCODOPs.

A CNBB promoveu uma série de três encontros nacionais que aconteceram em março

[72] Nosso Trabalho em Documentação. 1994. p. 84. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1 atual.)

de 1977, novembro de 1981 e agosto de 1982. O primeiro deles teve como temática os "Áudio-Visuais para a Evangelização". O segundo e o terceiro tiveram como foco os "Meios de Comunicação Grupal". [73] Dois dos encaminhamentos desse segundo encontro indicam iniciativas de inter-relacionamento. O primeiro dizia que era preciso "elaborar pistas para uma pastoral de conjunto (pessoas que não têm ligação direta com estruturas da Igreja)", o que mostra a preocupação em incluir setores leigos. O segundo aponta para uma relação já estabelecida em nível latino-americano, que possivelmente tinha a CNBB como representante brasileiro, pois, além de prever a continuidade da "elaboração teórica do papel da documentação no trabalho da educação popular" coordenada pela CELADEC e seus programas de documentação e comunicação, apontava a necessidade de dar o retorno do "material testado", enviando uma "avaliação à coordenação". Ainda como resultado desse encontro de 1981, propôs-se a seguinte relação de temas para intercâmbios de materiais: "América Latina, realidade nacional, Direitos Humanos, Igrejas, Documentação, Comunicação, Pesquisa, Capacitação, Educação Popular". Esses temas mantêm bastante proximidade com os temas que interessavam às entidades da rede ENCODOPs, como no caso do CPV. [74] Como já vimos, os Setores de Documentação e Comunicação da CNBB da região Nordeste II participavam dos ENCODOPs, o que aponta para um real entrecruzamento.

A União Brasileira Cristã de Comunicação Social (UBSC) realizou o seu IX Congresso Nacional com a temática da "Comunicação e Educação Popular" entre 15 e 19 de outubro de 1980, em Rudge Ramos – São Bernardo do Campo. Nesse encontro, o CPV coordenou a mesa "Documentação como instrumento das lutas populares" o que rendeu um documento com mesmo título que colocou importantes reflexões que serão comentadas no terceiro capítulo. Tanto a UBSC, fundada em 1969, quanto a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), fundada em 1977, são citadas em relatos do CELADEC como importantes articulações na área de comunicação no Brasil.

A articulação para os encontros nacionais de comunicação e documentação popular (ENCODOPs) se enfraqueceu, ao mesmo tempo em que surgia uma nova proposta de encontros, os "Seminários de Documentação Alternativa". O primeiro aconteceu na cidade do

---

[73] Caderno do Centro Josué de Castro, FASE, SEDIPO. IV ENCODOP - Resumo de documentos finais de encontros de documentação no Brasil e América Latina. Mai. 1983. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de pastas suspensas: Documentação / Encontros, pasta 4)

[74] Caderno do Centro Josué de Castro, FASE, SEDIPO. IV ENCODOP - Resumo de documentos finais de encontros de documentação no Brasil e América Latina. Mai. 1983, p. 5. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de pastas suspensas: Documentação / Encontros, pasta 4)

Rio de Janeiro, entre os dias 6 e 8 de novembro de 1984 e foi organizado pelo CEDI. O segundo, organizado pelo SEDIPO e CPV, aconteceu em Olinda – PE em 1985 e está muito bem documentado no arquivo do CPV. [75] O terceiro encontro marcado seria para acontecer em 1986, mas as entidades responsáveis pela sua coordenação - CEDEC e Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS) - Recife – PE, não reuniram condições para realizá-lo. [76]

Na proposta de Seminários de Documentação Alternativa, percebem-se algumas mudanças. O formato do encontro passa a ser de seminário, o que pode pressupor um tratamento mais verticalizado no intercâmbio de conhecimentos. Desaparece a temática da comunicação. A temática da documentação passa a ser selecionadora de participantes, pois no segundo encontro, as vagas se limitaram a "trinta entidade que realmente estejam trabalhando com documentação". [77] Além disso, a documentação ganhou um novo atributo – passa de popular à alternativa. Essas mudanças de concepções e o estabelecimento de uma nova política para o tratamento das áreas de documentação e comunicação refletem uma nova conjuntura de fim da ditadura. O eixo Sudeste / Nordeste se mantêm na organização e condução dos seminários, excetuando o primeiro centralizado pelo CEDI no Rio de Janeiro.

Nos registros das avaliações individuais do "II Seminário/85", estavam representados 6 estados, 8 cidades e 16 centros. Na abertura desse seminário estavam presentes 31 pessoas e a mesa foi composta por representantes do CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional / Setor de Documentação (Porto Alegre – RS), SEDIPO, CEPAC [78], CEDEC e CPV.

Antes de iniciar a plenária, um representante do CEDI-RJ fez um resumo sobre as resoluções do "I Seminário/84", enfatizando que a ideia de reunir e editar uma publicação com as "Principais fontes de informação úteis aos movimentos populares" não havia se concretizado. Por outro lado, ao longo do seminário, foram apresentadas duas iniciativas

---

75 As entidades que apresentaram as avaliações individuais foram: CNBB – Serviço de Documentação e Informação do Secretariado Regional – NE I , Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (Recife - PE), Centro de Estudos Alternativos Donato Silva (CEA), CEPES (Esperantina - PI), CEDI(Rio de Janeiro - RJ), SEDIPO (Recife - PE), CTR, SECAPAS (Esperantina - PI), CPT – PI (Teresina - PI), CEDEC (São Paulo – SP), CAMP (Porto Alegre – RS), Centro de Cultura Luiz Freire - GAJOP (Olinda - PE), Biblioteca Popular "Otavio Amorim" (João Pessoa - PB), Rede Mulher (São Paulo - SP), ETAPAS (Recife – PE), FASE NACIONAL (Rio de Janeiro – RJ). O CPV não apresentou uma avaliação individual. Informações das "Avaliações individuais". In: Série Documentação – nº 4 – II Seminário de documentação alternativa – Olinda – 5 a 7 de novembro de 1985. 1985. p. 41- 60.

76 Nosso Trabalho em Documentação. 1994. p. 85. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1 atual.)

77 Nosso Trabalho em Documentação. 1994. p. 85. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1 atual.)

78 Não encontramos nenhuma outra referência sobre essa entidade.

provenientes da ação conjunta entre os centros. O SEDIPO apresentou a Rede Nordeste, uma publicação seriada que pretendia ser veículo de informação dos trabalhos realizados nos centros da região abrangendo outras temáticas que iam além da documentação. E o CEDEC noticiou que estava trabalhando com o CPV e o CEDI-SP na construção de um Thesaurus Sindical - uma normatização da linguagem utilizada pelos centros para aplicação na documentação da área sindical.

Após o II Seminário de Documentação Alternativa em 1985, passaram-se três anos sem novas articulações. Somente em outubro de 1988 surgiu um novo esforço, os "Encontros de Centros de Documentação e Memória Operária e Sindical", organizados pelo CEDI e Centro de Memória Sindical (CMS) – São Paulo. Além dessas entidades, participaram o CPV, o CMS (Paraná) e o Arquivo de Memória Operária da UFRJ (AMORJ). Nessa proposta, houve uma clara especialização no setor operário e sindical, aparecendo três novos protagonistas que engrossam essa tendência: duas entidades sindicais – o CMS – São Paulo pertencente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e CMS Paraná – e um arquivo universitário especializado em movimento operário - o AMORJ.

Os encaminhamentos desse encontro ajudam a entender sobre as novidades do rumo que estavam propondo. Previa-se o "desenvolvimento de uma campanha nacional junto às entidades sindicais para a recuperação e preservação de sua história" e a elaboração de três subsídios para o trabalho de documentação: uma cartilha de trabalho, um dicionário de assuntos e um catálogo de entidades. Para encaminhar essas propostas, formou-se um grupo de trabalho com CEDI, CPV e CMS-SP. O eixo dessa articulação centralizou-se na região Sudeste, mais um elemento que mostra a descontinuidade em relação às articulações anteriores (ENCODOPs e Seminários de Documentação Alternativa). Essa proposta se desdobrou em mais dois encontros nacionais ocorridos em 1989. [79] No III Encontro voltou-se a discutir sobre a campanha, agora intitulada "Memória da Classe Trabalhadora".

A última articulação de 88/89, se comparada às articulações de 77/83 e mesmo àquela de 84/85, revelou bruscas mudanças. Na primeira com mais força, mas, também na segunda articulação, o trabalho estava direcionado para centros populares em geral ligados à Igreja. A ideia do "popular" tinha grande força, a documentação e a memória eram parte do trabalho de transformação social. Já na terceira articulação, o lugar da memória e documentação passa a

[79] O primeiro aconteceu em São Paulo entre 30 e 31 março com a presença de 31 pessoas, representando 15 entidades. Nesse encontro foram discutidos os esboços da cartilha, do dicionário e do catálogo, sendo incluídas sugestões para a versão final. O segundo encontro aconteceu em Cajamar – SP, nos dias 21 e 22 de setembro, reunindo 32 pessoas de 23 entidades. (CPV: 1994, 85)

ser as entidades sindicais, vistas como “o principal local para se organizar a documentação”.

Em resumo, pudemos analisar que entre 1977 e 1989 se constituíram três blocos de encontros significativos para a rede de entidades brasileiras: os ENCODOPs, os Seminários de Documentação Alternativa e os Encontros de Centros de Documentação e Memória Operária e Sindical. Eles, de alguma forma, mostram o percurso traçado por um coletivo de entidades que realizaram um grande empreendimento conjunto e promoveram, nesse período, as áreas de documentação e comunicação popular no Brasil.

Assim como o CPV, parte considerável dos centros brasileiros envolvidos nessas redes de documentação e comunicação popular, principalmente nas duas primeiras articulações, eram de iniciativa da igreja progressista representadas principalmente pelas dioceses, pastorais, comissões pastorais, pelas ordens religiosas e pela CNBB. No entanto, os participantes dessas redes iam além dessas estruturas sociais, incluindo também entidades de pesquisa e de cultura ligadas a universidades ou outras formas de associações populares desvinculadas da igreja. Não foi perceptível a presença de estruturas estatais nessas articulações, o que reforça a ideia encampada por essas entidades de autonomia dos movimentos populares frente ao Estado.

A participação nessa rede trouxe importantes contribuições para o trabalho do CPV. Em alguns momentos, ela impulsionou sistematizações do trabalho de documentação popular do CPV, como o documento feito para o IX Congresso Nacional da UBSC em 1980 e o manual de documentação feito por ocasião do II Seminário de Documentação Alternativa [80] em 1985. Em outros momentos, o CPV se fortaleceu no papel de organizador e articulador da rede, como no caso dos três primeiros encontros de documentação (ENCODOPs de 1977/1979 e 1981).

Sendo assim, as iniciativas de construção dessas redes pressupunham um projeto político que se efetivaria nas lutas cotidianas estabelecidas através das práticas de documentação e comunicação popular. Na prática, estabeleceu-se uma série de estratégias de trocas de informações e experiências das mais diversas realidades de lutas vivenciadas pelo Brasil afora. Dentre as estratégias, destacamos: realização de encontros, produção e edição de materiais e boletins, difusão de materiais publicados, realização de pesquisas e estudos conjuntos, visitas mútuas, o que demonstrou a existência de um intenso movimento no âmbito

[80] Trata-se de um manual de documentação do CPV denominado “Nosso trabalho em documentação”, feito em 1985 para a ocasião do seminário. É uma sistematização consistente do trabalho de documentação realizado pelo CPV desde a sua fundação. Será abordado com a devida atenção no capítulo três desta dissertação.

da formação e informação popular no Brasil e na América Latina.

2.3 Rede latino-americana – encontros e publicações populares

Nas fontes de pesquisa encontradas no acervo do CPV, as publicações da Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã (CELADEC) se tornaram porta de entrada para refletir sobre dinâmicas de experimentações nas áreas de documentação e comunicação popular em nível continental. Desde 1977, essas experiências já estavam disseminadas, pelo menos no Peru, na Colômbia, na Bolívia, no México, na Venezuela, e em outros países da América Central como o Panamá, a Costa Rica, a Republica Dominicana e a Nicarágua e coincidiam, sob vários aspectos, com o trabalho que estava sendo desenvolvido no Brasil.

O CELADEC, desde 1976/77, quando instituiu um Programa de Comunicação e Documentação com diretrizes fundamentadas na Educação Popular, muito influenciado pelas discussões de Paulo Freire, cumpriu um papel de articulador, mobilizando e aglutinando os esforços e as ideias sobre formas de organização popular que estavam pipocando por todo o continente. Na avaliação de Maria Cristina Mata [81] (1983, p. 78):

> Si bien durante 1977 y 1978 varias instituiciones nacionales habían participado en esta experiencia junto al Programa de Comunicación de CELADEC, fue a partir de la CLADOCOP que se abrió y enriqueció la labor. La Cruzada Nacional de Alfabetización de Nicaragua fue la primera oportunidad de que compañeros de diversas instituciones de México, Perú, Colombia, Costa Rica y Republica Dominicana acudieran a la convocatoria hecha por CELADEC para capaciptar a 150 brigadistas em la utilización de medios de comunicación dentro de una dinámica popular. A partir de aquella experiencia, se sucedieron outras, no sólo en Nicaragua, sino en vários países.

Cumprindo papel de articulador, o CELADEC convocou uma reunião de centros de documentação e comunicação popular da América Latina, em janeiro de 1979, na qual participaram o Centro de Estudios y Acción Social Panameño (CEASPA) - Panamá, o Centro Dominicano de Estudios de la Educación (CEDEE), o Centro Boliviano de Investigación y Acción Educativa (CEBIAE) - Bolívia, o Centro de Comunicación Social de México (CENCOS) - México, o Centro de Información y Documentación de Bolívia (CIDOB) – Bolívia e o Servicio Colombiano de Comunicación Social (SCCS) - Colômbia. Os centros

[81] Maria Cristina Mata, argentina, começou a trabalhar como membro do Programa de Comunicação do CELADEC em 1977. Escreveu artigos e publicações populares sobre comunicação popular.

presentes nessa reunião, ou pré-consulta, assumiram de forma conjunta a convocação da Consulta Latino-Americana de Documentação e Comunicação Popular (CLADOCOP) e o CELADEC, a coordenação executiva dos trabalhos (COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA, 1979a, p. 6).

A CLADOCOP aconteceu em junho de 1979 na cidade de Lima e reuniu quatorze países e trinta centros. Na reflexão proposta por Maria Cristina Mata, essa consulta foi o ponto culminante para o enriquecimento dos trabalhos com a educação popular, nas formas da comunicação e da documentação. Ainda, segundo a autora, os Programas de Comunicação e Documentação do CELADEC e as iniciativas de uma série de entidades a ele ligados foram fortemente impulsionadas pelas transformações sociais em andamento na Nicarágua. [82] Como motivações para a realização de uma Consulta Latino-americana, a CELADEC apontava: "La resolución de nuestras dificultades no se da aisladamente sino con el concurso de quienes trabajando en estos terrenos, se encuentran ligados por un proyecto histórico común" (MATA, 1983, p. 77).

A convicção central era de que as entidades que trabalhavam com as classes populares estavam ligadas por um projeto histórico comum. E a união dos esforços era ponto fundamental para avançar nesse projeto. Apontava-se, ainda, a existência de uma série de dificuldades nos trabalhos com a documentação e comunicação popular, as quais foram divididas nos níveis teórico, técnico e prático. No campo teórico, por exemplo, havia um importante debate entre os campos acadêmico e popular.

> […] es indudable que el grueso de los avances realizados en el campo de la comunicación y de la documentación como parte del desarrollo de las ciencias sociales, no se han revertido al campo que denominamos la comunicación y la documentación popular. […] (COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA, apud MATA, 1983, p. 77)

Constatava-se um avanço significativo nos campos da documentação e comunicação como parte do desenvolvimento das ciências sociais, porém, esses conhecimentos não se revertiam para os campos da comunicação e documentação popular. Nesse sentido, a distinção entre o conhecimento acadêmico e o popular era evidente, reflexão que nos documentos brasileiros aparecem somente nas entrelinhas.

A CLADOCOP teve como objetivo "debatir los problemas que plantea la práctica de

[82] Sobre as relações entre a Revolução da Nicarágua e a Educação Popular ver "Lições da Nicarágua – A educação na América Latina." p. 89.

la documentación y comunicación popular como instrumentos de organización y concientización de los sectores populares y encontrar una convergencia cada vez más sólida" (COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA, 1979). Vê-se uma clara opção pela organização e conscientização dos setores populares, além da busca de um esforço coletivo de "instituições intermediárias" para apoiar e organizar essas tarefas. [83]

As linhas de ação definidas na CLADOCOP eram: impulsionar a inter-relação dos grupos; fazer formação na área de documentação e comunicação e produzir materiais sobre os temas de interesse. (MATA, 1983, p. 76) Um dos resultados da CLADOCOP foi justamente a sistematização dos conhecimentos dos campos do saber da documentação e comunicação popular. Foi publicado um livro sobre a CLADOCOP e também houve uma série de publicações populares sobre as experiências de trabalhos nas áreas de comunicação e documentação popular.

O livro "Documentación y Comunicación popular – materiales de la Consulta Latinoamericana de Documentación y Comunicación Popular – Lima, junio de 1979" é uma fonte importante para a compreensão das concepções e práticas que permearam as entidades latino-americanas e, em certa medida, também as brasileiras. Foi produzida pela CELADEC uma coletânea de quatorze artigos que ajudam a entender essa visão de documentação e comunicação popular ligadas a um amplo projeto de educação popular para a libertação das classes populares. São relatos de sistematizações de experiências e análises conjunturais organizados em artigos, sete com assinaturas autorais e institucionais e os demais somente institucionais. Permeiam esses textos conceitos da educação popular e concepções marxistas, as quais dão sentido a análise social. [84]

Outro esforço, muito comum nas iniciativas de inter-relacionamento, era a produção de boletins, como vimos, no caso brasileiro, o boletim *Intercentros*. A CELADEC, nas atividades propostas na CLADOCOP, assumiu a tarefa e produziu o boletim "CANAL para la comunicación y la documentación popular", que circulou entre dezembro de 1979 e janeiro de

---

[83] Maria Cristina Mata considera os centros e os movimentos como "instituições intermediárias" na tarefa de organização dos setores populares. (MATA, 1983, p. 76)

[84] Formam a coletânea: um artigo do CEBIAE (Bolívia), um artigo conjunto do Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP), Dimensión Educativa e Serviço Colombiano de Comunicación Social, dois artigos do Centro de Comunicação Popular (Uruguai), um artigo do Centro de Comunicación Social Jesús María Pellín (Venezuela), um artigo do Asociación Interconfesional de Estudios Teológicos (AIDET), dois artigos do CEASPA (Panamá), um artigo do Centro Dominicano de Estudios de la Educación (CEDEE), três artigos da CELADEC (Peru), um artigo do CIDOB (Bolívia), um artigo do CENCOS (México).

1981. Dentre as suas seções estavam: “coordinando esforzos”, “los centros informan”, “cómo trabajamos”, “reuniones, encuentros, congresos y seminarios”, “nuevos materiales”, “Para una história...”, que de alguma forma coincidem com os temas tratados no Boletim *Intercentros* brasileiro. (MATA, 1983, p. 78)

A coleção Cadernos de Capacitação começou a ser publicada já em 1979, reeditando materiais originários das experiências acumuladas desde 1977/1978, quando se realizaram uma série de oficinas pela América Latina. Essas oficinas eram organizadas pela CELADEC e intermediadas, algumas vezes por outros centros. Os centros envolvidos nessas oficinas foram: SCCS (Colômbia), Centro de Intercomunicação Social (CINCOS) -Preladura de Chimbote – Perú, Centro de Estudos e Publicações (CEP) – Lima Peru, todos interligados aos Programas de Comunicação e Documentação do CELADEC. Também foram confluentes nesse esforço oito oficinas organizadas pelo Serviço de Colombiano de Comunicação Social (SCCS) – Colômbia. Nessas oficinas trabalhou-se com grupos de base provenientes de setores populares, setores rurais e sindicais, alfabetizadores, grupos paroquiais e centros populares ou de pesquisa, desenvolvendo-se um programa variado e ligado às técnicas de comunicação: imprensa popular, periodismo popular, serigrafia, fantoches, audiovisuais. Apenas na oficina realizada em Charalá- Colômbia, por intermédio do SCCS, relatou-se o trabalho com técnicas de documentação, o que demonstra, de alguma forma, o valor secundário dado a essa temática. (COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓ CRISTIANA, 1979, p. 217)

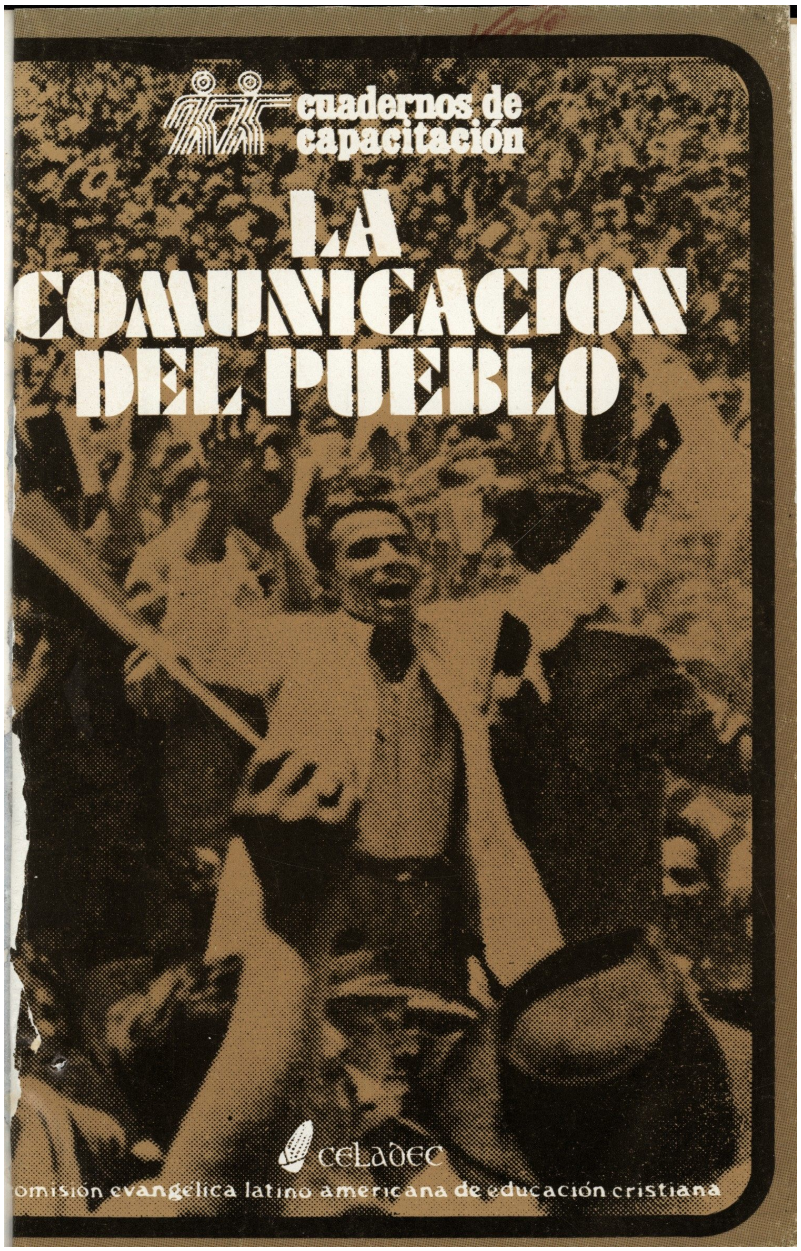
Essas publicações utilizavam uma linguagem simples e eram recheadas com muitas imagens, ora ilustrativas, ora informativas. [85] Nelas, são difundidas ideias de que a produção da “comunicação popular” deveria ser assumida pelos setores populares, e que estes deveriam se organizar e combater a “comunicação opressora” produzida pelos “setores dominantes”. Definiam a comunicação como instrumento valioso na luta contra o sistema opressor. Contudo, seu conteúdo não parava por aí; elas fundamentalmente ensinavam como fazer e entender os elementos teóricos e práticos da comunicação do povo, do jornalismo popular, da organização de centros populares, dentre outros.

Essas duas publicações, “La comunicación del pueblo” e “Periodismo popular”, que já haviam circulado bastante em outros países latino-americanos, foram traduzidas e ilustradas

[85] É interessante informar que essa coleção foi adquirida no site brasileiro de sebos “Estante virtual”. Assim, como esses cadernos, uma série de publicações populares desse período pode ser encontrada nesse site, o que revela, como mostra alguns indícios, o desmantelamento dos arquivos das entidades que participavam dessas redes de comunicação e documentação popular.

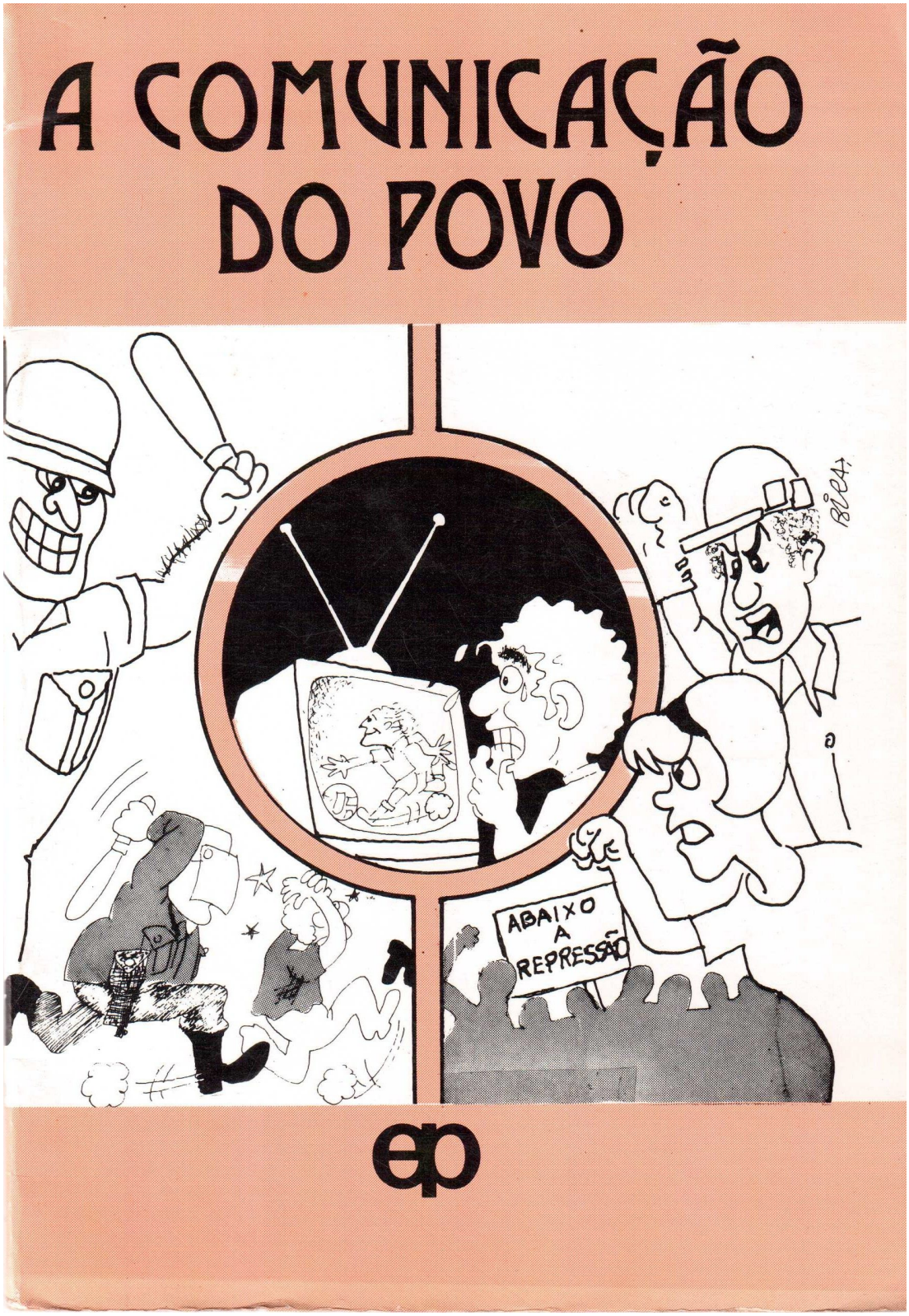
no Brasil pela Editora Paulinas em meados dos anos 1980 (FIG. 7 e FIG 9). O CPV foi responsável pela tradução dos exemplares de “A comunicação do povo” e “Como se organiza um centro de documentação e comunicação popular”, e a FASE – SP foi responsável pela tradução do caderno “Jornalismo Popular”. Esse intercâmbio do CELADEC com o Brasil já ocorria, pelo menos desde 1980, com o CPV e se intensificou com a produção desses cadernos e a realização de um encontro conjunto em 1982. (FIG. 8, FIG. 10 e FIG. 11)

FIGURA 7 – Caderno de Capacitação do CELADEC: *La comunicacion del pueblo*(1979)



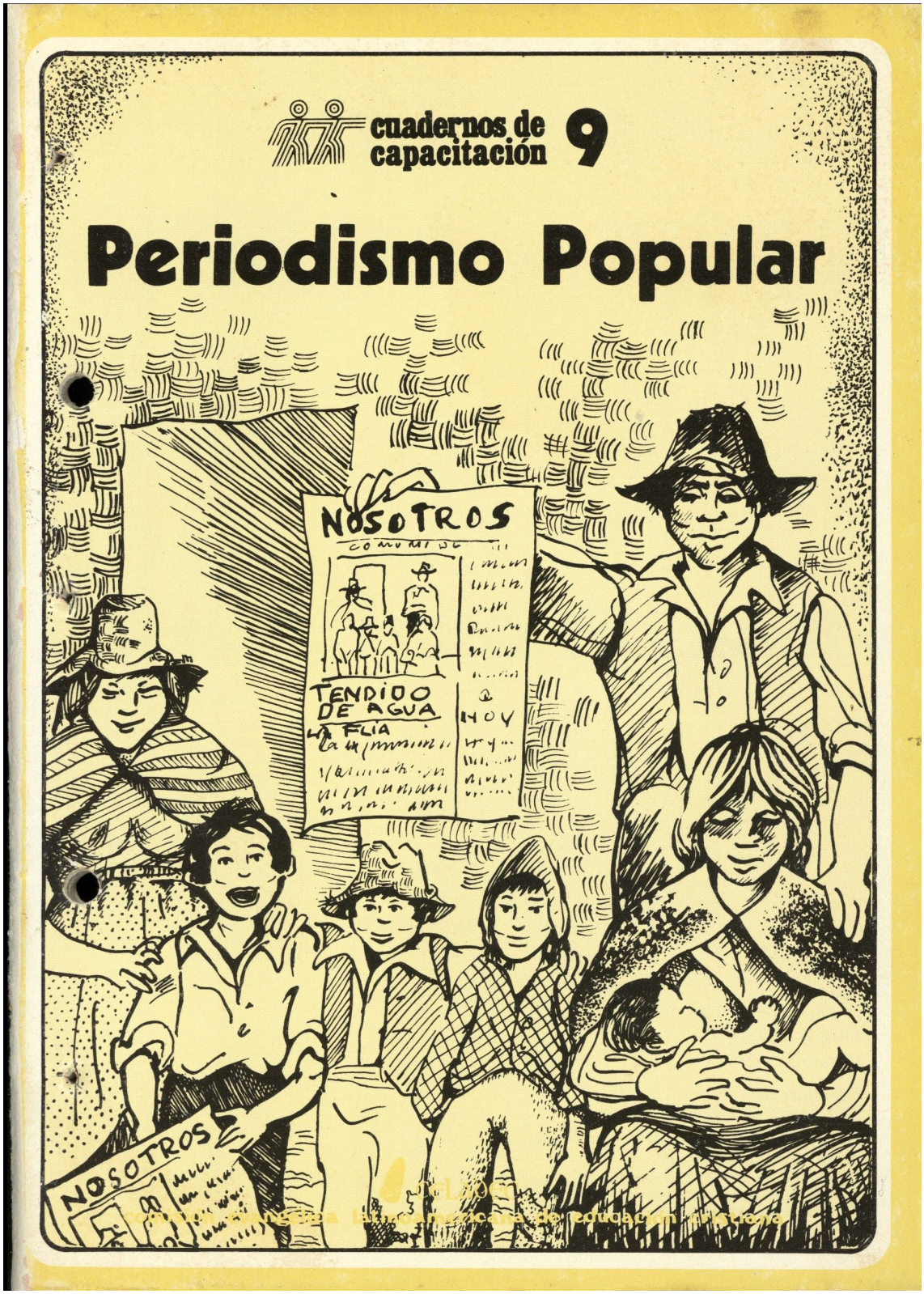
Fonte: COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA, 1979b.

Figura 8 – Caderno do CELADEC editado no Brasil: *A comunicação do povo* (1985)



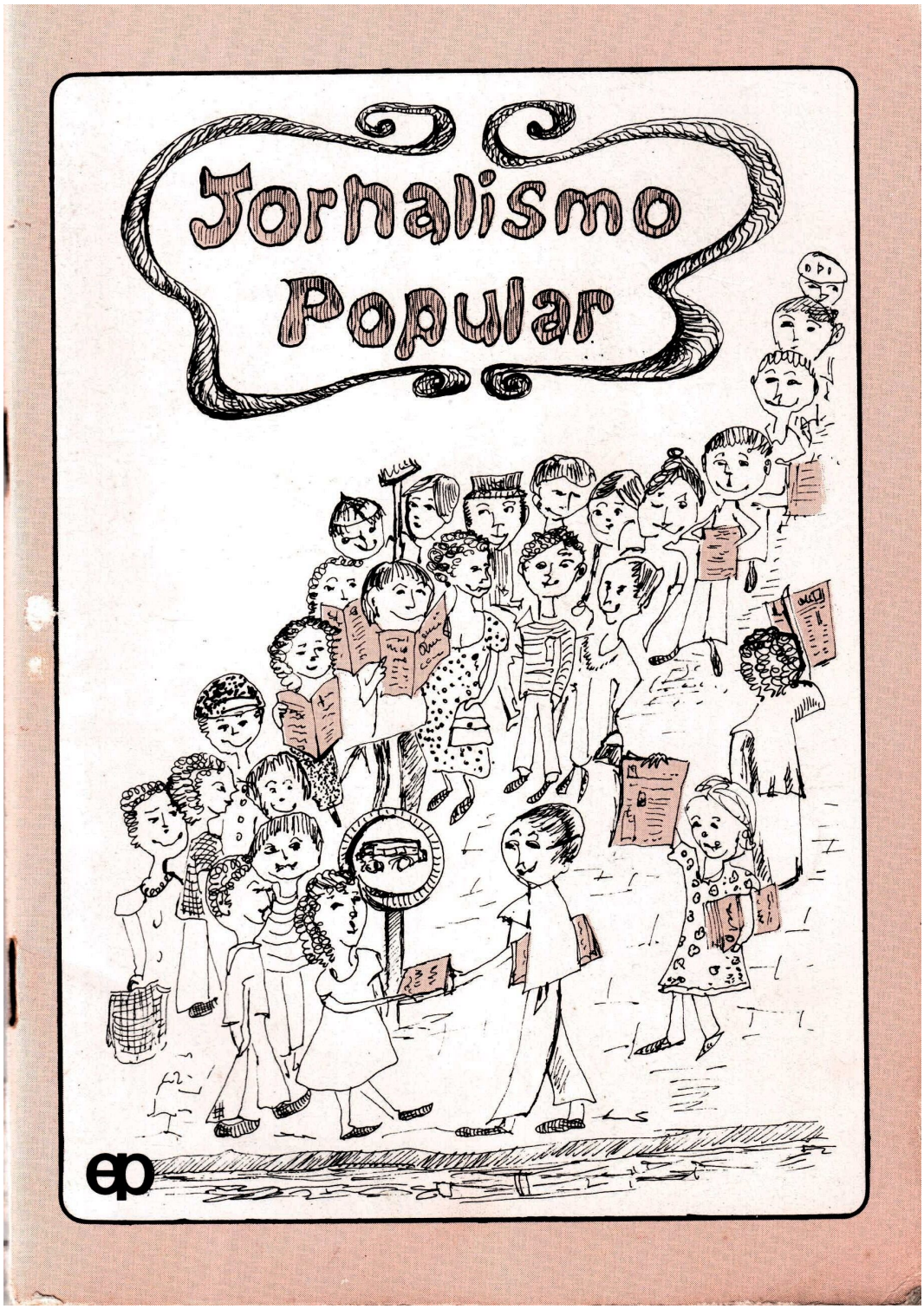
Fonte: COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA, 1985.

Figura 9 – Caderno de Capacitação do CELADEC: *Periodismo Popular* (1981)



Fonte: COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA, 1981.

Figura 10 – Caderno do CELADEC editado no Brasil: *Jornalismo popular* (1984)



Fonte: COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA, 1984.

Pela análise desses materiais produzidos pós-CLADOCOP, publicados de 1979 a 1982, percebemos um esforço de junção das áreas da documentação, comunicação e educação

popular mais intenso do que na rede brasileira no mesmo período. Dessa forma, podemos supor que a relação entre educação, comunicação e documentação popular que também aparece nas elaborações do CPV no período imediatamente posterior pode ser proveniente desses materiais. Não conhecemos profundamente como se deram as práticas da imensa diversidade de entidades nos diversos países e nem é objeto desta pesquisa conhecê-las, porém, percebemos que as concepções adotadas pelo CPV e por uma série de entidades brasileiras seguiriam, até pelo menos 1985, os caminhos teóricos discutidos nessa rede latino-americana. Essa cumplicidade torna-se evidente, por exemplo, no nome adotado no encontro nacional brasileiro de 1983 - ENCODOP – Encontro de Comunicação e Documentação Popular.

Nessa proposta da rede latino-americana, as concepções de documentação e comunicação popular, além de estarem totalmente vinculadas às ideias de transformação social e da educação popular, abrangem práticas e atividades que, muitas vezes, na visão acadêmica de áreas do conhecimento não se conectariam. As diversas práticas artísticas – como música, teatro, marionetes; a produção da comunicação nas mais diversas formas: jornais, rádio, murais, painéis; a leitura e guarda de documentos e livros em forma de documentação e biblioteca – estavam agregadas à ideia de centro popular. (FIG. 11)

Nessa concepção, o centro popular de comunicação e documentação era um local canalizador de iniciativas culturais realizadas por seus integrantes. Ele deveria ser um lugar para se realizarem as práticas culturais das classes populares, o local onde poderiam experimentar suas formas de comunicação e expressão, fortalecendo-se como sujeito histórico coletivo com uma identidade própria. Na proposta da rede latino-americana, a documentação e a comunicação popular, juntas, abrangeriam esse amplo rol de atividades artísticas e culturais.

Em alguns países latino-americanos, há uma similitude das concepções e práticas da documentação popular com as da biblioteca popular. É possível que as bibliotecas populares, com larga tradição, como no caso argentino [86], tenham cumprido papel muito semelhante aos centros populares de comunicação e documentação popular. As bibliotecas populares em geral eram, e em alguns casos ainda são, locais que fomentam a formação cultural e política dos setores populares. Assim como a documentação popular, a biblioteca popular tem como público uma comunidade ou grupos organizados em seu fazer cotidiano.

[86] São exemplos a *Casa del Pueblo,* fundado por um grupo de socialistas em 1897 e a *Sociedad Luz,* fundada pelo socialista Argel Gimenez em 1899, que persistem até os dias atuais.

> Las bibliotecas populares en los bairros y en zonas rurales constituyen uno de los esfuerzos más importantes y vitales de los sectores populares por ir superando sus necesidades educativas, por rescatas, difundir y producir elementos de una cultura popular, y por crearse espacios de diálogo, encuentro y formación política y social en la comunidad. CENTRO DE INVESTIGACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y ASESORÍA POBLACIONAL, ASOCIACIÓN DE PUBLICIONES EDUCATIVAS, 1987, p. 9)

Notamos essa aproximação também num "catálogo de publicações" de um centro de documentação de Bogotá, publicado em 1990, cuja temática da Biblioteca Popular inclui toda a bibliografia sobre documentação e também comunicação popular. [87] Nesse catálogo a temática biblioteca popular funcionou como matriz dos campos de saber do nosso interesse – a documentação e comunicação popular – isso se deve, provavelmente, à maior difusão tanto das experiências de bibliotecas populares como da própria terminologia. No período temporal desta pesquisa, a documentação popular, assim como a comunicação popular, a biblioteca popular, o vídeo popular, o desenho popular podem ser entendidos como instrumentos da educação popular e ação dessas práticas que envolviam um projeto político-educativo com vistas à transformação social.

Na experiência do CPV, entrecruzada com as experiências das redes brasileira e latino-americana – movimento de publicações populares e encontros nacionais e latino-americanos – a ênfase estava na documentação e comunicação popular agrupadas como instrumentais de um projeto amplo de educação popular, durante o período que se estende de 1979 a 1983. Esse período pode ser alargado para 1977 a 1985, se considerarmos como marcos dessa dinâmica o I Encontro de centros realizado em Vitória, em 1977, e a sistematização do trabalho de documentação do CPV feito para o II Seminário de Documentação Alternativa, em 1985. A partir de 1985, as articulações dessa rede tenderam a seguir um caminho de especialização, sendo que a área da documentação se descolaria progressivamente da área da comunicação e se aproximaria das problemáticas dos arquivos e da memória.

Como colocamos, essas experiências estabelecidas em rede tiveram seu ponto alto na conjuntura política, social e econômica do período de abertura política. Nesse momento, a forte dinâmica dos movimentos sociais juntamente com a presença marcante da igreja progressista como articuladora foram os balizadores da dinâmica popular. Nessa conjuntura, a

---

[87] Boletin del Centro de Documentación. n. 14, 1990. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de pastas suspensas: Documentação / Encontros, pasta 4)

relação entre entidades de apoio e movimentos sociais se fez de forma estreita, algumas vezes numa relação de mútua dependência. Nos momentos em que surgiram novas necessidades para os movimentos sociais também foram os momentos em que os discursos, as concepções e as práticas das entidades de apoio sofreram transformações.

Figura 11- Caderno do CELADEC editado no Brasil: *Como se organiza um centro popular de documentação e comunicação (1985)*



Fonte: COMISSÃO EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, 1985.

Essas colocações talvez não sejam válidas para todas as relações travadas entre entidades de apoio e movimentos sociais, sendo necessárias pesquisas mais profundas sobre

esse ponto de vista. No caso do CPV, observamos a existência desse vínculo estreito. E seria justamente no contexto das intensas lutas populares e sindicais, que se iniciaram no final da década de 1970 e se prolongam por toda a década de 1980, que a documentação e comunicação popular se estabeleceram com concepções e práticas de instrumentação das lutas.

A experiência do CPV e dessa rede de entidades representam a memória de amplos setores da vida social de um período marcante da história do Brasil, que nos dias de hoje está em revisão, particularmente na ação das Comissões da Verdade espalhadas no país. Nesse sentido, entendemos que localizando e valorizando as fontes documentais e as experiências dessas entidades, teremos pistas de grandes tesouros ainda não descobertos e que correm riscos de se extinguirem. Essas experiências podem evidenciar a efervescência das lutas populares e sindicais do período de abertura política no Brasil (1979-1985). Seus arquivos podem trazer à tona uma série de projetos políticos de atores sociais anônimos que fizeram de suas vidas uma resistência cotidiana, lutando para a implantação de um projeto social, cultural e político que levasse em consideração as necessidades da dinâmica popular e que diminuíssem as desigualdades sociais e econômicas.

3 DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR NO CPV

Como foi discutido nos capítulos anteriores, o Centro de Pastoral Vergueiro desenvolveu, ao longo das décadas de 1970 e 1980, concepções e práticas específicas integrando as áreas de documentação e comunicação. Principalmente a partir do início da década de 1980, a reestruturação do Setor de Documentação e Pesquisa e a articulação dessas áreas se intensificaram e se regularizaram. Por um lado as atividades de coleta, organização e divulgação de documentos dos movimentos populares e sindicais ganham maior fôlego, propiciando a constituição de um rico acervo, e por outro lado, desenvolvem-se as atividades de pesquisa, sistematização e comunicação que resultaram na produção de informes bibliográficos, cadernos populares e dossiês.

Para Ana Maria Cardoso de Andrade (1989), o CPV se tornou entidade modelo do que ela convencionou chamar de "centro de documentação e comunicação". Sua análise aponta que, nas décadas de 1970/1980, esses centros desenvolveram uma nova forma de trabalhar com a informação popular. Suas principais características eram: a forte influência da Igreja Católica, o apoio aos movimentos populares do período como forma de militância/trabalho, a informação popular trabalhada numa via dupla entre documentação e comunicação, a documentação e a comunicação como instrumentos de lutas reivindicatórias. Sem dúvida, a caracterização feita por Ana Maria é bem próxima à realidade vivenciada pelo CPV. Dela decorre ainda uma forma de atuação característica no CPV – trabalhar com a informação popular como forma de mobilização política.

Adotando as sugestões do estudo de Ana Maria, podemos delimitar pelo menos três fases distintas no trabalho de documentação e comunicação do CPV. A primeira fase, que se estendeu da fundação em 1973 até o ano de 1978, pode ser considerada incipiente, potencial e preparativa no que diz respeito às atividades e concepções de documentação e comunicação como áreas convergentes no trabalho com a informação popular. Nesse período, a organização da documentação era baseada em dois pilares distintos– a biblioteca e o setor de recortes de jornais. As publicações produzidas pelo CPV tinham pequena expressão quantitativa, porém, foi nesse período que se iniciou as redes de trocas e vendas de publicações populares, organizada pelo Setor de Publicações da entidade, o que possibilitou o desenvolvimento do acervo e da comunicação externa. Nessas redes, assim como no CPV, havia forte influência da teologia da libertação, o que se refletia nos conteúdos de seu acervo e publicações desse

período.

A etapa seguinte, de 1979 a 1984, caracterizou-se pela reformulação e reestruturação das concepções e práticas do setor numa proposta que definia a educação popular como base do trabalho com a informação popular. Nesse período o adjetivo popular passa a acompanhar a denominação de muitas iniciativas da entidade, como os catálogos de publicações, os cadernos, a documentação e comunicação, dentre outras. Neste ponto parece importante estarmos atentos que a incorporação da qualificação de popular traz a esta proposta dimensões políticas novas. Como indica Cruz (2012) sobre a delimitação do campo do popular em importante estudo sobre os impressos e a imprensa dos movimentos populares e sindicais desse período, importa:

> "[...] compreender o popular não como um adjetivo que qualifica modos de fazer imprensa, mas como campo social e político no interior do qual os impressos são produzidos, o que implica também reconhecer o hegemônico como um processo em movimento que põe em causa a disputa em torno do popular." (CRUZ, 2012, p. 5)

A análise dos materiais do CPV desse período indicam confluências de diferentes forças sociais e políticas, que resultam na defesa de um campo representativamente mais abrangente, que nesse processo se reivindica como campo popular. É um momento em que popular é sinônimo de síntese. No CPV, particularmente essa síntese se expressou pela convergência entre forças sociais e políticas representativas da educação popular, do sindicalismo classista e da pastoral libertadora. Esse microcosmo social nos coloca a problemática do popular que também estava presente numa conjuntura mais ampla e, nesse caso, genericamente, podemos afirmar que o campo popular representava forças sociais e políticas das frentes de lutas de resistência à ditadura civil e militar e pela redemocratização do Brasil.

Com a grande onda de mobilizações populares e sindicais dos anos 1978 e 1979 e a participação intensa do CPV no apoio, na agitação e, sobretudo, na impressão, coleta e distribuição de materiais produzidos pelos movimentos e atores sociais envolvidos, o CPV passa a acumular muito material dos movimentos. Essa etapa coloca novos desafios para a organização da classe trabalhadora que estimula, internamente no CPV, a elaboração de novas

práticas de documentação atreladas à comunicação popular. Esse pode ser considerado o período mais rico na produção e sistematização do trabalho do CPV e ainda é o período em que a denominação centro de documentação e comunicação popular melhor se aplica. Isso porque é nesse período que o CPV se reconhece como tal.

O último período, que vai de 1985 e 1989 começa intenso e perde força no final da década, tendo uma pequena recuperação em seu último ano. É um período de difícil avaliação, no qual há maior descontinuidade nas produções e muitos fatores internos e externos provocam mudanças significativas no rumo da entidade, como discutimos no primeiro capítulo, embora a ideia de centro de documentação e comunicação permanecesse. Em relação à escolha de prioridades de relações externas e conteúdos para a constituição do acervo e produção das publicações, o CPV se aproximou bastante dos debates políticos do novo sindicalismo, acompanhando principalmente a vertente das oposições sindicais.

Um dos pilares na consolidação do trabalho do CPV como centro de documentação e comunicação, principalmente na década de 1980, foi o desenvolvimento das noções de documentação, comunicação e memória, tendo como pano de fundo a educação popular. A aproximação das áreas de documentação e comunicação sob o enfoque do campo popular assegurou um norte de desenvolvimento ao trabalho do CPV, o que significou, em última instância, o desenvolvimento de uma íntima relação com as demandas dos movimentos sociais.

Nesse sentido, refletir sobre os significados desses conceitos no trabalho desenvolvido pelo CPV, pensando seus limites e suas aplicações, torna-se fundamental. Em primeiro lugar é importante entender que as concepções sobre documentação, comunicação e memória se relacionam diretamente com aquela conjuntura histórica e, mais do que isso, com um projeto de transformação política e social. Tanto é que, invariavelmente, são conceitos e formulações que apelam para o momento presente e para um fazer acontecer que preserva um discurso contra-hegemônico. Essas noções apareceram em 1983 em um documento sobre os objetivos do CPV.

> Vemos hoje o Centro de Pastoral Vergueiro mais como um serviço de comunicação e documentação popular integrado à educação popular, este [serviço] bem feito é instrumento da educação popular. Entendendo educação popular no sentido de se

oferecer instrumentos para os grupos populares assumirem suas próprias lutas. [88]

No trecho existe uma análise hierárquica entre as áreas do conhecimento. A comunicação e a documentação são colocadas como "instrumento", ou seja, um dos métodos de educação popular. O conceito de educação popular aponta a noção de "oferecer instrumentos", ou seja, dar suporte, apoio e formar, educar com algo ou com um tipo de educação que os grupos populares, provavelmente, não tinham. Também está embutida no conceito a ideia de que os grupos devem ser autônomos e "assumirem suas próprias lutas" e que vão fazer isso melhor com a formação e instrumentação recebida dos agentes de educação popular.

A elaboração dos conceitos de comunicação e documentação torna-se mais sofisticada e consistente no que diz respeito aos seus objetivos e função social, quando associada à educação popular. Os contatos com as entidades latino-americanas provavelmente contribuíram para essa transformação, já que essas concepções e práticas já vinham se estabelecendo em alguns países que utilizavam como base, dentre outras, as reflexões de Paulo Freire. A CELADEC, por exemplo, desde 1976 tinha programas específicos de Comunicação e Documentação Popular e em 1977 já estavam divulgando essas experiências.

No CPV, em 1985, as reflexões sobre comunicação popular aparecem como forma de resistência à "comunicação de massa", a qual utiliza táticas como a "não informação, a mentira, a informação parcial, a conivência com o sistema" para desinformar aqueles que não concordam com os projetos da classe dominante da qual fazem parte. As reflexões sobre as lutas de classe se apresentam pelo viés da comunicação, e nessa esfera a documentação se subordina a ela ganhando sentido social e político. "Assim chegamos aos dias atuais um trabalho que se propõe como alternativa de informação/comunicação e onde a documentação não se esgota em si, mas é apenas uma fase do processo de comunicação popular." [89]

Nesse sentido, a documentação popular não fazia sentido se estivesse isolada, como um arquivo morto (utilizando o outro conceito do senso comum). "Temos que entender nosso trabalho de documentação no conjunto de um processo social que parte do próprio movimento e a ele é devolvido. O acervo de documentação, dessa forma, deixa de ser um 'depósito de

---

88 CPV - Objetivos e serviços. Set. 83. p.1. Texto datilografado. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo de entidades. Pasta: Centro de Pastoral Vergueiro)

89 Nosso Trabalho em Documentação. 1985. p. 4. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1)

papéis' à espera de um eventual consulente". [90] Nesse trecho o que se destaca é necessidade de se manter um arquivo "vivo" integrado ao processo social, e a utilidade da documentação é colocada no centro das preocupações. Assim, podemos perceber uma crítica implícita a centros de documentação que deixam para segundo, terceiro plano a definição de objetivos sociais e políticos no trabalho com a informação. Por outro lado, a ideia de preservação/conservação se apresenta como secundária nas atividades desenvolvidas pelo CPV mas, mesmo assim, o CPV tornou-se guardião e preservou um representativo acervo dos movimentos populares e sindicais.

Como podemos ver, a noção de trabalho de documentação popular tinha um apelo instrumental: "[...] os trabalhadores precisam guardar e estudar documentos dos seus próprios movimentos de luta para que, a partir deles, se organizem melhor [...]". [91] Havia uma proposta de autonomia que destacava a organização dos trabalhadores pelos trabalhadores, não só no plano da luta, mas também no plano da documentação. Nessa concepção, o trabalhador é pensado como sujeito histórico, crítico e lutador social, que, tendo em vista as lições tiradas de suas próprias experiências, poderia melhor agir e transformar suas condições de vida e seu futuro. Essa concepção delineia-se em contraposição à minimização do papel de outros agentes sociais do período, aos próprios centros de documentação e a outros agentes que se autodefiniam como apoio, serviço, ajuda aos movimentos em curso que deveriam ser conduzidos pelos trabalhadores. São reflexões que precisam ser aprofundadas e geram muitos questionamentos. Quanto essas entidades influenciavam o rumo dos movimentos em curso? Quanto seus "serviços" eram apartados das atividades dos próprios movimentos? De que forma podemos pensar essas entidades como dimensão do próprio processo de constituição daqueles movimentos e sujeitos sociais?

Segundo o próprio CPV, a documentação popular se faz pela circularidade de três processos de trabalho com a informação – a coleta, a organização/sistematização e a devolução. A coleta e a devolução envolvem de forma mais intensa os interlocutores externos. A primeira diz respeito às ações desenvolvidas para a constituição do acervo; e a segunda, sobre os meios para acessar esse próprio acervo. Já a *organização/sistematização* compõe-se basicamente pelos processos que envolvem os sistemas de informação do acervo e o trabalho

---

90 Nosso Trabalho em Documentação. 1985. p. 5. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1)

91 A documentação como instrumento das lutas populares. IX Congresso Brasileiro de Comunicação Social. São Bernardo do Campo, 15-19 out. 1980. p.1. (texto datilografado). (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de entidades / pasta: Centro Pastoral Vergueiro)

de pesquisa de conteúdos para produções do CPV [92]. São etapas que correspondem a um trabalho mais interno. Essas etapas poderiam ser analisadas como simples processos técnicos, mas é preciso lembrar que são processos fundamentais para entender e avaliar o quanto a proposta político-educativa do CPV se efetivou.

A análise deste capítulo, que se apoia nos processos que interligam os processos de documentação e comunicação, terá como alvo o desenvolvimento do Setor de Documentação e Pesquisa, enfatizando os processos de organização do acervo e da *devolução*, no que diz respeito aos processos mais internos de trabalho do CPV. Muitos outros aspectos foram menos explorados, como o alcance dos processos de coleta e devolução, devido à complexidade de acesso às fontes e aos próprios limites desta pesquisa. Mesmo assim, mantivemos em vista a problemática do direcionamento e intensidade das suas relações externas do CPV. E entendemos que as fontes utilizadas se tornaram suficientes para encaminhar a problemática desta pesquisa, que coloca os processos sociais, políticos e econômicos vividos pelo CPV junto aos processos vivenciados pelas organizações da classe trabalhadora nas lutas do período, estabelecendo preferências políticas e de trabalho, que flutuaram entre os campos pastoral, popular e sindical.

Dessa forma, neste ponto da pesquisa destacaremos as práticas e concepções que interligam as áreas de documentação e comunicação no trabalho interno da entidade, tendo como ponto de partida o Setor de Documentação e Pesquisa e as suas produções, particularmente os informes bibliográficos, os dossiês e os cadernos populares, buscando entender suas aproximações e seus distanciamentos entre as áreas. As fontes utilizadas são: atas do Departamento de Documentação e Pesquisa (1979 a 1989), manual sobre o trabalho de documentação de 1985 e outros instrumentos de pesquisa do acervo, entrevistas, catálogos de publicações do CPV, dossiês, informes bibliográficos e cadernos populares. Além do trabalho sistemático com essas fontes específicas, foram realizadas consultas no próprio acervo para averiguação daqueles dados, principalmente das produções do CPV, que se apresentaram de maneira incompleta e/ou contraditória nas primeiras fontes.

---

[92] Estamos considerando produções do CPV todas as publicações produzidas por ele, individualmente ou em parceria com outros agentes, para divulgação ou comunicação. Utilizaremos uma diferenciação entre publicações de divulgação e de comunicação devido à natureza quase sempre díspare existente entre as mesmas. Consideramos publicações para divulgação aquelas produzidas para divulgar o trabalho realizado pelo CPV e seus setores de trabalho, por exemplo: os informes bibliográficos, os catálogos de publicações, os *folders* e outros tipos de materiais. E as publicações de comunicação são aquelas com públicos e temáticas específicas, são exemplos: os boletins periódicos, as cartilhas, os cadernos, os dossiês, etc..

3.1 Setor de Documentação e Pesquisa

A ideia inicial de entender os processos e as diretrizes do Setor/ Departamento de Documentação e Pesquisa surgiu da necessidade de evidenciar o processo de constituição do grande e rico acervo guardado no CPV nos dias atuais. Logo no início do trabalho de pesquisa, num rápido diagnóstico do acervo e de alguns instrumentos de pesquisa do período em estudo, entendemos que ainda havia, depois de vinte anos, a manutenção de alguns processos de trabalho estabelecidos na década de 1980, como as regras de classificação e armazenamento dos materiais. Porém, apesar de estarem ali visíveis, era como se eles não fizessem mais sentido ou estivessem esquecidos. Então, o estímulo inicial, veio de uma necessidade, uma procura, uma vontade de esclarecer os porquês daquele jeito de organizar, classificar, guardar os materiais (FIG. 12).

Figura 12 – Organização atual dos cadernos do CPV



Fonte: Fotografia do acervo da autora (2011).

Nos primeiros anos de atuação, o CPV estava marcado pela ação local. Realizava cursos de educação popular, dava assessoria jurídica, tinha uma biblioteca aberta ao público e uma pequena gráfica que atendia às necessidades de evangelização e de educação popular realizadas na comunidade e nos bairros próximos. Nesse período é preciso considerar que as ações regionalizadas também eram estratégias de ação e mobilização frente ao forte aparato

vigilante e repressivo do governo militar. Foi nessa época que o departamento de Documentação e Pesquisa, nas pessoas de Frei Romeu Dale, Fernando Prandini e Victor Petrucci, começou a desenvolver uma importante pesquisa sobre as relações entre igreja católica do Brasil e Estado, colocando em evidência as violações de direitos humanos sofridas por movimentos e organismos católicos que tinham propostas de resistência e organização popular. Tratava-se de uma coletânea de documentos, artigos e acompanhamento de imprensa, dos mais diversos setores e organismos católicos que se destacaram nas lutas políticas daquele momento. [93]

Apesar de os trabalhos do Departamento de Documentação e Pesquisa terem se iniciado com a fundação da entidade, foi depois de 1980, com a reestruturação do departamento e uma maior aproximação dos movimentos populares e sindicais, que se expandiram e se sofisticaram. Um dos importantes passos para que a reformulação acontecesse foi a parceria de intercâmbio que trouxe o trabalho e as contribuições do historiador inglês Christopher Whitehouse. [94]

Chris Whitehouse (2013) relata que em 1980, quando chegou para trabalhar no CPV, o Setor de Documentação e Pesquisa estava organizado em quatro blocos de documentação/atuação. Havia uma biblioteca [95] onde se utilizava a Classificação Decimal de Assuntos (CDU) [96] e um setor de recortes de jornais da grande imprensa (*O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, essencialmente), organizados em temáticas criadas pelos próprio CPV. Esse setor contava com trabalho de voluntários sócios e pesquisadores, que se dispunham a organizar determinados temas de seu interesse. Um terceiro bloco era o da

---

93 Essa pesquisa foi publicada inicialmente em nove fascículos divididos em períodos correspondentes aos governos militares de Castelo Branco a Geisel (1964-1978). A coleção começou a ser organizada em 1977. Nesse mesmo ano teve lançado seu primeiro fascículo com o título "As relações entre Igreja e Estado no Brasil" que cobria o período do Governo Castelo Branco (1964-1967). Um novo impulso dessa pesquisa só iria aparecer em 1980, quando mais três fascículos são publicados. Os demais fascículos foram publicados entre 1981 e 1984. Em 1987, uma parceria entre CPV e *Edições Loyola* promoveu a impressão de uma nova edição dessa pesquisa a que se tornou referência para pesquisadores interessados no relacionamento entre Igreja Católica e Estado no período mais duro da ditadura civil militar no Brasil.

94 Ele veio trabalhar no CPV por meio de um programa de intercâmbio promovido pela United Nations Association International Service (UNAIS). Nos dois primeiros anos esteve ligado a essa instituição. A Catholic Fund for Overseas Development (CADOF), que nos primeiros anos de intercâmbio tinha apenas o papel de intermediadora dos repasses da UNAIS, entre 1983 e 1985, passou a financiar as atividades de Chris no Brasil.

95 A regularidade de funcionamento dessa biblioteca foi garantida desde a fundação da entidade. Isso revela uma importante preocupação - dar acesso público à documentação existente no CPV. Em 1976, já trabalhava regularmente Maria da Conceição Alexandrino. Depois foi contratada Conceição, bibliotecária de formação.

96 A Classificação Decimal Universal é o sistema de classificação documentária mais utilizado nas bibliotecas. Ela é composta por grandes divisões por assuntos, seguindo a lógica das áreas do conhecimento humano e pode ser expandida infinitamente para atender a especialização dos conteúdos dentro dessas áreas.

documentação coletada no movimento popular e sindical, que, naquele momento, ainda era embrionário, mas que tinha potencial de crescimento. E, por fim, um quarto bloco formado por periódicos alternativos, revistas e jornais, como os já conhecidos *Em Tempo* e *Movimento,* além de uma coleção bastante diversificada de outros jornais e boletins da imprensa popular ou alternativa [97].

Na avaliação de Chris Whitehouse (2013), um dos principais desafios para o Departamento de Documentação e Pesquisa, naquele momento, era minimizar o tempo de trabalho de processamento (classificação e arquivamento) e dinamizar o uso do material coletado, pois, fora o atendimento regular ao público na biblioteca, o trabalho principal desse departamento era o trabalho de pesquisa e recortes de jornais, um trabalho de "bastidores", que consumia muito tempo de trabalho. Ao mesmo tempo, esse trabalho criava um enorme depósito de recortes sem muita utilização. Esses recortes auxiliavam na pesquisa para a coletânea "As relações entre Igreja e Estado no Brasil – 1964-1978", mas havia poucas formas de divulgação daquela massa documental.

Nesse sentido, uma grande reformulação foi implementada. As diretrizes discutidas e aplicadas pela equipe foram as seguintes: unificação e simplificação do sistema de classificar os blocos documentais existentes; avaliação e descarte e/ou doação de materiais não utilizados ou pouco consultados; criação de produções para o diálogo mais intenso com o público-alvo do CPV. Nesse último ponto, ressaltamos a importância e qualidade de duas produções que foram criadas nesse período e se mantiveram por toda a década de 1980 – os "dossiês" e os "informes bibliográficos".

Essas produções surgiram, não só devido à ação interna do CPV, mas porque respondiam às necessidades da conjuntura nacional do início da década de 1980. A organização dos movimentos sociais aumentava, as lutas se intensificavam, e tornava-se natural a necessidade de documentá-las e comunicá-las. A grande ebulição política gerada pelas manifestações massivas de 1978-1979, pela Anistia de 79 e pela conjuntura da crise

[97] Essa imprensa popular ou alternativa a que estamos nos referindo trata-se, nas palavras de Heloisa de Faria Cruz, "desde uma grande variedade de pequenos boletins, de vida efêmera e feitura artesanal, vindos a público em formato ofício-mimeografado, como publicações mais estruturadas e de vida regular" (2012, p. 3). Para Heloisa, a maioria dos estudos dessa área foi direcionada para uma imprensa que ficou mais conhecida como alternativa, como é o caso de publicações como *Pasquim, Movimento, Nós Mulheres, Ex, Opinião, Em tempo*, entre outras. Porém, a imprensa popular e alternativa pesquisada por ZANON (2008), CRUZ e PEIXOTO (2007), CRUZ (2012), que também é a impressa mais abundante no CPV, sofre de certo esquecimento e, "contraditoriamente", grande potencialidade de estudos e pesquisas. O CPV conserva uma enorme coleção desses periódicos e boletins, e sem dúvida, para muitos casos, é único local de preservação e guarda. Uma parcela significativa deles, 1.065 (um mil e sessenta e cinco) títulos, está disponível em formato digital no site do CPV.

econômica que assolava a vida dos trabalhadores com o arrocho salarial, criaram um clima favorável para a mobilização e organização social, e nesse sentido o CPV se incrementava e se especializava no trabalho com a informação popular para apoiar iniciativas políticas e populares. Em uma dinâmica complementar, os exemplos gerados pelas atividades de documentação e comunicação aumentavam a identificação dos trabalhadores com realidades de exploração semelhantes e com a motivação para novas lutas.

Essas novas produções eram formas intermediadoras do grande acervo físico já acumulado pelo CPV, para muitos, inacessível. Essa dinamização comunicacional pretendida pelo Departamento de Documentação e Pesquisa já vinha se implementando no Departamento de Publicações, que na virada de 1979 para 1980 triplicou a distribuição de publicações em nível nacional. [98] Essas publicações representavam a parte do acervo do CPV formada pelos cadernos, cartilhas, livros e alguns poucos periódicos, todavia não incluíam os documentos, recortes de jornais e demais tipos de documentos que compunham o acervo. A ideia, já em prática no Departamento de Publicações no mesmo período, trazia inovações a certo misticismo que envolvia, e envolve até hoje, a prática do trabalho em arquivos, que em muitos casos se reserva à tarefa única de guarda e preservação de tudo quanto é possível.

Tanto as produções propostas pelo Departamento de Documentação e Pesquisa, como a reformatação de sua estrutura organizativa permitiram dinamizar as relações entre as esferas da documentação e comunicação popular. Essas iniciativas do Departamento de Documentação e Pesquisa foram estruturantes no trabalho do CPV, melhorando principalmente as ações comunicacionais no trabalho com a documentação, o que afetou positivamente e como um todo o trabalho interno da entidade e, indiretamente suas relações externas.

Os processos de documentação e pesquisa do CPV foram bem sistematizados em uma espécie de manual intitulado “Nosso Trabalho em documentação”, de 1985. [99] Trata-se de um

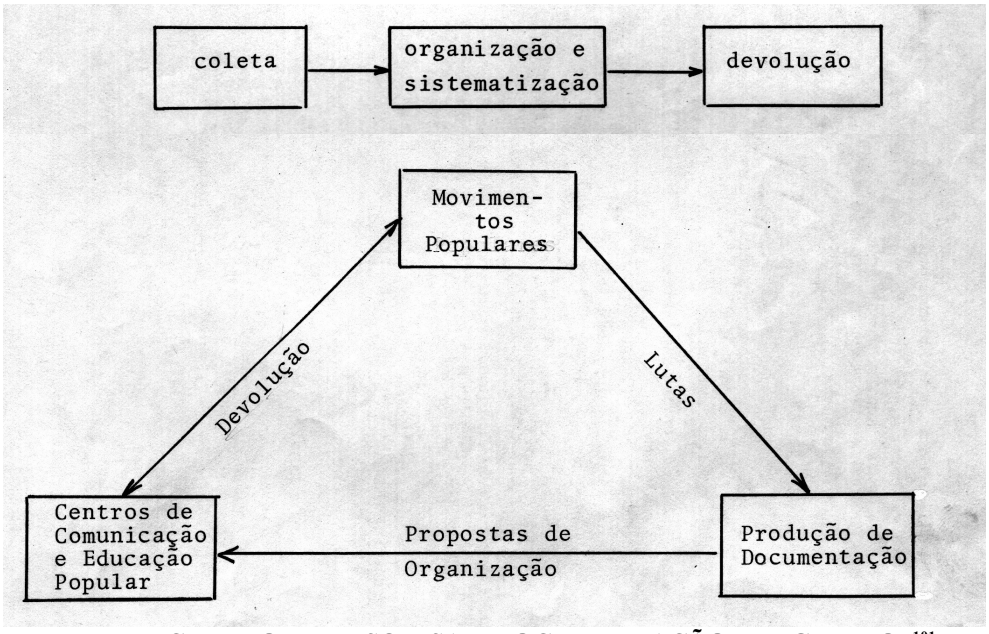
---

[98] Em um levantamento comparativo entre os catálogos de publicações do CPV dos anos de 1979 e 1980, chegamos às seguintes conclusões: o número de publicações divulgadas sobe de 80 para 242 unidades, ou seja, triplicam; o número de publicações editadas por entidades ligadas à igreja progressista e aos movimentos sociais aumenta de 41 unidades para 165 unidades, ou seja, quadruplicam no período, o que demonstra um aumento qualitativo das inter-relações travadas entre tais organismos sociais. As demais publicações divulgadas no período correspondem às publicações de editoras oficiais vinculadas à informação popular, por exemplo, a Ed. Vozes (com número de publicações bem mais expressiva que as demais) e as Edições Paulinas. O número de publicações divulgadas de editoras subiu de 39 unidades em 1979 para 77 unidades em 1980. Dessa forma, percebe-se um aumento expressivo no movimento das publicações populares, dentre as quais as do CPV, com produções próprias e em parceria (no ano de 1979 tinha 9 produções divulgadas, em 1980 foram 18 produções divulgadas).

[99] Seu aspecto físico é típico de um material preparado para a impressão da década de 1980 e é o que os

manual das concepções e práticas de documentação e pesquisa desenvolvidas pelo CPV, até aquele ano, e foi escrito para o II Seminário de Documentação Alternativa, que ocorreu em Olinda no mesmo ano. [100] Ele é um documento fundamental para entender a estrutura organizativa que o acervo do CPV assumiu no inicio da década de 1980 e que, em certa medida, mantém até os dias atuais. Como já foi citado anteriormente, nesse manual a documentação é apresentada como uma prática apoiada em três processos: a *coleta* da documentação, que era produzida pelos movimentos populares em suas lutas; a *organização e sistematização* demandas pelos produtores de documentos aos centros de comunicação e documentação e, finalmente, a chamada *devolução,* organizada num diálogo entre os centros e os movimentos. (FIG 13)

Figura 13 - Os processos da área de documentação popular do CPV



Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO VERGUEIRO. [101]

diagramadores na época chamavam de boneco ou matriz. É um texto datilografado em folha tamanho ofício 9 de hoje, possui fotos e imagens legendadas, o conteúdo de cada página foi recortado e colado e está circunscrito por uma margem que na parte baixa à direita traz a inscrição: cpv-documentação. Possui ainda: capa, índice, apresentação, introdução e o restante do conteúdo é dividido nos seguintes assuntos: política de coleta e aquisição; definição de fonte; tipos de documentos; mecanismos de coleta e aquisição; organização técnica e física – processamento e recuperação; jornais diários da grande imprensa; livros, textos e cadernos; publicações periódicas alternativas; demais documentos; recuperação geral – resumo; devolução; divulgação; capacitação; relação de descritores em uso em nossa documentação; thesaurus e dicionário em uso, totalizando 87 páginas.

[100] Crhis Whitehouse é mencionado pela dedicação na elaboração desse manual.

[101] Nosso trabalho em documentação, 1985, p. 5. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Setor de dossiês / Série Documentação n. 1)

A política de coleta e aquisição do CPV tinha, como linha geral, recolher documentos produzidos na ação dos movimentos populares ou em outros organismos sociais que fornecessem informações para entender a realidade nacional. O conteúdo do acervo estava voltado tanto para a teoria como para a prática, tanto em nível nacional como internacional. A lista de temas prioritários para a coleta e aquisição elencada em 1985 era a seguinte: movimento operário, movimento popular urbano, educação, comunicação e documentação popular, setores discriminados ou marginalizados, lutas de libertação e realidade nacional. Observa-se que o tema igreja, que foi priorizado no período anterior, já não consta dessa lista, e para além do movimento operário, foco de constante atenção do CPV, destaca-se a inserção do movimento popular urbano sinalizando a importância da emergência das lutas por novos direitos e pela qualidade de vida na cidade – transportes, creches, moradia, saneamento básico, educação, saúde. Ainda aparece o reconhecimento da pluralidade de sujeitos e da visibilidade das "minorias" como os setores discriminados e marginalizados.

A fase da coleta, segundo o relato das pessoas que trabalharam no CPV, realizava-se com uma série de estratégias, dentre elas: o uso de caixas de coletas que eram deixadas nas sedes dos movimentos, das entidades e até mesmo de alguns sindicatos e eram recolhidas semanalmente pelos funcionários do CPV; caixas de coletas deixadas na gráfica do próprio CPV, onde era rodada uma série de materiais da imprensa popular dos movimentos e organizações dos trabalhadores, materiais de subsídios para as atividades de organização e educação popular, dentre outros; caixas de coletas na livraria e no setor de distribuição de publicações populares, por onde entravam as publicações populares - cadernos, livros e também periódicos produzidos pelas entidades e movimentos das redes de comunicação e documentação do CPV; existia também a coleta *in loco*, feita em encontros, congressos, assembleias e em todo tipo de reunião dos movimentos populares e sindicais. Havia uma forte preocupação, descrita por alguns como "obsessão" com a coleta de documentos. É incrível pensar como uma estratégia aparentemente simples e singela – com base em "caixinhas de coleta" situados em espaços estratégicos, o CPV logrou constituir, como demonstra a riqueza de seu acervo, uma rede extremamente eficiente de coleta de materiais dos movimentos e lutas. Vale ainda salientar que para o funcionamento dessa rede era necessário um elemento essencial – o compromisso e a responsabilidade de depositar na caixa os materiais. Poderíamos pensar: por que esses movimentos e entidades assumiram tal compromisso? Nesse cotidiano de trabalho podemos analisar a importância dada à história e à memória dos

trabalhadores pelos próprios trabalhadores, utilizando a entidade, como local seguro para guarda de suas experiências de lutas, suas memórias, seu caráter e sua identidade. É um movimento muito significativo que demonstra laços de confiança, solidariedade, gerados nessas relações sociais.

Conforme o CPV se consolidou como centro de documentação e comunicação, também passou a existir um movimento inverso. As próprias organizações e movimentos começaram a procurar o CPV para guardar/depositar os seus documentos. Um exemplo disso é o acervo referente à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo [102]. Segundo as teorias arquivísticas de organização, certamente esse acervo poderia ser considerado como um fundo de arquivo [103] em meio à massa documental do CPV, isso porque muitos conjuntos de documentos produzidos e recolhidos pela OSM-SP, algumas vezes com a colaboração do CPV, estão ali guardados. Dentre esses conjuntos documentais, podemos citar: eleições sindicais metalúrgicas de São Paulo, organizações de trabalhadores das fábricas de São Paulo (comissões de fábricas, CIPAS, grupos de fábricas), associações de trabalhadores de São Paulo e ainda greves e campanhas salariais. Dessa forma, voltamos a destacar que, a partir da virada da década de 1970 para 1980, o CPV passou a ser um centro aglutinador não só de publicações populares (cadernos, livros e periódicos) e da grande e pequena impressa recortada, como também de arquivos dos próprios movimentos sociais.

Quanto à *organização e sistematização* dos documentos, a entidade construiu, ao longo do tempo, um "Thesaurus" ou "Exposição Hierárquica de Assuntos", listagem de assuntos estruturados e controlados que pode se tornar um sistema de informação sofisticado. O tesauro do CPV foi muito bem elaborado, uma vez que as palavras utilizadas evidenciam conjunturas sociais bastante particulares, fazendo com que o próprio tesauro se torne fonte para estudo. O documento "Exposição Hierárquica de Assuntos", juntamente com o "Dicionário de Assuntos" [104] eram instrumentos cotidianos do trabalho com a documentação. Essas listagens eram utilizadas para classificar todos os tipos de documentos que entravam

[102] Eu trabalhei pessoalmente na digitalização desse acervo numa parceria entre o CPV e o Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (www.iiep.org.br). Apesar de haver muitos documentos duplicados entre os arquivos do CPV e do Projeto Memória, os líderes da OSM-SP estavam certos de que muitos documentos da Oposição só existiam no CPV e, por isso, optaram pela digitalização.

[103] Segundo o dicionário de arquivística, fundo de arquivo são os documentos produzidos e recolhidos por uma entidade ao longo de sua existência. Não se trata de todos os documentos que existiram, mas os que conseguiram sobreviver e se tornaram parte de um arquivo.

[104] Esse documento era complementar ao tesauro. Era um "dicionário" que continha assuntos diversos e sua possível classificação no tesauro. Era um importante instrumento, pois evitava a criação de termos aleatoriamente e fazia com que o seu leitor entendesse melhor os significados e conceitos utilizados na elaboração do tesauro.

para o acervo CPV, sejam livros ou audiovisuais, documentos escritos ou cadernos populares, recortes de jornais ou publicações periódicas e todos eles levavam os códigos de letras correspondentes aos assuntos do tesauro do CPV. A unificação das tipologias de materiais em um só instrumento de classificação é uma grande irreverência da organização documental do CPV, aproximando documentos tipicamente de arquivos aos considerados tipicamente de bibliotecas. Para a proposta formativa e política do CPV foi uma solução bastante eficiente por aproximar o pesquisador do acervo, facilitando o acesso aos documentos. Também pode ser considerada irreverente, pois, de certa forma, contrariava alternativas já convencionais.

Conforme as demandas e mudanças de conjunturas e conceitos expostas na documentação a ser arquivada, essas listas poderiam aumentar ou se modificar acompanhando a necessidade de contextualização do material. Inclusive, uma desvantagem desse tipo de classificação é que ela tende ao infinito e exige um esforço intelectual de redirecionamento de conceitos novos, que poderiam simplesmente sugerir a criação de novas palavras para assuntos já existentes. Também as modificações e adaptações precisam ser revistas dependendo das necessidades de acumulação de material. Essa forma de organização explicita, por um lado, as frentes de atuação, as relações mais significativas, as concepções da entidade, e por outro, a realidade econômica, política, social e organizativa vivenciada pela classe trabalhadora.

Em 1985, o tesauro do CVP era composto por 38 (trinta e oito) subdivisões principais.[105] A construção desse instrumento agregou tanto uma terminologia mais tradicional, formada, por exemplo, pelas áreas universais do conhecimento humano – "Ciência e Tecnologia", "Geografia", "Religião", como uma terminologia própria para o contexto e o movimento social, daí assuntos como "Trabalhadores", "Igreja", "Terra", "Violência", "Transportes", "Documentação", "Creches", dentre outros. Essas grandes subdivisões continham um ou mais desdobramentos. Para cada subdivisão/assunto era estabelecida uma sigla de três letras, em geral, as três primeiras letras do assunto. Esses códigos alfabéticos eram registrados no material que iriam ser arquivados. Uma das primeiras vezes, que fui pesquisar no CPV, por exemplo, tinha em mente a temática da documentação. Aí me apresentaram a "Classificação Geral de Assuntos" (tesauro atualizado), em que detectei os

[105] Eram elas: Brasil, Calamidades, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Corrupção, Creches, Cultura, Demografia, Direito, Documentação, Economia, Educação, Movimento Estudantil, Geografia, Habitação, História, Igreja, Índio, Lazer, Meio-Ambiente, Menores, Mendigos, Mulheres, Negros, Política, Previdência Social, Relações Exteriores, Religião, Saúde, Segurança, Sociedade, Terra, Trabalhadores, Trabalho, Transporte Urbano, Urbanização, Violência, Outros Assuntos.

seguintes temas de interesse:

DOC	DOCUMENTAÇÃO
DOC POP	POPULAR
DOC POP ENT	ENTIDADES E seus encontros
DOC SIS TEO	SISTEMAS E TEORIAS [106]

Quando encontrei esses assuntos no manual foi uma boa surpresa, pois isso significava que encontraria documentos no acervo sobre a temática da minha pesquisa e, a partir daí, fui sendo orientada a pesquisar esses assuntos nas diversas tipologias de materiais: livros, cadernos, pastas suspensas de documentos e dossiês. Em cada uma delas me deparei com documentos que compuseram parte de minhas fontes de pesquisa. Concretamente, foi bem simples realizar a pesquisa dessa parte do material.

Provavelmente, essa foi a intencionalidade dessa forma de organização. Na época havia outras opções para unificar o sistema de informação do CPV, como a utilização de tesauros já reconhecidos e bastante usados como o da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou o próprio CDU. O fato é que tanto um, como outro precisariam ser complementados para alcançar os conhecimentos contidos no acervo do CPV. Ou seja, a decisão tomada foi partir dos conhecimentos já existentes no CPV, inclusive no setor de recortes de jornais, que já tinha um sistema próprio, em vez de partir de uma elaboração fictícia e distante da realidade abarcada pelo acervo do CPV. Essa forma de organização encontrada criou, além de uma aproximação com os usuários do acervo, uma comunicação interna (intersetorial) mais dinâmica.

Tomando a listagem de assuntos como representativa de todo o acervo, podemos reafirmar algumas características do CPV já levantadas neste trabalho. No tesauro de 1985, os assuntos com maior número de desdobramentos [107] e, muito provavelmente como pudemos analisar em alguns casos, com maior volume de documentação arquivada, eram: “Economia” com 45 (quarenta e cinco) desdobramentos, “Igreja” com 47 (quarenta e sete), “Política” com 57 (cinquenta e sete), “Trabalho” com 61 (sessenta e um) e “Trabalhadores” com 96 (noventa e seis). Dentro da categoria “Trabalho (TRO)” o desdobramento com maior número de

[106] Nosso Trabalho em Documentação. 1985. p. 71. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1)

[107] Consideramos desdobramento cada nova subdivisão que cria um assunto novo mesmo quando é parte de um assunto que lhe deu origem. Exemplos: “Economia”, “Economia - Empresas”, “Economia - Empresas - Estatais”. Cada uma das subdivisões possíveis dentro de um mesmo assunto. Usaremos como sinônimos as palavras subdivisão, temática, subtemática e assunto.

subdivisões é “Movimento Operário (TRO MOV)” com 45 (quarenta e cinco). Já na categoria “Trabalhadores (TRA)” é a subdivisão “Trabalhadores Metalúrgicos (TRA MET)” com 38 (trinta e oito) subdivisões. Neste último caso, além dos trabalhadores metalúrgicos, que sem dúvida estavam muito bem representados [108], estavam presentes no acervo do CPV outras 41 (quarenta e uma) categorias de trabalhadores. [109] Como já vem sendo discutido, e por essa fonte pode ser reafirmado, o movimento operário e sindical e a classe trabalhadora estiveram no foco de atuação do CPV durante toda a década de 1980.

Outro exemplo desse tesauro, que reafirma a atuação do CPV também junto aos movimentos populares urbanos, faz-nos refletir sobre a conceituação dada a esse conjunto de movimentos sociais. A subtemática “Movimentos Populares (MOV POP)” aparece como desdobramento das temáticas: “Creches”, “Economia - Preços”, “Educação”, “Habitação - Casa própria”, “Habitação - Cortiços”, “Habitação - Favelas”, “Habitação - Loteamentos Urbanos”, “Meio ambiente”, “Transporte urbano” e “Urbanização”. [110] Por essa classificação foram considerados movimentos populares os movimentos sociais que envolviam as demandas das classes pobres das grandes cidades como São Paulo, englobando lutas por creches, por questões de moradia (cortiços, favelas e loteamentos urbanos) ou lutas por direitos mais amplos, como educação, transporte, meio ambiente e urbanização. No geral, os movimentos populares representavam, naquele momento, um amplo rol de lutas da grande maioria da população urbana pobre que vivia nos bairros periféricos de grandes cidades em crescimento. O poder popular estava em pauta e o momento foi efervescente para os movimentos populares que, com suas lutas e reflexões, influenciaram na construção de políticas públicas em diversas áreas sociais.

É curioso observar que mesmo uma demanda como o “meio ambiente”, que na década de 1990 teria uma dimensão de luta quase apartada das lutas de classes, refletia, dentre outras questões, o descaso das grandes empresas com as condições de vida e trabalho dos trabalhadores e da vizinhança de suas fábricas. É o caso da luta na Aliperti, siderúrgica da zona sudeste de São Paulo, assim descrita numa publicação do Projeto Memória da OSM-SP (2011): “[...] fabricava aço e também cadáveres em série. Foram doze mortos por acidente em

---

[108] Para os trabalhadores metalúrgicos constavam a divisão geográfica que contemplava além da cidade de São Paulo, outras dez cidades do estado de São Paulo, e ainda os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

[109] Nosso Trabalho em Documentação. 1985. p. 71-87. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1)

[110] Nosso Trabalho em Documentação. 1985. p. 78. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1)

três anos.” Essa fábrica, além de ter tido altos índices de acidentes de trabalho, que chegavam ao extremo de causar mortes, era responsável também por altos índices de poluição, o que mobilizou a população dos arredores da fábrica em uma grande luta.

No tesauro do CPV de 1985 fica explícita a dicotomia entre movimentos populares e sindicais (também chamado de operário sindical). Contudo, em outros registros, essa mesma terminologia poderia representar os movimentos sociais de uma forma mais genérica. Dessa forma, percebemos que há uma flexibilidade conceitual e teórica nas sistematizações feitas pelo próprio CPV, o que, provavelmente, é reflexo dos complexos debates das ciências sociais e humanas a respeito das delimitações desses campos.

Voltando aos processos de trabalho da documentação, a etapa da *devolução* era considerada prioritária pelo CPV, pois depois dos documentos coletados e processados, finalmente retornariam, pelo menos potencialmente, para as “mãos” dos movimentos populares. Ela significava uma base segura para atingir o objetivo final do trabalho de documentação e abarcava, além da consulta presencial ao acervo na sede da entidade, a produção de formatos especiais de publicações. A produção dessas publicações dependia não só de trabalhos específicos do setor de Documentação e Pesquisa, mas também de serviços de diagramação e impressão. Sendo assim, a política de *devolução* deveria servir, em última análise, para informar sobre a realidade social, política e econômica, ou seja, as conjunturas sociais que influenciavam a vida dos trabalhadores e também sobre as experiências de organização e lutas.

3.2 Publicações do Setor de Documentação e Pesquisa

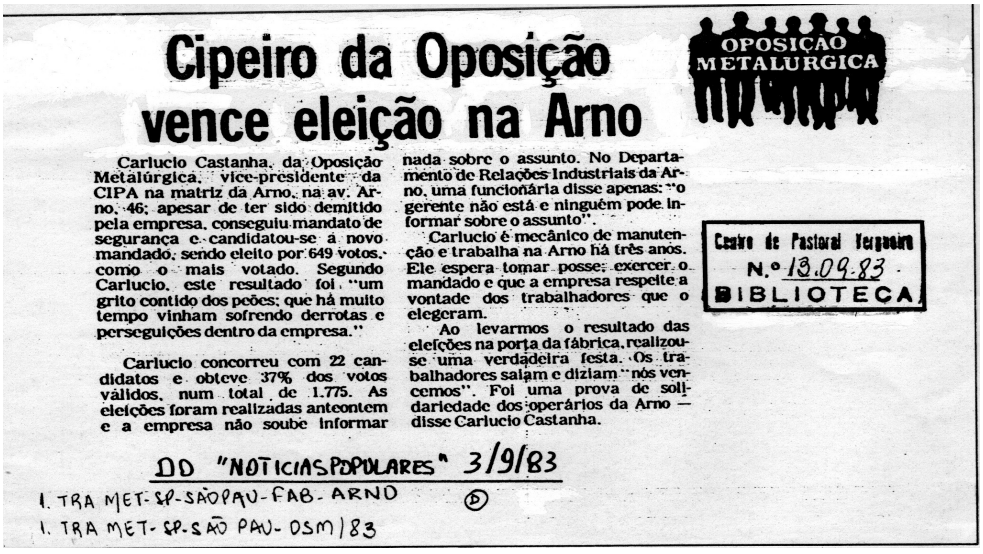
Em 1985, as formas de *devolução* foram divididas em “imediata” e “não imediata”. A “devolução imediata” se dava “através do Departamento, aberto dez horas por dia e nos sábados, durante seis horas”, contando com “serviços de xerox e microcomputador”[111]. Já a “devolução não imediata” podia ser feita com montagens simples ou compostas de recortes de jornais ou de outros documentos; reprodução ou repasse de documentação; reconstituições elaboradas (reprodução de documentos com textos de ligação); pesquisas elaboradas (textos autorais); coletâneas de documentos (compilação pequena de documentos); dossiês (compilação extensiva de documentos); cadernos populares; informes bibliográficos; sistema

[111] Nosso Trabalho em Documentação. 1985. p. 49. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1)

de empréstimo e devolução dirigida. [112] Esses tipos de documentos produzidos na "devolução não imediata" existem até hoje no acervo do CPV e estão disponíveis para consulta. A intenção da "devolução não imediata" era dinamizar a proposta geral de retornar os documentos aos usuários.

Cada um dos tipos de materiais (recortes de jornais, cadernos, livros, periódicos, documentos textuais, audiovisuais, dentre outros), dependendo do período e das necessidades colocadas pelos usuários [113], era utilizado mais de uma forma de devolução ou de outra. Era comum, por exemplo, a montagem de panfletos com recortes de jornais que abordavam assuntos do contexto de determinada categoria, fábrica ou luta sindical. Um exemplo prático desse tipo de ação pode ser observado na montagem da notícia "Cipeiro da Oposição vence eleição na Arno". A notícia foi recortada do jornal *Notícias Populares* do dia 3 out. 1983 e colada numa folha em branco, onde foram acrescentadas as referências do jornal e ainda o emblema da OSM-SP, que era conhecido como "timeco" (FIG 14).

Figura 14 – Montagem do recorte do jornal Notícias Populares



Cipeiro da Oposição vence eleição na Arno

OPOSIÇÃO METALÚRGICA

Carlucio Castanha, da Oposição Metalúrgica, vice-presidente da CIPA na matriz da Arno, na av. Arno, 46; apesar de ter sido demitido pela empresa, conseguiu mandato de segurança e candidatou-se a novo mandado, sendo eleito por 649 votos, como o mais votado. Segundo Carlucio, este resultado foi "um grito contido dos peões; que há muito tempo vinham sofrendo derrotas e perseguições dentro da empresa."

Carlucio concorreu com 22 candidatos e obteve 37% dos votos válidos, num total de 1.775. As eleições foram realizadas anteontem e a empresa não soube informar nada sobre o assunto. No Departamento de Relações Industriais da Arno, uma funcionária disse apenas: "o gerente não está e ninguém pode informar sobre o assunto".

Carlucio é mecânico de manutenção e trabalha na Arno há três anos. Ele espera tomar posse, exercer o mandado e que a empresa respeite a vontade dos trabalhadores que o elegeram.

Ao levarmos o resultado das eleições na porta da fábrica, realizou-se uma verdadeira festa. Os trabalhadores saíam e diziam "nós vencemos". Foi uma prova de solidariedade dos operários da Arno — disse Carlucio Castanha.

Centro de Pastoral Vergueiro
N.º 13.09.83
BIBLIOTECA

DO "NOTICIAS POPULARES" 3/9/83
1. TRA MET-SP-SÃOPAU-FAB-ARNO
1. TRA MET-SP-SÃO PAU-OSM/83

Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. [114]

---

[112] Nosso Trabalho em Documentação. 1985. p. 49-52. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1)

[113] Essa terminologia era utilizada pelo CPV e tinha sentido semelhante à definição do Dicionário de Terminologia Arquivística. Segundo o dicionário, usuário é pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também é chamado de consulente, leitor ou pesquisador. É evidente, porém, que essa definição pode ser considerada bastante protocolar e formal, não correspondendo às intencionalidades estabelecidas entre o CPV e seus usuários que envolviam, antes de tudo, questões políticas e formativas.

[114] Nosso trabalho em documentação, 1985, p. 49. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Setor de dossiês / Série Documentação n. 1)

Essa montagem também carrega as do processamento documental, códigos de classificação e carimbo de entrada no acervo, que provavelmente não eram utilizadas no modelo de distribuição. Em algumas horas, em forma de panfleto, essa montagem estava sendo distribuída nas portas de fábricas metalúrgicas em São Paulo. [115] A informação deveria então circular nas mãos dos interessados, ou seja, dos trabalhadores de fábricas. Nesse caso, o "usuário" do acervo parecia ser a Oposição Sindical, mas o material e a devolução não imediata foi pensada tendo como destinatário final o trabalhador de fábrica.

A prática de recortar jornais, selecionando notícias do interesse do movimento e isolando-as de outras referências da imprensa diária que não interessassem ou dificultassem a comunicação com o público alvo, foi muito disseminada entre os militantes e líderes sindicais e era uma das formas mais simples e utilizadas para fazer as informações circularem. A seguir vamos apresentar outras publicações mais elaboradas do Setor de Documentação e Pesquisa que refletem tanto o esforço de comunicação implantado no setor, como a reformulação da sistemática de organização do acervo baseada em temas/assuntos.

3.2.1 Os Dossiês CPV

Uma das fórmulas criadas pelo Departamento de Documentação e Pesquisa, especialmente a partir de 1982, foi a produção de dossiês temáticos. Essas publicações geravam novas formas de acesso aos documentos acumulados ampliando, assim, o trabalho de comunicação da entidade. Os dossiês eram compostos por coletâneas de documentos, recortes de jornais, artigos sobre determinado assunto, em geral, recolhidos no próprio arquivo do CPV. A proposta era que fossem extensivos e esgotassem determinado assunto. Tratava-se de um instrumento muito interessante, pois aqueles que o adquirissem teriam acesso a uma espécie de "miniarquivo". Diferente da pesquisa "As relações entre Igreja e Estado", que abordava uma grande temática e um grande período de tempo, os dossiês produzidos pelo CPV, ao longo da década de 1980, teriam temáticas mais específicas e se voltariam principalmente aos assuntos que interessavam aos movimentos populares e sindicais, que, em geral, giravam em torno das experiências de lutas e de conjuntura nacional. Os dossiês foram, provavelmente, um tipo de publicação destinada a instrumentar ativistas e lideranças dos movimentos sociais, o que podemos constatar pela densidade de seus conteúdos. Era um tipo

[115] Nosso Trabalho em Documentação. 1985. p. 49-50. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivos de Dossiês: Documentação / Popular. Série Documentação – n. 1)

de material que poderia servir de subsídio para construir textos de intervenção, criar materiais de formação, enfim, para analisar a realidade e as experiências de lutas e criar estratégias de ação política e social.

Os temas dos dossiês eram definidos por interesse do próprio centro, por encomendas, ou ainda pelas necessidades trazidas das relações com os grupos, as entidades e os movimentos sociais. A pesquisa, edição e reprodução, em geral, era responsabilidade do CPV. Mas também havia casos de coedições com os movimentos e entidades parceiras [116]. O levantamento dos temas, quantidades e anos de produção dos dossiês cruzados com os contextos de relacionamentos e prioridades de atuação da entidade, tornaram-se alvo das reflexões em torno da produção dos dossiês.

Entre os anos de 1982 e 1989 o CPV produziu cerca de 108 (cento e oito) títulos de dossiês [117], o que representa uma média de 13 (treze) dossiês por ano ou 1 (um) por mês, o que pode ser considerado uma produção relevante, pois, além de ser uma prática regular, tratava-se de um tipo de produção característica do CPV. [118] As temáticas abordadas nesses dossiês foram classificadas pelo próprio CPV nas seguintes categorias: "Trabalho", "Urbanização", "Política", "Economia", "Igreja", "Terra", "Educação Popular", "Direitos Humanos", "Mulher" e "Negros", respectivamente em ordem crescente de exemplares produzidos (Apêndice B).

Além de ter o maior número de dossiês produzidos, a temática "Trabalho" também foi aquela com maior constância, produzindo títulos nos oito anos analisados. "Urbanização" e "Economia" produziram títulos em seis anos e "Política" e "Terra" em quatro. Essas quantificações apontam para algumas conclusões, já colocadas em outros momentos desta dissertação, sobre a prioridade dada pela entidade ao movimento sindical e dos trabalhadores e aos movimentos populares ligados à urbanização na década de 1980. Apesar de esse enfoque prioritário, a produção de dossiês contemplou uma gama ampla de temas. Por um lado, permaneceu produzindo nos temas já tradicionais ligados à Igreja Progressista e às lutas dos

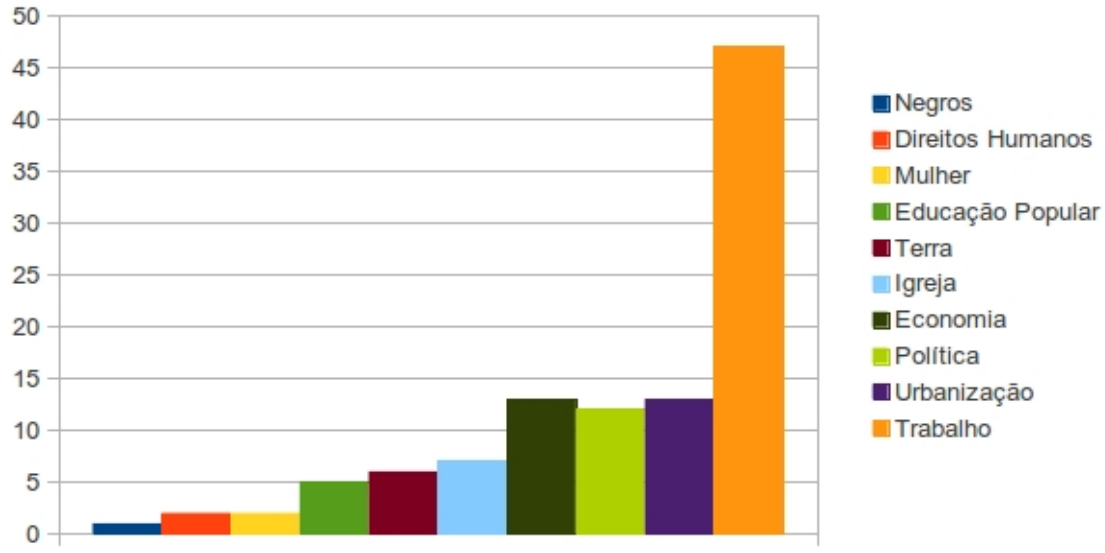
[116] Temos o registro de parcerias a OSM-SP e com as seguintes entidades: Reconstrução de Lutas Operárias (RLO-SP), criada no inicio da década de 1980, com formação política e sindical, CAMP (RS) e CEPIS (SP).

[117] Fora desse período só há uma produção do ano de 1979 sobre a Guerrilha do Araguaia, a qual iremos considerar no mesmo montante da década de 1980 para facilitar as quantificações e análises. Ela representa uma anomalia que iremos desconsiderar na análise genérica dos dossiês. No manual de documentação de 1994, consta a informação de que, até aquele ano, tinham sido publicados 158 (centro e cinquenta e oito) títulos de dossiês editados, o que demonstra que as produções continuaram em bom ritmo depois de 1989.

[118] No Catálogo de Publicações de 1988 do CPV foi divulgado um dossiê produzido pelo setor de documentação em 1986 do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI – RJ), contendo 212 páginas, porém, não podemos afirmar se a produção de dossiês era uma prática regular desse centro. A FASE também editou dossiês.

trabalhadores rurais. Mas também inovou trazendo temáticas sobre “Negros” e “Mulheres”, por exemplo, demonstrando a preocupação com demandas das parcelas descriminadas da sociedade. (Gráfico 1)

Gráfico 1 – Dossiês CPV – produção por temáticas (1982-1989)



Fonte: Elaborado pela autora (Apêndice B).

Além da categoria “Trabalho” ter a maior constância de produção, ela também representa a maior quantidade, bastante discrepante em relação às demais. No período (1982-1989) foram impressos 48 (quarenta e oito) títulos, o que representa quase metade da totalidade dos dossiês. Os títulos publicados e classificados nessa ampla categoria podem ser divididos em três partes. A primeira se assemelha a uma espécie de “acompanhamento de imprensa”, trazendo eventos importantes do movimento sindical do período, como as ENCLATs e CONCLATs (encontros estaduais e nacionais que antecederam a fundação da CUT), e diversas greves e campanhas salariais do período [119]. O segundo bloco de dossiês trazia debates sobre as pautas vigentes do movimento sindical como a autonomia sindical, a organização no local de trabalho, a negociação coletiva, a jornada de trabalho, dentre outras (FIG. 15). E, finalmente, a terceira parte reunia temas mais conjunturais como o desemprego e o acompanhamento da inflação (Apêndice B). Dessa forma, observa-se que a especificidade dos temas de acompanhamento do movimento sindical reafirmava a clara opção política pelo

[119] Dentre estes movimentos estão as greves e intervenções de julho de 1983, a campanha salarial unificada de 1985, a greve geral de 1989 e ainda o acompanhamento de algumas categorias específicas como os trabalhadores do correio, os comerciários e especialmente os metalúrgicos de São Paulo e ABC.

Figura 15 – Dossiê *Negociação Coletiva* (1985)

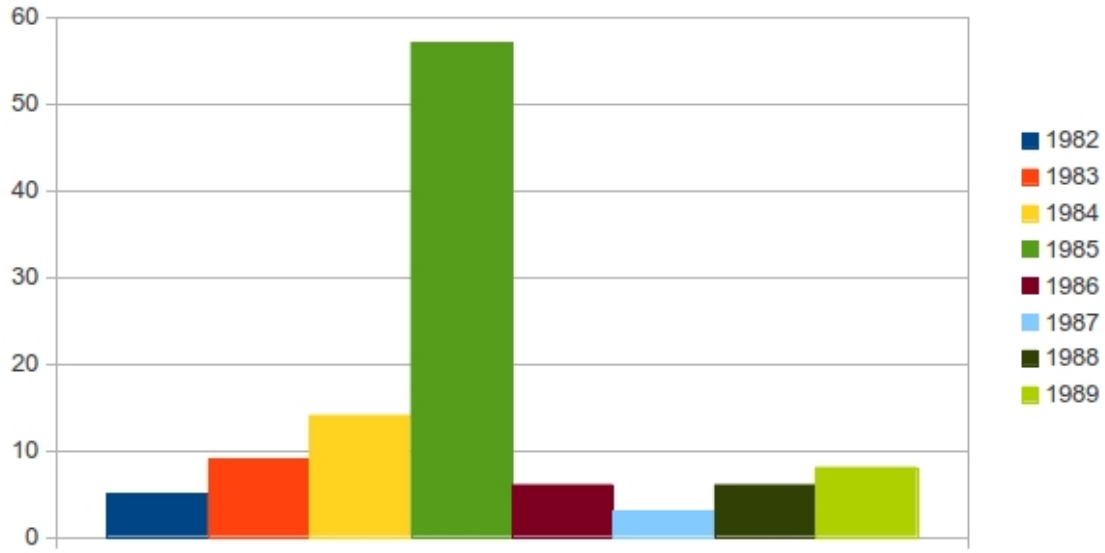


Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Setor de Dossiês.

novo sindicalismo marcado pela crítica à estrutura sindical vigente e ao "sindicalismo pelego", que tinha como prerrogativa a conciliação de classes. [120]

Colocando em gráfico a quantidade de edições de dossiês ao longo dos anos (1982-1989), percebe-se que a produção ano de 1985 supera em diversas vezes a dos demais anos. Nesse ano, foram editados 57 (cinquenta e sete) títulos, o que representa pouco mais da metade da produção total (cento e oito dossiês) [121]. Foi um ano atípico. Excetuando-se esse ano, há uma produção constante ao longo da década, sendo que a produção dos quatro primeiros anos mostraram uma curva ascendente e mais intensa que aquela dos quatro últimos, com mais oscilações e uma taxa de produção mais baixa (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Dossiês CPV – produção por ano (1982-1989)



Fonte: Elaborado pela autora (Apêndice B)

A destacada produção no ano de 1985 tem relação com pelo menos três fatores: a intensa luta sindical e política do período anterior, a mudança de diretoria da entidade com a entrada de líderes do movimento sindical e, num plano mais conjuntural, o retorno oficial à democracia com a instalação do Colégio Eleitoral que desembocou na posse do presidente José Sarney (1985-1989). Nesse ano, dossiês sobre a Assembleia Constituinte, os partidos

[120] Nessa linha, o CPV também produziu dois cadernos - "Discutindo a estrutura sindical" e "Essa luta é nossa".

[121] Os títulos produzidos em 1985 contemplam quase todas as temáticas da produção. Foram editados 29 (vinte e nove) dossiês na temática "Trabalho", 10 (dez) na temática "Política", 5 (cinco) na temática "Economia", 4 (quatro) para cada uma das temáticas: "Educação Popular" e "Igreja", 2 (dois) para cada uma das temáticas: "Urbanização" e "Terra" e 1 (um) para a temática "Direitos Humanos" (Apêndice B).

nacionais e a crítica à ideia de pacto nacional refletiam a conjuntura política. Neste último tema, o CPV lança "Não vamos pagar esse Pa(c)to", cujo título, além de bem humorado, assume a defesa da classe trabalhadora em uma visão de mundo marxista onde as alianças propostas pelas classes dominantes servem para conservar as estruturas sociais, econômicas e políticas que preservam os seus interesses. Enfim, a alta produção do ano de 1985, em grande medida, é reflexo da intensidade da mobilização social e política dos anos anteriores.

O quadro geral da produção de dossiês ao longo da década de 1980 é bastante semelhante às análises sobre a movimentação social do mesmo período. Os movimentos sindicais e populares vivenciam uma intensa organização na primeira metade da década de 1980, e na segunda metade da década viveram momentos de oscilações que, no geral, mostram uma curva descendente. Há uma pequena recuperação nos últimos anos que pode ser explicada por uma conjuntura de organização social bastante marcada pela influência do PT e da CUT. Isso pode sugerir a institucionalização dos movimentos sociais. E, de certa forma, essa conjuntura também foi vivenciada pelo CPV que acompanhou nesse período as oscilações das lutas de classes, representada sobretudo nos movimentos populares e sindicais.

3.2.2 Cadernos populares CPV

O nome "caderno popular", bastante amplo e complexo de se definir, combina dois termos, relacionando um formato de publicação [122] a um campo de atuação. Esse nome é uma convenção que estamos adotando para um tipo de publicação que recebeu outros diversos adjetivos. No CPV, foram produzidos nas séries - cadernos de informação, de documentação, de formação e de educação popular. Ainda foram divulgados com outros nomes como cartilhas, livros de bolso, textos de apoio, dentre outros. Portanto, o que pode nos aproximar mais da sua definição não é propriamente o seu nome, mas a função que cumpria. O caderno popular foi, essencialmente, um tipo de publicação utilizada para formação política e muito difundido e produzido nos movimentos sociais e nas entidades de apoio para divulgar os mais diversos temas de atuação e as mais diversas posições políticas. Preservando uma linha

[122] O formato caderno se refere a uma série de formatos. Dentre eles, o meio-ofício com fechamento na lateral era dos mais utilizados. Porém, esse formato podia variar desde tamanho ofício a tamanho bolso (metade do meio- ofício). Estamos considerando cadernos populares os impressos com algumas características editoriais específicas (capa, título, diagramação mínima) e, em geral, não periódicos e que tinham alguma circulação externa aos seus produtores. Era comum a produção em séries que eram orientadas por determinadas propostas de trabalho, temas ou mesmo formatação.

formativa e informativa, em geral, os produtores desses cadernos propunham a simplificação da linguagem e a utilização de ilustrações, a fim de torná-los assimiláveis a uma gama maior de trabalhadores, inclusive àqueles que tinham pouca ou nenhuma alfabetização (o que era comum).

A circulação desses cadernos alcançou abrangência nacional e latino-americana e o CPV fazia parte da rede de produtores e distribuidores desse tipo de publicação popular, cumprindo papel de recolhedor/distribuidor, como já tratamos no segundo capítulo, e também de editor/autor/produtor. Nesse sentido, pode-se diferenciar pelo menos dois tipos de cadernos CPV: Aqueles com autoria própria, compostos pelos que tinham textos e/ou imagens autorais e os que tinham textos reproduzidos/editados e com textos de ligação, como é o caso da pesquisa "Relações Igreja e Estado", publicada em fascículos chamados "cadernos de informação" (FIG. 16). Nessa linha ainda foram produzidos cadernos sobre saúde, situação do trabalhador, do negro, sindicalismo, evangelização, educação popular, história da ditadura, partidos, dentre outros. Outro tipo de caderno era os formados por textos reproduzidos na íntegra que ganhavam formato de publicação. Estes foram chamados durante algum tempo de "cadernos de documentação". O CPV reproduziu, desde textos elaborados por bispos, missionários e teólogos até textos de autores consagrados pelas discussões sobre lutas de classes, como Marx e Lenin. [123]

Entre os anos de 1973 e 1988, o CPV produziu cerca de 60 (sessenta) cadernos populares (Apêndice C). Nesse período, a produção teve pontos altos nos anos de 1979 com 6 publicações, 1981 com 12 (doze) publicações e 1987 com 25 (vinte e cinco) publicações. A alta produção em 1987 pode ser explicada pelos esforços da iniciativa do Setor Livraria Popular do CPV de produzir um caminho de autonomia financeira para a entidade, segundo relato de Moisés Basílio Leal, funcionário e militante no CPV entre 1985 e 1989.

As coedições na produção/edição de cadernos entre movimentos/entidades/editoras devem ser enfatizadas, pois revelam que o caderno era um tipo de publicação que provocava maior dinâmica no inter-relacionamento se comparado ao dossiê, por exemplo. Já em 1979, editou-se, em parceria com a Pastoral do Mundo do Trabalho das regiões Ipiranga e Santo Amaro, uma história em quadrinhos sobre a vida de um operário de fábrica ou de um boia-fria, mostrando as dificuldades enfrentadas e a necessidade de união para a luta pelos seus

[123] A Livraria Popular pretendia dar mais volume ao autofinanciamento, não só com a venda de cadernos produzidos pelo centro, mas principalmente com a venda de livros de editoras comprometidas com temas de interesse popular e de esquerda.

Figura 16 – Caderno *As relações Igreja e Estado no Brasil* (1984)



Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Setor de Livros e Cadernos.

direitos. A história, com apresentação bastante criativa, foi intitulada “As aventuras do Zé Marmita”.

Outra publicação desse ano trata-se do caderno “Salmos: vias à luta e à libertação”, uma reprodução de um texto de Ernesto Cardenal, poeta e sacerdote nicaraguense, que integrou a Junta de Governo dos sandinistas como ministro da Cultura e, seis anos depois, foi suspenso pelo Vaticano que considerou suas funções políticas e religiosas incompatíveis. Esse caderno foi produzido pela Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo em colaboração com o CPV. Esse caderno/texto é assim descrito no catálogo de publicações do CPV de 1979:

> “Nestes cantos o homem sofre, mas fé, sofrimento e louvor são uma mesma coisa Cardenal vive pelo Messias, mais de esperança que de dúvida. O autor protesta, reza e blasfema. Agradece e exige. Mas, em nenhuma de suas palavras a religião se torna ópio para o povo.” (CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES, 1979, p. 3)

Sem dúvida, a Teologia da Libertação é inspiração da ação revolucionária de Cardenal e a Revolução da Nicarágua, em 1979, seria a possibilidade concreta de unir os ideais de luta e libertação. Nas palavras do CPV, que se solidarizou e se identificou com Cardenal e a Revolução, Cardenal representa a síntese do homem que protesta, reza e blasfema, agradece e exige. Transbordam nessas palavras a dimensão de pastoral libertadora [124], encampada pelo CPV, na defesa do homem religioso como homem integral, cuja dimensão política deve ser exercida. Nessa mesma linha de pensamento, o CPV concretizou outras parcerias na produção de cadernos com a Pastoral da Saúde (SP), a Equipe Todos Irmãos (Lins/SP), o CEDIV (Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória /ES), a CELADEC (Lima/Peru) e as editoras Paulinas e Loyola. Essas coedições reafirmam a força e abrangência geográfica do campo pastoral nas relações estabelecidas pelo CPV.

Outro destaque entre os cadernos produzidos foram os títulos sobre técnicas de educação popular e manifestações artísticas populares. Ao tratar desses temas, estimulando a cultura popular e criando vínculos com outros campos de atuação, o CPV demonstra outras facetas pouco exploradas nesta pesquisa. Exemplares como: “Fichário de jogos”, “Recursos pedagógicos”, “Discussão grupal”, “Exercícios de teatro”, “Textos para teatro popular”, “Encontro com a música”, “Cordel nas portas de fábrica”, “Histórias daqui e acola”, “Meu padim sigura o tacho, a quentura vem por baixo”, “ O canto das Américas”, “ Emigração e

[124] José Libânio (1986) faz uma breve discussão sobre as formas de pastoral, dividindo-as em três experiências históricas: pastoral tradicional, moderna e libertadora.

Consequência (Patativa do Assaré) representam uma gama de materiais produzidos que correlacionam os campos da política, educação, cultura e arte com uma visão popular e criativa. Esse posicionamento cultural do CPV também se mostra na variedade de formatos e dimensão comunicativa dos cadernos, produzidos/reproduzidos em quadrinhos, cordéis, música e radionovelas acompanhados de fitas cassete, sinopses, sendo que os tamanhos meio-ofício e bolso foram os mais difundidos.

A linha editorial dos cadernos populares privilegiava o estímulo à cultura, ao conhecimento crítico e à leitura e, nesse sentido, à uma lógica pública e de democratização da informação. Nos primeiros anos de produção, na década de 1970, a reprodução mimeografada era muito comum, mas pouco a pouco foi sendo substituída por tecnologias de impressão mais ágil e com resultados mais sofisticados - com a utilização de cores, por exemplo. As técnicas de diagramação também avançaram. De todo modo, o baixo custo, e quando possível a gratuidade, sempre foi um componente essencial do caderno popular.

Conforme pudemos analisar nos catálogos de publicações do CPV, os principais editores de cadernos foram, em primeiro lugar, as chamadas entidades de apoio formada por um amplo e abrangente conjunto de organizações sociais e grupos políticos e, em seguida, e em número bem menor, os próprios movimentos sociais, formados principalmente por grupos organizados de trabalhadores e moradores de diversas regiões do Brasil.

A iniciativa de algumas editoras que se interessaram pelas temáticas das lutas dos trabalhadores incrementaram a edição e circulação de alguns cadernos populares. As Edições Paulinas, Edições Loyola, Equipe Todos Irmãos e a Editora Cortez, com menor expressão, destacaram-se nas impressões de caráter popular, estabelecendo parcerias com entidades de apoio, em geral, de organismos religiosos vinculados à Teologia da Libertação.

Todas essas iniciativas fizeram dos cadernos populares um veículo de comunicação/ documentação de grande circulação nos movimentos populares e sindicais das décadas de 1970 e 1980, apesar de sua esfera de produção, impressão e distribuição contrariar e resistir à lógica do mercado editorial comercial baseada no lucro e nos direitos autorais.

3.2.3 Informes Bibliográficos

O *Informe Bibliográfico* era uma compilação de referências bibliográficas de artigos de revistas, boletins e jornais e de livros, cadernos, textos e artigos. Ao longo do tempo em

que foi editado, de novembro de 1981 a julho de 1990, o formato de sua apresentação e seu conteúdo foi se transformando. Durante os dez anos em que foram produzidos um total de 72 (setenta e dois) exemplares, pode-se estabelecer alguns marcos e fases distintas.

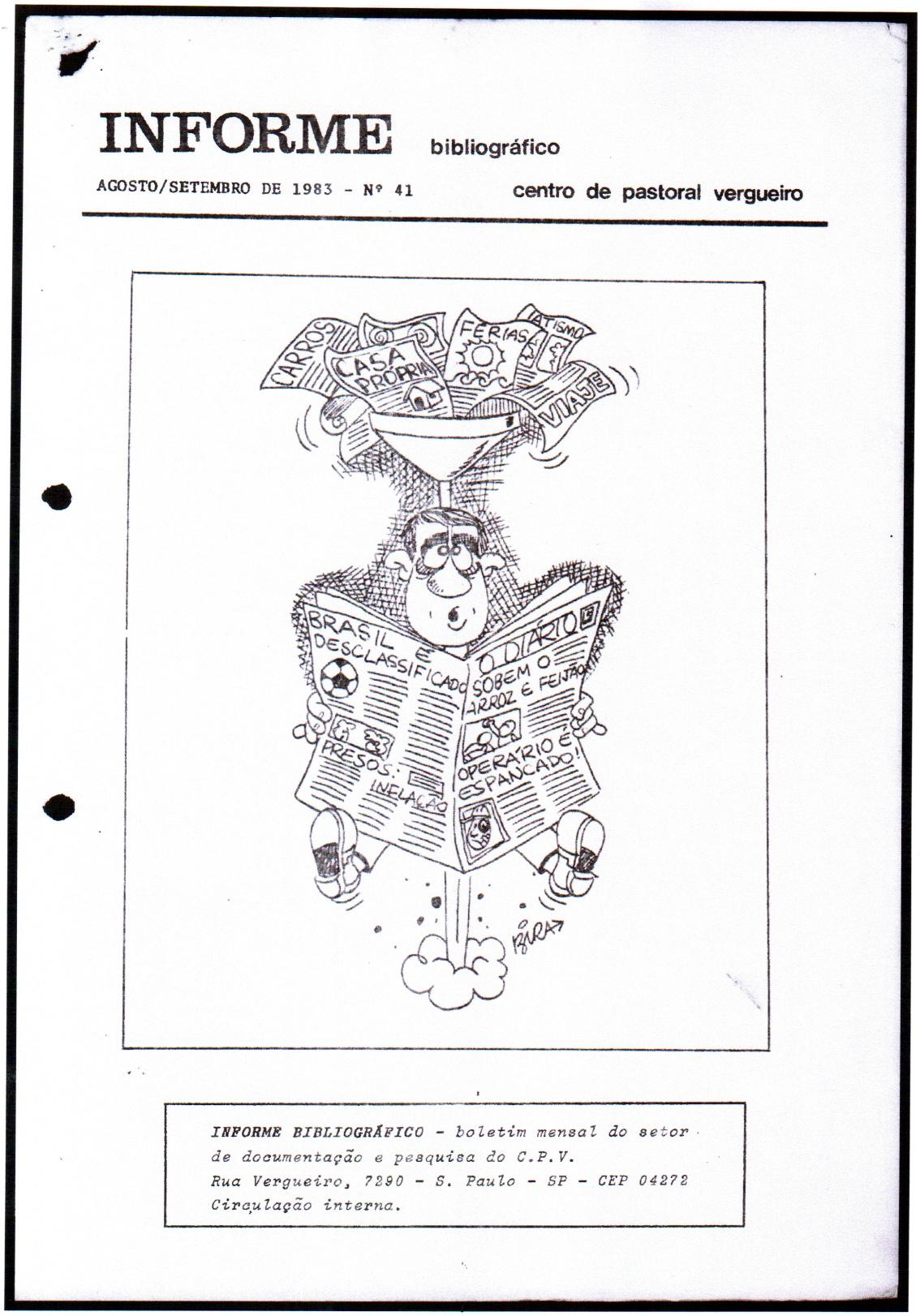
As primeiras edições eram listagens datilografadas em formato ofício, com um cabeçalho que tinha as seguintes informações: o nome CPV, o nome Departamento Documentação e Pesquisa, o título "Publicações Recebidas", o período contemplado e o nome "Lista", seguido de uma numeração sequencial. Essas edições tinham regularidade quinzenal ou decenal, dependendo, provavelmente, da entrada de novas publicações no acervo. Eram publicações curtas, com no máximo 10 (dez) páginas. Esse formato simplificado durou até julho de 1983, quando a edição número 40 (quarenta) inaugurou uma diagramação e apresentação mais atrativa, além de receber o nome "Informe Bibliográfico".

Esse novo formato inaugura uma fase mais comunicativa que buscava maior interação com o público, com publicação mensal e mais densa, cerca de 40 (quarenta) páginas. As capas, ilustradas com charges ou imagens, chamavam atenção para a importância da leitura, do conhecimento ou para os temas das referências bibliográficas (FIG. 17). A primeira página continha um texto de apresentação que afirmava a importância da informação popular em uma sociedade, onde os meios de comunicação eram controlados pela classe dominante.

> A informação é um elemento chave na luta dos movimentos populares e sindicais. É importante ter nas mãos dados e análises sobre a realidade nacional, a política, a economia, as Igrejas, a cultura, os partidos políticos, a legislação. Enfim, todos estes aspectos que afetam a vida dos trabalhadores. Também é importante conhecer outras experiências de organização, as vitórias e as derrotas, assim como as avaliações dos próprios movimentos, seja do Brasil como até de outros países.
> Esta informação, estes dados são tanto mais importantes por causa do controle dos meios de comunicação social: jornais, rádio, TV por parte da classe dominante. Diariamente eles distorcem a notícia, fazem propaganda do governo e ainda omitem as notícias que as classes trabalhadoras teriam interesse em saber. Além do mais, é preciso levar em conta o tamanho do Brasil, e a pobreza de muitos movimentos populares o que dificulta o contato entre eles, limitando assim o intercâmbio de experiências e a articulação das lutas. (INFORME BILBIOGRÁFICO nº40, 1983, p. 2).

A discussão gira em torno do acesso à informação por parte dos trabalhadores e movimentos populares e problemas estruturais de nossa sociedade, como a pobreza dos trabalhadores, a falta de estrutura dos movimentos populares, a distorção da informação nos meios dominantes de comunicação social e de massa são colocados como fatores da potencialidade de novas formas de intercâmbio de informações como a trazida pelo CPV com

Figura 17 – Informe Bibliográfico n. 41 (1983)



Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Setor de Periódicos.

Figura 18 – Informe Bibliográfico: *Movimento popular: transporte coletivo* (1988)



Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Setor de Periódicos.

aquele novo instrumento. Ainda no texto de apresentação, o Informe Bibliográfico era destacado como suporte para atividades de formação, estudo e luta dos movimentos populares e sindicais e das entidades que apoiavam esses mesmos movimentos. Ao longo do tempo (1983-1990) esse texto permaneceu o mesmo, tendo algumas complementações que procuravam uma aproximação com o leitor, com explicações de como deveria ser utilizado e como se dava o acesso aos materiais bibliográficos.

O acesso ao Informe Bibliográfico se dava, por um lado pela distribuição gratuita aos "movimentos populares e sindicais, entidades de educação popular, de documentação e comunicação popular, associação de trabalhadores, etc."; e por outro, através de assinaturas individuais pagas. Essa distinção mostra o compromisso e estímulo do CPV com as organizações sociais coletivas de trabalhadores. Esse instrumento de pesquisa se mostrava como um dos meios encontrados pelo CPV para democratizar a informação popular e especializar-se nos interesses sociais e políticos das classes pobres, mesmo que para acessar de fato os materiais (livros, artigos, cadernos, etc.) fosse necessário o pagamento de fotocópias e correio. De qualquer forma, esse trabalho seguia um caminho contrário e de resistência às relações de mercado estabelecidas pelos meios de comunicação dominantes e pelas formas de acesso à informação. É necessário ainda destacar que os interesses da maioria dos editores de materiais sobre os movimentos populares e sindicais era a circulação da informação popular.

Em relação ao conteúdo, na edição número 40 (quarenta) de 1983, por exemplo, as referências estavam divididas em 18 (dezoito) temas/assuntos, que acompanham os temas do tesauro de organização e classificação do acervo, que nesse ano já tinham sido aplicadas e estavam em pleno desenvolvimento. Geralmente, cada uma das referências continha, além de informações de *praxe* (título, autor/ nome da publicação, editor, local da edição, data, número de páginas, tipo de documento), um resumo do conteúdo da publicação, o que encurtava o acesso ao texto final, dando alta qualidade às referências bibliográficas produzidas pelo CPV. Como podemos ver neste exemplo da descrição de um artigo do *Caderno CEAS*: "*A Barragem de Pedro do Cavalo na Bahia*/ Caderno Ceas/ Salvador-BA/ julho-agosto 83/Página 8-22/ Artigo. O artigo mostra como os interesses econômicos e políticos que nortearam a construção da barragem se chocam com os interesses das populações de Salvador e da região." (INFORME BILBIOGRÁFICO nº40, 1983, p. 4). O resumo aponta o tipo de análise - de conflitos interesses/classes- usado no artigo sobre a construção da barragem.

Os *Informes Bibliográficos* ganham uma dinâmica diferenciada entre os anos de 1985 e 1988, quando privilegiam temáticas específicas [125]. A primeira edição dessa série foi sobre "A questão agrária" em 1985, seguida de edições sobre: "Constituinte" e "1º de maio" em 1986; " 1º de maio" novamente em 1987; " Movimento popular: transporte coletivo" (FIG. 18), "Mulher", "Trabalhador rural" e "1º de Maio" em 1988. Somaram ao todo oito edições com informações atualizadas e bastante completas sobre temas de interesse dos movimentos populares e sindicais do campo e da cidade, sobre a questão da mulher e sobre política. Esse formato, apesar de muito interessante, é indício de um certo retrocesso no Setor de Documentação e Pesquisa, pois estava "substituindo" o formato anterior, que contemplava muitas temáticas e, de alguma forma, representava o todo do acervo do CPV.

Uma última etapa que cobre os dois anos finais de publicação dos informes (1989-1990) mostram esse retrocesso. Nesses anos, os informes foram produzidos em forma de listagens corridas de referências bibliográficas, elencadas por ordem alfabética, sem capa ou apresentação. O que implicava uma perda do poder comunicativo e atrativo dessas produções. A pesquisa título a título, por exemplo, exige do leitor um conhecimento mais especializado para identificação das possíveis publicações de interesse. Aparentemente essas edições deixaram de circular e de ser oferecidas como as anteriores, o que demonstra não só um enfraquecimento da devolução do Setor de Documentação e Pesquisa, como também, da força da proposta de documentação e comunicação popular.

De qualquer forma, o Informe Bibliográfico do CPV se revela um instrumento de pesquisa de alta sofisticação e grande alcance comunicativo, principalmente no que tange ao formato utilizado entre os anos de 1983 e 1988 e, particularmente, na divisão por assuntos e no resumo das publicações que deu à publicação um caráter ao mesmo tempo político e formativo e, consequentemente, deu ao CPV um caráter de centro de documentação especializado.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a proposição central do trabalho do CPV com a informação popular teve como base uma diretiva própria. O arquivo de documentação devia se constituir para cumprir uma função comunicacional, servindo à formação política e conscientização dos trabalhadores. O CPV, ao longo da década de 1980, investiu nessa linha de trabalho, reestruturando o Setor de Documentação e Pesquisa com a criação de um tesauro próprio que, além unificar e simplificar a classificação da documentação, aproximava o CPV

[125] Essas compilações de referências sobre temas específicos já eram feitas anteriormente, só que faziam parte dos *Informes Bibliográficos* gerais e levavam o nome de *Suplemento Bibliográfico*.

da realidade dos movimentos, entidades e contexto político e econômico do período resultando em uma melhor comunicação interna e externa. Além disso, a ênfase do processo de documentação – coleta/organização/devolução - passou a ser a devolução, surgindo uma série de publicações – cadernos, dossiês e informes bibliográficos – que intensificaram o trabalho intersetorial e, principalmente, a comunicação externa.

Esse trabalho de documentação, extremamente articulado com as necessidades e a dinâmica dos movimentos sociais e das redes de movimentos e entidades de apoio, acompanhou a dinâmica social e política do período, compondo um projeto social e político em um campo que se reconheceu como "popular". Mesmo com as flutuações e disputas políticas ocorridas na entidade na definição de setores (dos movimentos sociais) prioritários na sua ação, o CPV desenvolveu, como pilar importante para a estruturação do seu trabalho ao longo da década de 1980, o discurso da documentação e da comunicação inseridos como práticas da educação popular numa dinâmica formativa, política e de conscientização.

Sendo assim, a documentação popular era parte de um processo (técnico e político) amplo da educação popular e da formação política para a conquista da autonomia, libertação e construção das lutas das classes populares e oprimidas em oposição às classes exploradoras. E nesse sentido, o entrecruzamento da documentação e comunicação popular tornou-se própria desse processo social e parte de uma dinâmica em que uma se alimentava da outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das ideias que me perseguiram na realização desta pesquisa foi a vontade de explicitar a riqueza da experiência social que tinha proporcionado a acumulação do rico acervo guardado no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Tratou-se de um árduo trabalho, pois foi necessário desviar o foco do que mais nos chama a atenção hoje - o acervo do CPV e os riscos de preservação a que está exposto. Esse movimento exigiu um grande esforço, pois partíamos de uma realidade que se mostrava, em grande parte, enferrujada e empoeirada. Essa avaliação vinha da percepção que tive do conjunto das memórias que cercam a existência de quarenta anos do Centro e pela situação do colossal acervo repleto de papéis, fotografias e muitos outros rastros de um passado que se mostrava desvitalizado. Então, mãos à obra! Era necessário pintar a placa! (FIG. 19)

Figura 19 – Placa do CPV



Fonte: Fotografia do arquivo da autora (2011).

Essa placa se tornou símbolo do meu trabalho de pesquisa. Ela me instigou no momento em que a vi pela primeira vez, quando entrei no CPV, com aquele olhar curioso de quem procura conhecer novamente o que pensa que já conhece. Ela tem a dimensão de uma tela de computador e estava em cima do registro de água, meio esquecida. A pintura, com a sigla CPV, seca o bastante para começar a se desprender do metal, corria o risco de

desaparecer. Essa imagem me intrigou, pois, de alguma forma, representa os dilemas atuais do CPV.

No trabalho cotidiano no Projeto Memória da OSM-SP, em conversas informais com dirigentes de centros universitários de documentação e arquivos públicos e, mesmo no contato com dirigentes, sócios e voluntários do CPV, eu escutava rumores de que o CPV estava afundando e seu acervo corria sérios riscos de desaparecimento. Era verdade que uma tragédia poderia acontecer, por exemplo, causada por um incêndio ou vazamentos de água, visto que o prédio onde o acervo está abrigado não tem nenhum tipo de proteção contra acidentes desse tipo. Porém, de toda forma, aqueles comentários me pareciam alarmantes demais. Intuía que eles estavam na superfície de uma situação mais complexa. Eu me perguntava: o que exatamente balizaram essas preocupações? Quais necessidades estão colocadas? Os agentes externos ao CPV estão enxergando as necessidades postas por aqueles que têm um compromisso militante com o CPV há quarenta anos? Por que o CPV não consegue emplacar os diversos projetos de financiamento apresentados a organismos públicos e privados? Será um problema interno/administrativo ou político? Por que é tão difícil reafirmar os compromissos e valores do CPV da décadas de 1970/1980 nos dias atuais?

Muitas pessoas tratam de apresentar soluções rápidas e definitivas no que tange aos destinos do acervo do CPV. Eu também assumi esse papel em alguns momentos. Contudo, ao longo do trabalho de dissertação, quando me aproximei das ricas memórias e histórias do CPV, em relação as décadas de 1970 e 1980, percebi quanto era necessário aquele trabalho de entender, conhecer, reconhecer o seu passado, estabelecendo uma intensa relação com o tempo agora, como bem coloca Walter Benjamin. Mas, evidentemente, não era um trabalho que eu poderia fazer sozinha, embora pudesse estimulá-lo com a minha pesquisa de mestrado. Aos poucos, meu foco de atenção se desviou daquela necessidade angustiante de resolver o futuro do CPV e entendi que aquele "processo da memória" já estava em andamento. Era parecido com aquele "processo" que já tinha vivenciado no Projeto da OSM-SP e sabia que era preciso ter bastante paciência.

Os problemas de memória do CPV se apresentam de forma confusa, silenciada e pouco produtiva. É um caso bastante complexo. Para muitos, é inquestionável a preciosidade do arquivo do CPV. No entanto, o reconhecimento de sua atuação social e política está claramente enfraquecido pelos dilemas atuais. Se comparado aos chamados "anos áureos", o CPV realmente não é mais o mesmo. Entretanto, o "processo de memória" do CPV está se

acentuando devido à conjuntura nacional de mobilizações sociais e às ações de recuperação das memórias de resistência à ditadura militar. Neste último caso, o CPV e seu acervo têm sido caracterizados como arquivo da resistência, e nessa seara penso que é necessário setorizar essa resistência como resistência popular, explicitando assim as forças sociais e os projetos políticos que estiveram envolvidos nessas lutas. Na conjuntura atual abrem-se algumas possibilidades de financiamento para o tratamento dos arquivos do CPV e também espaços para o debate do papel cumprido pelo CPV no período da ditadura civil militar.

Ao superestimar a importância do acervo do CPV em detrimento de sua relevância social, estamos construindo uma memória que desconsidera o trabalho social despendido para acumular o patrimônio documental, mitificando assim o tratamento dos arquivos. Seria interessante nos questionarmos sobre qual o significado das concepções e práticas desenvolvidas pelo CPV nos dias atuais. O trabalho político do CPV buscava essencialmente democratizar os meios de comunicação e os espaços de documentação. Essa é uma discussão bastante atual e não é mera coincidência que, numa conjuntura em que há uma efervescência nas mobilizações sociais, o tema se reacenda. O trabalho técnico-político do CPV aglomerou em torno de si um bloco popular de luta faz sentido hoje? Pode ensinar algo para as gerações atuais?

No período que abrange esta dissertação e, pelo menos também por toda a década de 1990, o CPV foi uma entidade de seu tempo, um espaço ativo nas lutas populares. Desenvolveu uma vívida experiência de documentação e comunicação popular como base para o trabalho pastoral, popular e sindical. Estavam claramente preocupados em politizar suas ações em prol de uma educação promotora da liberdade e conscientização das classes populares. Esse projeto não se concluiu e está em processo de reinvenção.

O CPV nasceu e atuou com características de centro pastoral na década de 1970 e tomou um rumo progressivamente mais leigo ao longo da década de 1980, até se desvincular da Ordem dos Dominicanos em 1989. Destacamos que, ao longo desse período, houve oscilações nas prioridades de atuação da entidade, e, resumidamente, podemos dizer que ela teve atividades com características mais locais e pastorais na década de 1970, passando por um amplo projeto popular entre 1979 e 1983, quando confluíram diversas forças sociais que impulsionaram enormemente seu trabalho e, finalmente, o último período, em que focou suas atividades numa linha mais sindical. Nesse percurso, o vínculo com diversas instâncias da igreja progressista fortaleceu um trabalho em rede, que estabeleceu trocas de experiências

similares desenvolvidas no território nacional e latino-americano.

A presença da igreja nas relações do CPV também coincidiu com o fortalecimento da proposta política de um campo popular na primeira metade da década de 1980, a qual abrangia diversos setores de lutas, embora existissem métodos e estratégias em disputa. O afastamento dos setores da Igreja, que se deu, sobretudo na segunda metade da década de 1980, pode ser explicado tanto pelo afunilamento das opções da entidade em torno de setores do sindicalismo paulistano, quanto pela onda conservadora que tomou novo fôlego na hierarquia eclesiástica, nesse período. Isso ajuda a entender um enrijecimento das posturas de alas da igreja em relação à opção política dos centros pastorais alternativos como o CPV e o enfraquecimento das iniciativas de centros populares de documentação e comunicação.

O CPV se consolidou como uma entidade de seu tempo, e, por isso, caracterizou-se pelo ativismo e pela militância comprometida de seus agentes. Assumiu posições políticas que o atrelava aos movimentos populares e sindicais classistas. Esteve ao lado da igreja no momento em que esta se posicionou de forma mais progressista, no auge da teologia da libertação e da pastoral libertadora. Posicionou-se ao lado de movimentos populares e sindicais que defendiam a organização de base e a conscientização dos trabalhadores como mote central de suas lutas. Lidava com a informação popular dentro de uma perspectiva classista e de enfrentamento com os poderes estabelecidos. Desenvolvendo diversos meios de comunicar e documentar, o CPV promoveu e valorizou o conhecimento e a memória popular, sindical e de esquerda. Todo esse vívido trabalho parece ter estendido seu fôlego ainda pelos anos 1990 e a partir daí perde gradativamente sua vitalidade e seu prestígio social.

As redes de documentação e comunicação popular, com intenso movimento de publicações populares e encontros e seminários nacionais e latino-americanos, além de envolver uma grande quantidade de entidades de apoio, representavam, em última instância, a interligação dos movimentos populares e sindicais em um bloco de luta popular. Essas redes constituíram um projeto nacional, não só em prol das liberdades democráticas e políticas, mas também na luta por melhores condições de vida e trabalho, levantando velhas e novas bandeiras como a reforma agrária, contra o aumento do custo de vida, aumento de salários, habitação, saúde e educação pública, direitos da mulher, do negro e do índio, dentre outras. Essas bandeiras, que nunca morreram e não deixaram de ter razões para existir, se fortaleceram no contexto das mobilizações de massas do mês de junho desse ano. Além da atualidade das demandas por justiça social e econômica, essas redes dos centros de

documentação e comunicação popular, em grande parte desfeitas, representam fonte inesgotável de conhecimento e memória popular, o que fortalece a identidade da classe trabalhadora, das suas lutas e resistência.

O CPV continuou com as atividades de comunicação, formação e documentação nos anos 1990, mantendo uma pequena equipe e, com alguns financiamentos, conseguiu manter o funcionamento regular e o boletim Quinzena. A partir dos anos 2000, os projetos diminuíram e o funcionamento tornou-se irregular com uma equipe voluntária e militante que garantia o atendimento a pesquisadores, como permanece até os dias atuais.

Esse processo de transformação, que se iniciou na virada dos anos 1980 para 1990, pode ser explicado por diversos fatores e algumas conjunturas que contribuíram para o refluxo das lutas dos trabalhadores e, consequentemente, com o refluxo das atividades do CPV que estava fortemente atrelado a esses organismos de base e igreja progressista. Com a transição democrática, os organismos de ajuda financeira da Europa e de outras localidades diminuíram bastante seus investimentos no Brasil. Por outro lado, muitas lideranças populares e sindicais, que nos anos 1980 se vinculavam aos movimentos populares, passaram a assumir cargos nos partidos, nas centrais sindicais e nos organismos governamentais. Era uma conjuntura que enfraqueceu progressivamente a luta da classe trabalhadora, que foi afetada fortemente pela ofensiva neoliberal dos anos 1990.

Os centros de comunicação e documentação popular perdem força nessa conjuntura econômica e política. Na virada para os anos 1990 ainda surgiram alguns esforços que pareciam querer recuperar o sentido dos ENCODOPs, como a Rede Nordeste e os Encontros Nacionais de Educação Popular. Mas, alguns desses centros traçam um caminho de especialização e promovem articulações que privilegiam a memória e documentação sindical. Nesse grupo, os atores principais tornam-se os centros de documentação universitários e os centros de documentação atrelados aos sindicatos e as centrais sindicais. Reflexo desse contexto foi a fundação da Asociación Iberoamericana para la Recuperación y Protecccción de los Archivos de los Trabajadores y sus Organizaciones (AIRPATO) em 1992, articulação ibero-americana, coordenada pelo AMORJ no Brasil. Sua principal ação foi a identificação de arquivos do mundo dos trabalhadores e seus sindicatos, cujos trabalhos resultaram na produção de importantes relatórios sobre a situação desses arquivos. Por outro lado, os antigos centros de documentação e comunicação popular desapareciam ou se transformavam em ONGs.

Ultimamente, existem articulações nacionais protagonizadas essencialmente pelo Arquivo Nacional e pelo CEDOC da CUT, abarcando centros de documentação universitários, arquivos públicos e privados e algumas entidades ligadas aos movimentos sociais. As suas propostas se concretizam na Rede Memórias Reveladas (criada em 2008) e nos Seminários Internacionais "Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos" (este ano completa a sua terceira edição). São articulações que acabaram por tomar um formato e concepção que privilegia a participação de centros de documentação e arquivos estruturados e organizadores do eixo Rio-São Paulo. As experiências tratadas nesta dissertação, bem como a reflexão das propostas de documentação e comunicação popular para os dias atuais, são temas pouco abordados nos debates travados nesses encontros e articulações, o que revela uma certa contradição e, em certo sentido, a negação da memória popular, que é parte essencial da memória e do mundo dos trabalhadores.

Hoje, sinto-me parte daqueles que militam pelo CPV e pela preservação de sua memória de maneira ativa e crítica. Nesse sentido, tomo a liberdade de fazer alguns apontamentos que são resultantes desse processo compartilhado. Em primeiro lugar, penso que hoje o grande desafio para o CPV é reinventar suas próprias concepções e práticas no tratamento de seu acervo e de suas memórias.

Sobre o tratamento do patrimônio documental do CPV, contraponho-me a qualquer intervenção que desconsidere a organização e classificação documental original, pois elas representam não só a história do CPV, como também os contextos sociais em que o acervo foi constituído. Premissa necessária para a preservação da memória do CPV e da sua experiência social é manter, em caso de dissolução da entidade, a unidade do acervo. A forma que o acervo foi organizado guarda exatamente o que o CPV tem de diferente em relação aos centros de documentação universitários e arquivos públicos e privados. Guarda uma experiência e um saber popular, que priorizou as demandas sociais na aplicação de normativas de organização e classificação. Então, essas normativas devem ser mantidas e aperfeiçoadas. O acervo que existe no CPV é revelador de uma das mais profícuas experiências de documentação e comunicação popular no Brasil e, sendo assim, é representativo da cultura popular dos anos 1970 e 1980 e deve ser preservado no seu conjunto, integralmente.

Dialogando com o trabalho feito por Mauro Claro, penso que a inclusão do CPV como experiência memorial da Comunidade Cristo Operário reforçaria os tombamentos já concluídos em nível municipal e estadual e fortaleceria a justificativa para transformar a

liminar atual do IPHAN em tombamento.

Talvez seja interessante pensar a preservação da história e memória do CPV em duas linhas de ação que, embora sejam complementares, são distintas: uma é a do patrimônio histórico e social, e outra, a do patrimônio documental. É urgente o fortalecimento de ações que revitalizem os processos de memória sobre a experiência do CPV, não só no período abordado por este estudo, mas também nas décadas posteriores, para que se amadureçam as posições políticas em relação aos rumos da instituição e de seu patrimônio documental.

Termino esta dissertação pouco antes do CPV completar quarenta anos de existência (1973-2013). Não foi um evento programado, entretanto, tornou-se uma feliz coincidência. Espero que ela seja um presente que estimule os amigos e militantes desse CPV quarentão.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo:
Pastas/Documentos: 50-Z-9-39421, 50-Z-9-44537, 50-Z-009-43961, 21-Z-14-9571.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO
Arquivo Administrativo:
Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998. Esse livro contém: Atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias (1973 a 1998), Atas de Reuniões de Diretoria (1974 a 1990) Estatutos Sociais (1973, 1984, 1986), Regimento Interno (1984)
Relatórios de atividades anuais do CPV. 1978-1986.

Arquivo de entidades: pasta Centro de Pastoral Vergueiro:
A documentação como instrumento das lutas populares. IX Congresso Brasileiro de Comunicação Social. São Bernardo do Campo, 15-19 out. 1980. 3p. (texto datilografado)
Centro de Pastoral Vergueiro. 1982. 7p. (folder)
CPV - Objetivos e serviços. Set. 83. 2p. (texto datilografado)
Centro Pastoral Vergueiro. Jan. 1984. (texto datilografado)
Centro Pastoral Vergueiro – um resumo de seus trabalhos. Jan. 1984. 2p. (texto datilografado)
O CPV mudou. 1989. (panfleto)
CPV. S/data. 2p. (folder)
Coletar, organizar e devolver a documentação - Qual é a relação deste trabalho com os movimentos populares e sindicais? É sobre isso que vamos falar: s/ data. (panfleto)
Catálogos de Publicações CPV 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1988.
DALE, Frei Romeu. Centro de Pastoral Vergueiro: sua caminhada – perspectivas. 21 Jul. 1987. 2p.
Listagem de preços de publicações CPV – jun. 1987, dez. 1987, set.1988.

Setor de Dossiês - 1982-1989 (Anexo 2)
Setor de Dossiês: Documentação / Popular:
Série Documentação – n. 1. Nosso Trabalho em Documentação. 1985. 87p.
Série Documentação – n. 2. Discutindo Documentação em Lima-Peru, São Paulo – Brasil, Montevidéu – Uruguai, Quito-Equador, Curitiba-Brasil. 1985. 50p.
Série Documentação – n. 4 – II Seminário de documentação alternativa – Olinda – 5-7 de nov. 1985. 1985. 66p.
Série Documentação – n. 1. Nosso Trabalho em Documentação. 1994. Ed. Atual. do n. 1. 163p.
Disponível em: http://www.cpvsp.org.br/dossies.php. Acesso em 4 abr. 2013.

Setor de Livros e Cadernos:
Cadernos de Informação Popular
Cadernos de Documentação Popular.
Outros Cadernos CPV – 1973-1989 (Anexo 3)

Setor de Periódicos:
Hora Extra. n.1. 1978

Boletim Intercentros. n.0. dez. 1982
Informes Bibliográficos (1983-1990)

Setor de Pastas Suspensas: Documentação / Encontros, pasta 4:
Caderno do Centro Josué de Castro, FASE, SEDIPO. **IV ENCODOP** - Resumo de documentos finais de encontros de documentação no Brasil e na América Latina. Recife-PE- Brasil. Maio de 1983.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO; CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Memória e documentação: como organizar os acervos sobre o movimento operário e sindical. São Paulo: CEDI/CPV, 1991.

CENTRO DE INVESTIGACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y ASESORÍA POBLACIONAL, ASOCIACIÓN DE PUBLICACIONES EDUCATIVAS. Bibliotecas populares – identidad y proceso. Lima: CIDAP&TAREA, 1987.

COMISIÓN EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA DE EDUCACIÓN CRISTIANA. Documentación y Comunicación popular – materiales de la Consulta Latinoamericana de Documentación y Comunicación Popular. Lima, Peru: CELADEC, 1979a. 343p.

_____. Periodismo popular. Cuadernos de Capacitación. Texto de María Cristina Mata. Dic. 1981.

_____. La Comunicación del pueblo. Cuadernos de Capacitación. May. 1979b.

_____. Como se organiza um centro popular de documentação e comunicação. Tradução: Centro de Pastoral Vergueiro. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. (Título original: Como se organiza un centro popular de documentación y comunicación)

_____. Acomunicação do povo. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. Tradução: Federação de órgãos para assistência social e educacional - Recife (Título original: Periodismo popular)

_____. Jornalismo popular. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. Tradução: Centro de Pastoral Vergueiro (Título original: La comunicación del pueblo)

DEPOIMENTOS
BOSSAM, Sueli. [04 jun. 2013]. Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles na residência da entrevistada. São Paulo – SP. Educadora Popular, atuou no CPV entre 1979 e 1987.

PETRUCCI, Victor. [17 jun. 2013]. Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Aldo Escobar na residência do entrevistado. Campinas – SP. Comunicador e agitador popular, atuou no CPV de 1973 a 1988.

ESCOBAR, Aldo. [fev. 2012]. Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles no IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas. São Paulo-SP. (2012a). Jornalista e comunicador popular, atuou no CPV entre 1978 e 1990.

ESCOBAR, Aldo. PEIXOTO, Luiza. [fev. 2012]. Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles na Comunidade Cristo Operário/São Paulo-SP. Luiza é historiadora e comunicadora popular, atuou no CPV entre 1978 e 1990.

RIBEIRO, José de Rezende. [jun. 2013]. Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Aldo Escobar no local de trabalho do entrevistado. São Paulo-SP. Frei dominicano e educador popular, atuou no CPV, principalmente na primeira fase, até 1976.

WHITEHOUSE, Chris. [01 jul. 2013] Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles por telefone/skype. Entrevistado residente em Londres/Inglaterra. Historiador e documentalista, inglês, atuou no CPV entre 1980 e 1985.

XERRI, João. [fev. 2012]. Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles na Comunidade Cristo Operário/São Paulo-SP. Frei dominicano, atual diretor da Escola Dominicana de Teologia (EDT). Sua sede é o local onde funcionou o CPV na década de 1970 e 1980.

TEXTOS, ARTIGOS E IMAGENS DE OUTRAS FONTES

ESTADÃO.COM.BR. Disponível em: http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-volpi/visao-geral-da-capela-do-cristo-operario-com-obras-de-alfredo-volpi,a95fc063-676f-4993-ba53-f8809f9db1f5 Acesso em 12 abr. 2013

FOLALOSSO, Frei Mariano. "Anúncio planetário – realmente, a paróquia desse frade pregador foi o mundo!". **Revés do Avesso** – Giorgio: cidadão do mundo. CEPE- Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima, São Paulo, n.12, p. 22-26, dez. 2003.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO / SECRETARIA DA CULTURA. Disponível em: http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-volpi/visao-geral-da-capela-do-cristo-operario-com-obras-de-alfredo-volpi,a95fc063-676f-4993-ba53-f8809f9db1f5 Acesso em 12 abr. 2013.

MATA, Maria Cristina. Formación e interrelacionamiento – la experiencia del Programa de Comunicación de CELADEC. **Experiencias**. Barcelona, p. 76-79, 1983. Disponível em: http://issuu.com/search?q=celadec&si=0&ps=10&sb=visual&rp=* Acesso em 10 set. 2012.

PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA. Disponível em: http://www.paroquia-sagradafamilia.org/historia.html Acesso em 12 abr. 2013.

PETRUCCI, Victor. CPV: um legado de Giorgio. **Revés do Avesso** – Giorgio: cidadão do mundo. CEPE- Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima, São Paulo, n. 12, p. 30-33, dez. 2003.

PONTUAL, Pedro. **Os centros de educação popular na conjuntura brasileira** (1964-1986). São Paulo: CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, ago. 1986. (texto de apoio n. 9)

PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP. Oposição Metalúrgica: Militantes de A a Z, Memória

em imagens. São Paulo, 2011.

VALENÇA, João. “Uma história do tempo da ditadura – as entrelinham da luta contra o regime ditatorial”. **Revés do Avesso** – Giorgio: 1936 – 2003 – Sejamos Fiel ao seu testemunho. CEPE – Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima, São Paulo, n. 13 (ed. especial), ano 13, p. 31-63, jan. 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de. **Um novo texto no contexto da informação popular**: os centros de documentação e comunicação. 1989. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995.

ASSUMPÇÃO, Leilah Landim. **A invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão sem nome.1993. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A estrela ParTida ao meio** – ambiguidades do pensamento petista. São Paulo. Entrelinhas, 1995.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; LIMA, J. L. F.**.** História, imprensa e redes de comunicação. **Historia & Perspectivas** (UFU), v. 39, p. 37-57, 2008.

BATISTONI, Maria Rosângela **Entre a fábrica e o sindicato**: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987). 2001. Tese (doutorado). PUC-SP, Serviço Social.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. São Paulo. Círculo do livro, 1982.

BOITO Jr., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo. Ed. UNESP, 1999. p. 49-63.

CAMARGO, Célia Reis et al. Centro de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de décadas. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 21-44.

CAMARGO, Cândido P.F. et al. **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. 4 ed. São Paulo: Loyola,

CEDI - Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário no ABC". **História dos Metalúrgicos de São Caetano**. São Caetano do Sul: CEDI, 1987. (Contribuição ao debate – 2)

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1986.

CLARO, Mauro. **Unilabor:** desenho industrial, arte moderna e autogestão operária. São Paulo. Senac, 2004.

_____. **Dissolução da Unilabor**: crise e falência de uma autogestão operária - São Paulo, 1963-1967. 2012. 197f. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Para além da imprensa alternativa: imprensa e impressos dos movimentos sociais paulistas 1970/1990**. In: XI Congresso Latinoamricano de Investigadores de la Comunicación, 2012, Montevidéo. Anais ALAIC2012.

CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Peixoto. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História.** São Paulo, n. 35, p. 253-270, jul./dez. 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria et al. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes et al (Org.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 9-21.

DALE, Romeu O.P. (Org.). **A Ação Católica Brasileira**. São Paulo. Loyola, 1985.

_____. **Igreja e comunicação social**. São Paulo. Edições Paulinas, 1973.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ESCOBAR, Aldo. **Memória e História:** comunicação e documentação no processo do registro da luta. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional Mundos do Trabalho - VI Jornada de História do Trabalho, realizado na Fundação Getúlio Vargas entre 27 e 30 nov. 2012 no Rio de Janeiro. (2012b)

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. **História e perspectivas**. Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação** - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. Ed. Centauro, 2012.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.

FRENCH, John D. Os trabalhos arquivísticos voltados ao mundo dos trabalhadores: avanços e desafios na América Latina desde 1999. In: MARQUES, Antonio José Marques, et al. (Org.) **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009. p. 83-101.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo. Editora 34, 2006.

GIANNOTTI, Vito, NETO, Sebastião. **A CUT por dentro e por fora**. 2.ed. São Paulo: Editora Vozes, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civili-

zação Brasileira, 1979.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação** - perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 282-295.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do "popular". In: HALL, Stuart. **Da diáspora**: **identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte. UFMG, 2003. p. 247-264.

INFORMAÇÃO (Cedi). Centros de documentação alternativos: algumas questões. Memória, Rio de. Janeiro, v. 1, n. 7, nov. 1983

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias e outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 116-138.

LANZA, Fabio. **Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-1985)**: um olhar sob o prisma do semanário "O São Paulo". 2006. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

LARA, Silvia Hunold. História, memória e museu. **Revista do Arquivo Municipal / Departamento de Patrimônio Histórico**. v. 200. São Paulo, 1991, p. 99-111,

LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda**: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo (1952- 1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **ENCICLOPÉDIA** Einaudi. Vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. (Memória e História)

LIBANIO, João Batista. **O que é pastoral**. 3ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, n. 69)

LIMA, Justino Alves. SEDIPO – Serviço de Documentação e Informação Popular; a informação a serviço das organizações populares. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.** v. 19. n. 1 / 4. p. 32-49, dez. 1986.

LÖWY, Michel. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA et al. (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 303-320.

MAGALHÃES, Mariza Catarina. **A atuação política da ordem dominicana na cidade de São Paulo de 1963 a 1973**. 2002. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil –** 1916-1985. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1 reimpr da 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos –** Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **E. P. Thompson no Brasil**. In: CEMARX (IFCH – Unicamp). Anais do VII Colóquio Internacional Marxengels. vol. 1, n. 1, 2012. Disponível em: www.unicamp.br/cemarx/.../comunicações/GT2/gt2m5c4.pdf Acesso em 12 fev. 2013.

MENEZES, José Eugênio de Oliveira. **ONGs – As organizações não governamentais e seus sistemas de simbologia política**. 1995. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Comunicação e Semiótica.

NETO, Sebastião Lopes; SALLES, Paula Ribeiro. Remando contra a maré - Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, uma experiência de memórias e arquivos não oficiais. In: **Comunicações do 2º Seminário Internacional: O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. Rio de Janeiro /São Paulo: Arquivo Nacional e Central Única dos Trabalhadores, 2012. p. 48-61. (cd room)

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade) - Secretaria Municipal de Cultura - Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 25-28.

PAOLI, M. C.; SADER, Eder & TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 6, p. 129-149, 1986.

PERRUSO, Marco Antonio. "Em busca do "novo": movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/1980". **Perspectivas**. São Paulo, v. 37, p. 249-268, jan./jun. 2010.

_____. **Em busca do "novo"** - intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009. (Trabalho e Contemporaneidade)

POLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". **Revista Estudos Históricos**. FGV - Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLETTO, Ivo. **A terra e a vida em tempos neoliberais**: uma releitura da história da CPT. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

RAMALHO, Francisca Arruda, et al. Os centros populares de documentação e comunicação no contexto paraibano: elementos para reflexão. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 9, n. 1, 1997.

ROSA, Amanda Marques. A dissolução do Centro de Documentação Popular e a constituição

da Coleção CDP. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia, n. 39, ano 21, p. 139-150, 2 semestre de 2008.

_____. **Memórias, histórias, movimentos sociais:** mobilização, comunicação e projeto de luta (Uberlândia-MG, anos 1980). 2011. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Uberlândia.

ROCHA, Maria Mercedes Otero. Documentação popular: considerações teóricas. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 8-14, jan./dez. 1994. Disponível em: www. Ies. Jfpb. Br/ojs/index.php/ies/article/view/186. Acesso em 10 jan. 2013.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. (Org.) **Movimentos sociais na transição democrática**. Rio de Janeiro: Cortez, 1987.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes) In: CARDOSO, Ruth C.L. **A aventura antropológica –** teoria e pesquisa**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTANA, Marco A. O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In: MARQUES, Antonio José Marques; STAMPA, Inez Terezinha. (Org.) **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos.** 1 ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009. p. 43-58.

TELLES, Edson e SAFATLE, Vladimir. (Org.) **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. (Estado de Sítio)

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

SILVA. Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 17-20.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**: trajetória e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SMIT, J. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 54 p. (Coleção Primeiros Passos)

SOUZA, Admar Mendes de. **Frades dominicanos de Perdizes**: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil. 2003. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

SOUZA, Ozani Martiniano de. **O Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientae**: origem, consolidação e crise contemporânea. 2000. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

ZANON, Priscila. **Imprensa dos Movimentos Sindicais nos anos 1980**. 2008. Relatório de Iniciação Científica sob a orientação de Heloisa de Faria Cruz - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Graduação em História, São Paulo.

APÊNDICE A - DIRETORIAS CPV (1973-1989) [126]

1ª Diretoria [127] (15 nov. 1973 - 22 abr. 1975)
Presidente: José J. Queiroz (frei dominicano)
Primeiro secretário: José de Rezende Ribeiro (frei dominicano)
Segundo secretário: Fernando Luis Prandini (estudante recém-formado na USP)
Tesoureiro: Cícero José Fagundes Moreno (estudante da USP)

2ª Diretoria (22 abr. 1975 - 30 abr. 1977)
Presidente: Jorge Romeu Dale (frei dominicano)
Primeiro secretário: Sérgio Calixto Valverde (frei dominicano)
Segundo secretário: José de Resende Ribeiro
Tesoureiro: Alice Yamaguti Prandini (estudante da USP)

3ª Diretoria (30 abr. 1977 - 31 mar. 1979) - Reeleição da 2ª diretoria
Presidente: Jorge Romeu Dale
Primeiro secretário: Sérgio Calixto Valverde (frei dominicano)
Segundo secretário: José de Resende Ribeiro
Tesoureiro: Alice Yamaguti Prandini

4ª Diretoria (30 mar. 1979 - 26 mar. 1981) - Reeleição parcial da 3ª diretoria
Presidente: Jorge Romeu Dale
Primeiro secretário: Sérgio Calixto Valverde
Segundo secretário: Victor Petrucci (formado em química pela USP, fundador do CPV)
Tesoureiro: Alice Yamaguti Prandini [128]/ Neusvaldo Lira de Almeida

5ª Diretoria (26 mar. 1981 - 26 mar. 1983) - Reeleição da 4ª diretoria
Presidente: Jorge Romeu Dale
Primeiro secretário: Sérgio Calixto Valverde
Segundo secretário: Victor Petrucci [129] / Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso (formado em Arquitetura pela USP, fundador do CPV)
Tesoureiro: Neusvaldo Lira de Almeida

6ª Diretoria (26 mar. 1983 - 14 abr. 1984) - Reeleição da 5ª diretoria
Presidente: Jorge Romeu Dale
Primeiro secretário: Sérgio Calixto Valverde
Segundo secretário: Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso
Tesoureiro: Neusvaldo Lira de Almeida

---

126 Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. Arquivo Administrativo. Livro de Atas de Assembleias e Reuniões do Centro de Pastoral Vergueiro, 1973-1998. As regras de eleição e mandato de diretoria, estabelecidas pelo Estatuto de 1973, determinavam: voto secreto e mandato de dois anos.

127 Na Assembleia Geral de 15 mar. 1975, José J. De Queiroz pede afastamento da presidência, argumentando falta de tempo para se dedicar a dois cargos na entidade, já que era coordenador do Departamento de. Assistência Jurídica. Na mesma ocasião, Fernando Luiz Prandini sugere o afastamento integral da diretoria e convocação de eleições extraordinárias, o que ocorreu em 20 mar. 1975. Nessa eleição, José de Rezende Ribeiro, indicado a permanecer no cargo, pede para não ser reeleito.

128 Em 29 mar. 1980, Alice renuncia, alegando indisponibilidade de tempo para a necessidade do cargo.

129 Em 25 set. 1982 Victor Petrucci renuncia ao cargo de segundo secretário, por sobrecarga de trabalho.

7ª Diretoria [130] (14 abr. 1984 - 22 mar. 1986)
Presidente: Jorge Romeu Dale (frei dominicano)
Vice-Presidente: José de Rezende Ribeiro
Primeiro secretário: Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso
Segundo secretário: Vito Giannoti
Primeiro tesoureiro: Fernando Altemeyer Júnior
Segundo tesoureiro: Carlos Kopcak

8ª Diretoria (22 mar. 1986 - 19 mar. 1988) - Reeleição parcial da 7ª diretoria
Presidente: Jorge Romeu Dale
Vice-Presidente: Sebastião Lopes Neto
Primeiro secretário: Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso
Segundo secretário: Vito Giannoti
Primeiro tesoureiro: Fernando Altemeyer Júnior
Segundo tesoureiro: Carlos Kopcak

9ª Diretoria (19 mar. 1988 - 31 mar. 1990) - Reeleição da 8ª diretoria
Presidente: Jorge Romeu Dale
Vice-Presidente: Sebastião Lopes Neto
Primeiro secretário: Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso
Segundo secretário: Vito Giannoti
Primeiro tesoureiro: Fernando Altemeyer Júnior
Segundo tesoureiro: Carlos Kopcak [131]

10ª Diretoria [132] (31 mar. 1990 - 28 mar. 1992)
Presidente: Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso
Vice-Presidente: Anízio Batista Oliveira
Primeiro secretário: Vito Giannotti [133]/ Luiz Carlos Scapi
Segundo secretário: Jorge Romeu Dale
Primeiro tesoureiro: Raimundo Perrillat
Segundo tesoureiro: Fernando Altemeyer Júnior

11ª Diretoria (28 mar. 1992 - 26 mar. 1994) - Reeleição da 10ª diretoria
Presidente: Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso
Vice-Presidente: Anízio Batista Oliveira
Primeiro secretário: Luiz Carlos Scapi
Segundo secretário: Jorge Romeu Dale
Primeiro tesoureiro: Raimundo Perrillat
Segundo tesoureiro: Fernando Altemeyer Júnior

---

130 As regras de eleição e mandato de diretoria foram alteradas pela Reforma de Estatutos de 1984, que estabeleceu: aumento de dois cargos – vice-presidente e segundo tesoureiro, mandato de dois anos com até duas reeleições consecutivas.

131 Em Assembleia do dia 18 mar. 1989, Carlos Kopcak pediu afastamento da direção.

132 Na Assembleia extraordinária de 18 mar. 1989, aconteceu nova reformulação dos Estatutos estabelecendo: a mudança do nome do CPV, para Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, a reeleição da diretoria sem restrição de número de mandatos, dentre outros.

133 Na Assembleia de 06 abr. 1991, Vito Giannoti renuncia ao cargo.

12ª Diretoria (26 mar. 1994 - 30 mar. 1996)
Presidente: Anízio Batista Oliveira
Vice-Presidente: Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso
Primeiro secretário: Salvador Pires
Segundo secretário: Fernando Altemeyer Júnior
Primeiro tesoureiro: Luiz Carlos Scapi
Segundo tesoureiro: Jorge Romeu Dale

13ª Diretoria (30 mar. 1996 - 04 abr. 1998) - Reeleição da 12ª diretoria
Presidente: Anízio Batista Oliveira
Vice-Presidente: Nazareno Spósito Neto Stanislau Afonso
Primeiro secretário: Salvador Pires
Segundo secretário: Fernando Altemeyer Júnior
Primeiro tesoureiro: Luiz Carlos Scapi
Segundo tesoureiro: Jorge Romeu Dale

14ª Diretoria (04 abr. 1998 - 2000) - Reeleição da 12ª diretoria
Presidente: Luiz Carlos Scapi
Vice-Presidente: Salvador Pires
Primeiro secretário: Antonio Ozaí
Segundo secretário: Jorge Romeu Dale
Primeiro tesoureiro: Anízio Batista Oliveira
Segundo tesoureiro: Antonio Carlos Victório

APÊNDICE B – DOSSIÊS CPV (1982-1989) [134]

Tema CPV	Ano Edição	Títulos	Quant.
Direitos Humanos	1984	1. Coletânea de documentos de direitos humanos	1
Economia	1982	1. Direitos Humanos	1
	1983	1. Pró-álcool	1
	1984	1. Projeto Cerrado/ 2. Carajás – o projeto sai do papel	2
	1985	1. Dívida externa/ 2. Indústria Bélica no Brasil (coletânea de documentos)/ 3. Consumismo e movimentos populares/ 4. Greves e repressão na Nova República/ 5. O Novo Índice IPCA	5
	1986	1. Pacto social/ 2. O pacote econômico (26 fev. a 05 mar. 1986)	2
	1987	1. Impostos que o povo paga	1
Educação Popular	1984	1. Os quadrinhos (acompanha caderno)	1
	1985	1. Série Documentação n.1 – Nosso trabalho em documentação/ 2. Série Documentação n.2 – Discutindo Documentação em Lima- Peru/ 3. Série Documentação n.3 – Definição e conteúdo da documentação popular/ 4. Série Documentação n.4 – II Seminário de Documentação Alternativa	4
Igreja	1984	1. O caso Leonardo Boff/ 2. Jovens trabalhadores	2
	1985	1. Pe. Vito Miracapillo/ 2. Comunidades eclesiais de base – CEBs / 3. CUT Documentação - Verbas alemãs e Jorge Bornhausen/ 4. Padres e posseiros presos no Araguaia	4
	1988	1. Pedro Casaldáliga	1
Mulher	1984	1. Mulher	1
	1989	1. Mulher e mercado de trabalho	2
Negros	1984	1. Negros	1
Política	1984	1. El Salvador vencerá	1
	1985	1. América Central – uma luta única/ 2. Coletânea de documentos em complementação ao dossiê sobre Assembleia Constituinte/ 3. Coletânea de documentos sobre o Pacto de Moncloa/ 4. Coletânea de informações sobre a realidade socioeconômica no Brasil (I e II)/ 5. Não vamos pagar esse Pa(c)to/ 6. Constituinte (acompanha caderno)/ 7. Assembleia Constituinte/ 8. Partidos nacionais/ 9. Política geral/ 10. D. Pedro Casaldáliga – viagem à Nicarágua	11
	1989	1. Tendências e o PT	1
Terra	1982	1. Conflitos de terra no Araguaia provocam...	1
	1983	1. Violência rural/ 2. Usucapião	2
	1985	1. Esquenta canavial – greve dos boias-frias/ 2. Reforma agrária	2
	1989	1. Chico Mendes	1
Trabalho	1982	1. CONCLAT - 1981-1982	1
	1983	1. CONCLAT – São Bernardo do Campo - 1983	1
	1984	1. Comissão de fábrica vol. I / 2. CUT Documentação - ENCLATS e CECLATS / 3. VI Congresso da COB	3
	1985	1. Inquérito indicia 33 por ocupação da GM/ 2. Desemprego & Conjuntura/ 3. Desemprego vol. II/ 4. Desemprego, qual o caminho? Vol. 1/ 5. Desemprego: a ocupação no Sine/ 6. Desemprego: o acampamento no Ibirapuera/ 7. Eleições Metalúrgicas de 1981 – S.P./ 8. Greves e intervenções – julho 1983/ 9. INPC mês a mês – 1979-1985/ 10. Jornada de trabalho (acompanha caderno) vol. I/ 11. Lei de greve/ 12. Nicarágua, Nicarágua/ 13. Notícias das greves – campanha salarial unificada (01 a 08 nov. 1985) / 14. Revolta da forme – saques	29

[134] Tabela produzida a partir da coleta de dados nos catálogos de publicações, manuais de documentação e nos próprios dossiês existentes no acervo do CPV.

		em S.P./ 15. Salários corroídos/ 16. Subsídios para Comissão de Fábrica Fligor S/A/ 17. Autogestão/ 18. Enquadramento de sindicalistas na L.S.N./ 19. Greves – sistematização mês a mês do boletim DIEESE/ 20. Volkswagen/ 21. Negociação coletiva/ 22. Coletânea de documentos sobre as empregadas domésticas/ 23. Autonomia sindical – unidade x pluralidade, imposto sindical e representação sindical/ 24. CLAT/ 25. Coletânea de documentos sobre greves de março/ 26. Comerciários – a luta da categoria/ 27. Greve dos trabalhadores do correio/ 28. Greve dos trabalhadores metalúrgicos/ 29. Greves	
	1986	1. Patrões endurecem/ 2. Comissão de Fábrica – Trabalhadores da FPB – 1986 / 3. Jornada de Trabalho vol. II	3
	1987	1. Eleições dos metalúrgicos de São Paulo/ 2. CIPA	2
	1988	1. Exército e grevistas se enfrentam Volta Redonda – 1988/ 2. CUT 5 anos de luta construindo um novo sindicalismo/ 3. Comissões de fábrica vol. II	3
	1989	1. As tendências no movimento sindical/ 2. Organização no local de trabalho, poder e democracia operária (pesquisa elaborada)/ 3. Resenha do noticiário de 14/março/89 – greve geral / 4. Resenha do noticiário de 15/março/89 – greve geral / 5. A prática do "sindicalismo de negócios"	5
Urbanização e Habitação	1982	1. Violência policial (1976-1982)/ 2. Promorar	2
	1983	1. Unidos na favela, não nos moverão!/ 2. Loteamentos clandestinos/ 3. Rebeliões em prisões e presídios/ 4. Solo urbano, urbanização, casas populares e cortiços.	4
	1984	1. Milhões de menores abandonados! E daí?/ 2. BNH (Banco Nacional de Habitação) 1983-1984	2
	1985	1. Transportes coletivos/ 2. Movimento popular: transporte coletivo	2
	1986	1. Habite-se: favelas e cortiços	1
	1988	1. Habitação – Casa própria/ 2. Habitação - Cortiço	2
		Total de títulos	**108**

APÊNDICE C – CADERNOS CPV (1973-1988)

As aventuras do Zé Marmita. Pastoral do Mundo do Trabalho das regiões Ipiranga e Santo Amaro, com a colaboração do CPV, 1979.
"História em quadrinhos mostrando o sofrimento do operário de fábrica ou do boia-fria, e a necessidade da união na luta pelos seus direitos". Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV, 1979.

Abril em Managuá (cantos do aniversário da Revolução Sandinista). CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/dez. 1987.

Brasil: emprego e desemprego. FASE-SP/CPV, 1981, 18p., meio ofício. Fonte: Dossiê Série Doc.1/1994.

Caderno de Documentação 1 - **Quanto mais negra é a noite, mais carrega em si a madrugada**. CPV, [1977], 36p., mimeo/ofício.
"Documentos significativos para a Igreja no Brasil, no 1º semestre de 1977: entrevista autobiográfica de dom Hélder Câmara (depois de silenciado durante 9 anos), acusações de dom Sigaud contra dom Pedro Casaldáliga e dom Tomás Balduíno e respectivas respostas." Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV,1979.

Caderno de Documentação 2 - **1969-1978: A Igreja Latino-americana entre o temor e a esperança**, Pablo Richard.CPV, [1978], 12p., mimeo. Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV,1979.

Caderno de Documentação 3 – **As igrejas e a greve do ABCD**. CPV, 1981, 56p., ofício.
"Este caderno reúne os pronunciamentos de D. Cláudio Humes, bispo de Santo André, de D. Evaristo Arns e seus bispos auxiliares; da CNBB nacional; de várias Igrejas Evangélicas, além de algumas organizações ligadas à Igreja Católica. Reúne também as principais proclamações dos sindicatos e sindicalistas do ABCD, além de mensagens de solidariedade de grupos de base e organismos internacionais." Fonte: Catálogo de Publicações Populares, CPV, 1981.

Cadernos de Documentação 5 – **A "Igreja Popular" em El Salvador**. CPV, 1983, ofício.

Caderno de Educação Popular 1 **– Como entender melhor a história recente do Brasil.** CEPIS/CPV, [1981], 72p., meio ofício."Com uma introdução que coloca conceitos importantes como política, economia e ideologia, esta publicação em linguagem popular conta a história do Brasil de Cabral, passando por Getúlio, do golpe militar a Geisel, com uma análise do Governo Figueiredo e a situação de hoje. (Formato meio ofício)". Fonte: Catálogo de Publicações Populares, CPV, 1981.

Caderno de Educação Popular 3 – **O que é política, partido e a atual reformulação partidária?** CEPIS/CPV, [1981], 23p. Meio ofício. " Neste caderno de Educação Popular, é colocado, em linguagem simples, um pouco da história de como surgiram os partidos políticos no Brasil, uma análise do que aconteceu aos partidos políticos após o Golpe Militar de 64, o que significa a atual reformulação partidária e qual a relação entre os partidos políticos e os movimentos populares." Fonte: Catálogo de Publicações Populares, CPV, 1981.

Caderno de Educação Popular 4 – **Povo conquistará a saúde**. Ed. Paulinas – CEPIS/CPV/Pastoral da Saúde, 1981, 20p.
"O tema da Campanha da Fraternidade 81 "está colocando o dedo em profunda ferida, por onde escorre o sangue do nosso povo". Esta publicação, em linguagem simples, rica em dados da atualidade coloca como temas principais: nutrição, saneamento básico, assistência médica, saúde do trabalhador, controle da natalidade, saúde mental, os remédios no Brasil, o que é saúde..." Fonte: Catálogo de Publicações Populares, CPV, 1981.

Caderno de formação (série negros) - **Escravidão e libertação**. CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Caderno de Informação 1 – **INPS**. CPV, 1976, 38p., mimeo. "Curta história da Previdência Social, o INPS: origens e organização, análise crítica sobre o INPS."

Caderno de Informação 2 - **As relações Igreja-Estado no Brasil: 1964-1978.** Fascículo 1.CPV, 1979, 54p., mimeo/meio ofício.
"É o primeiro fascículo de uma série que pretende tratar das relações entre a Igreja e o Estado durante os diversos governos da revolução de 1964. Este número trata de todas as querelas, atritos, avanços e recuos nas relações com o Governo Castelo Branco, no período entre 1964 e 1967. É uma visão coletada nos jornais da época, na Revista Eclesiástica Brasileira e no Sedoc." Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV, 1980.

Caderno de Informação 3 – **As relações Igreja-Estado no Brasil: 1967-1970**. Fascículo 2. CPV, 1980, 68p., mimeo/meio ofício.
"Este fascículo vem complementar o período Costa e Silva com um destaque para: 1) os processos de Volta Redonda que atingiram a JOC e o próprio D. Waldir; 2) o assassinato do Pe. Antonio Henrique, até hoje não elucidado." Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV,1980.

Caderno de Informação 4 – **As relações Igreja-Estado no Brasil: 1964-1978**. Fascículo 3. CPV, 1980, 27p., mimeo/meio ofício. Fonte: CPV, Caderno de Informação 8, fascículo 7, 1983

Caderno de Informação 5 – **As relações Igreja-Estado no Brasil durante o Governo do Gal. Médici** (out. 1970 – jun. 1972) – Fascículo. 4. CPV, 1981, 74p., mimeo/ofício. Fonte: CPV, Caderno de Informação 8, fascículo 7, 1983.

Caderno de Informação 6 – **As relações Igreja-Estado no Brasil durante o Governo do Gal. Médici** (jul. 1972 – fev. 1974) – Fascículo. 5. CPV, 1981, 74p., mimeo/ofício. Fonte: CPV, Caderno de Informação 8, fascículo 7, 1983.

Caderno de Informação 7 – **As relações Igreja-Estado no Brasil durante o Governo do Gal. Médici** (1974-1975) – 1º vol. Fascículo. 6. CPV, 1981, mimeo/ofício. Fonte: CPV, Caderno de Informação 8, fascículo 7, 1983.

Caderno de Informação 8 – **As relações Igreja-Estado no Brasil durante o Governo do Gal. Médici** (1976) – 2º vol. Fascículo. 7. CPV, 1983, mimeo/ofício. Fonte: CPV, Caderno de Informação 8, fascículo 7, 1983.

Caderno de Informação 9 – **As relações Igreja-Estado no Brasil durante o Governo do Gal. Médici** (1977) – 3º vol. Fascículo. 8. CPV, 1984, mimeo/ofício. Fonte: CPV, Caderno de Informação 8, fascículo 7, 1983.

Cadernos populares 1 - **Insalubridade e periculosidade,** CEDIV/CPV, [1981], 12p., mimeo/meio ofício c/ ilustrações.
"Este primeiro caderno pretende ser um subsídio para aos trabalhos de base e da periferia. Publicado pelo CEDIV e reeditado pelo CPV, este caderno aborda, com linguagem simples e direta, questões relativas à insalubridade e aos perigos decorrentes." Fonte: Catálogo de Publicações Populares, CPV, 1981.

Cadernos populares 2 – **Nutrição e Saúde.** CEPIS/CPV, [1981], 22p., meio ofício.

"Sabemos o quanto uma alimentação sadia é fundamental para a nossa saúde. Quais são os alimentos mais nutritivos? Quais os mais acessíveis à bolsa do povo? A falta de alimentos ou uma má alimentação liquidam com a vida da gente. É o que nos mostra este caderno cheio de ilustrações.". Fonte: Catálogo de Publicações Populares, CPV, 1981.

Cadernos populares 3 – **Prevenção de doenças.** CPV, [1981], 20p., mimeografado/meio ofício. "Seguindo o estilo dos anteriores, este caderno aborda as condições de vida do bairro, os problemas de água e esgoto, as favelas, postos de saúde, exame pré-natal..." Fonte: Catálogo de Publicações Populares, CPV, 1981.

Cadernos populares 4 – **Primeiros socorros**. Sedes Sapientiae/CPV, [1981], 28p., meio ofício. "Reedição conjunta dos dois volumes do caderno do Sedes 'Primeiros Socorros'." Fonte: Catálogo de Publicações Populares, CPV, 1981.

Catálogo de recursos pedagógicos. CPV – Área Comunicação Popular, 1985. Fonte: Acervo CPV/ Setor: Cadernos e livros.

Círculos de controle de qualidade - teoria. Sind. Met. Campinas-SP/CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/dez. 1987.

Como é que viemos parar na COHAB. CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Cordel nas portas de fábrica de Crispiniano Neto. CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Desencontros operários I da Biblioteca Coletivo Operário. CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Discussão grupal de Manoel Oliveira. Reprodução CPV,1985. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Discutindo a estrutura sindical. Edição CPV, 1985. Fonte: Dossiê Série Doc.1/1994

Documento de Monlevade. Reprodução CPV, [1979], 8 p., mimeo/ofício.
"Documento referente às proposições para o fortalecimento da atuação sindical, feitas em Monlevade, MG, com a participação de líderes sindicais de todo o país, em apoio aos líderes depostos do sindicato de S. Bernardo." Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV, 1979.

Doutrina de Segurança Nacional de José Comblin. Reprodução CPV, 1979, 23p.
"Comblin, nesses dois estudos, analisa a Doutrina da Segurança Nacional: suas origens, sua difusão e importância na América do Sul e a confronta com o Evangelho." Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV, 1979.

Emigração e consequências de Patativa do Assaré. Reprodução CPV, 1979, 16p., mimeo/meio ofício. "Um poeta nordestino nos transmite, em versos de cordel, todo o drama da emigração a que seus contemporâneos vivem obrigados: marginalização dos centros urbanos, perseguições...". Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV, 1979.

Encontro com a música. CPV, [1981], 20p., meio ofício.
"Caderno contendo 20 músicas classificadas entre as mais bonitas da Música Popular Brasileira. De 'Disparada' a 'Trem das Onze', de 'Viola Enluarada' a 'Pastorinhas'". Fonte: Catálogo de Publicações

Populares, CPV, 1981.

Entrevista de Fidel Castro a Joelmir Beting. Reprodução CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Essa luta é nossa. CEPIS/ FASE / CPV, 1982. Fonte: Dossiê Série Doc.1/1994.

Exercícios de teatro da Cia. de teatro Arroz c/ Abóbora. Reprodução CPV, 1981. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Fichários de Jogos. CPV, 1987. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Greve de mineiros da África do Sul. Sindicato Metalúrgicos de Campinas-SP/CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/dez. 1987.

Histórias daqui e acolá (4 Radionovelas em Fitas k7). CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/dez. 1987.

Livros de Bolso - **Carta a um camarada, Lenin**, v. I. CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/dez. 1987.

Livro de Bolso - **Gramsci: bloco histórico e hegemonia** de Giuseppe Staccone. CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/dez. 1987.

Luta sindical: radiografia de um jornal operário. Pesquisa elaborada CPV, 1984. Fonte: Dossiê Série Doc.1/1994.

Meu padim sigura o tacho, a quentura vem por baixo de Cascao. Reprodução CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Mulher na Bíblia de Adelina Zaccardi. Reprodução CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Mulher, uma luta rumo à libertação de Simão P. Chiovetti. CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987

O caminho que liberta. Equipe Todos Irmãos/CPV, 1980, caderno aluno 42p., caderno catequista 25p., ofício.
"O objetivo é ensinar a criança a pensar, desenvolver a criatividade e a viver bem, dentro da comunidade. Nosso Catálogo de Publicações, CPV, 1980.

O canto das Américas - América Negra I e II. Projeto sem Fronteiras – CPV, fita k7 c/ caderno. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/set. 1988.

O canto das Américas – Canto da mulher I e II. Projeto sem Fronteiras – CPV, fita k7 c/ caderno. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/ set. 1988.

Participação sindical de Marcelo Grondin. (Cartilha de apoio). Reprodução CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Que é sindicalismo operário? CEPAS-BA/CPV, [1987]. Fonte Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Relação Igreja x Estado no Brasil n.7. CPV [1987]. Fonte:Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Relação Igreja x Estado no Brasil n.8 e 9. CPV [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Salmos: em vias à luta e à libertação de Ernesto Cardenal. CPV/Arquidiocese São Paulo, 1979, 50p. mimeo.
"Nestes cantos o homem sofre; mas fé, sofrimento e louvor são uma mesma coisa. Cardenal vive, pelo Messias, mais de esperança que de dúvida. O autor protesta, reza e blasfema. Agradece e exige. Mas, em nenhuma de suas palavras a religião se torna ópio para o povo. Coedição do CPV e da Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo." Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV, 1979.

Série OLT - **Jornada de trabalho**: capítulo VII de "O Capital", Karl Marx. Reprodução CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Série OLT - **Neutralidade dos sindicatos**, Lenin, v. I. CPV, 1987. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Sinopse - **Movimento sindical e automação**. Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas-SP/CPV, [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/dez. 1987.

Sinopse - **Oito de Março: dia internacional da mulher**. STI Met. Campinas-SP/CPV [1987]. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Textos para teatro popular. CPV, 1985. Fonte: Listagem de Preços de Publicações CPV/jun. 1987.

Y-Juca-Pirama: o índio, aquele que deve morrer. CPV, [1973], 31p."Documento de urgência sobre a dramática situação dos povos indígenas, elaborado por bispos e missionários de MT, MA, PA, GO, PR, em 1973. "O fascículo reúne uma série de documentos em que aborda os seguintes temas: 1. situação dos povos indígenas no Brasil; 2. as causas da extinção dos índios: 2.1 a política indigenista do governo; 2.2 a política do 'modelo brasileiro'; 3. o futuro do índio; 4. caminhos de esperança." Fonte: Nosso Catálogo de Publicações, CPV, 1979.